

Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

Maio/95

V. 3 N°1

ISSN 0104-6276



CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIAO PUBLICA

Universidade Estadual de Campinas

UNICAMP

Reitor: José Martins Filho

Coordenador Geral da Universidade: André Maria Pompeu Villalobos

Pró- Reitor de Desenvolvimento Universitário: José Tadeu Jorge

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA

CESOP

Conselho Orientador

Presidente: Bolívar Lamounier (IDESP/ PUC-SP)
Vice- presidente: Plínio Dentzien (IFCH- UNICAMP)
Conselheiros: Antônio Flávio Pierucci (FFLCH- USP), Carlos Eduardo Meirelles Matheus (Gallup), Gustavo Venturi (Datafolha), José Álvaro Moisés (FFLCH- USP/CEDEC), José Ferreira de Carvalho (IMECC- UNICAMP), Leandro Piquet Carneiro (ISER), Márcia Cavallari Nunes (IBOPE), Marcus Figueiredo (IUPERJ), Ney Lima Figueiredo (CEPAC), Örjan Olsén (CBPA), Rachel Meneguello (IFCH- UNICAMP), Salvador Sandoval (FE- UNICAMP), Vilmar E. Faria (IFCH- UNICAMP).

Comitê Técnico-Científico

Fernando Antonio Lourenço
José Ferreira de Carvalho
Plínio Dentzien
Vilmar E. Faria

Equipe Técnica

Coordenação: Rachel Meneguello
Pesquisadores: José Guilherme P. Brandt, Lilian Rahal, Maria Teresa Gonzaga Alves, Paula Vanina Cencig
Secretária Geral: Maria das Graças Plá Sanches

OPINIÃO PÚBLICA, Vol. III, nº 1

Conselho Editorial: Amaury de Souza, Antônio Lavareda, Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio Wanderley Reis, Hélgio Trindade, Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly de Camargo, Nelson do Valle e Silva, Ruy Martins Altenfelder Silva.

Coordenação geral: Rachel Meneguello

Produção: Equipe Técnica do CESOP

Encarte Tendências: Pesquisadores do CESOP

Centro de Estudos de Opinião Pública

Universidade Estadual de Campinas
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal: 6110
Campinas - São Paulo
13081-970
Tel: (55-192)39-7093
Fax: (55-192)39-4309
Internet: CESOP@CCVAX.UNICAMP.BR
Bitnet: CESOP@BRUC.BITNET

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial. Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Maiο de 1995

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

CNPq

FINFP

Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

Maio 1995

Vol. III nº 1

ISSN 0104-6276

SUMÁRIO

	Pág.
América Latina: política externa e opinião pública Frederick C. Turner	01
Religiões e Voto: a eleição presidencial de 1994 Antônio Flávio Pierucci e Reginaldo Prandi	20
TENDÊNCIAS Encarte de Dados de Opinião Pública, ano III, nº 5	Centro
Eleições Casadas, Resultados nem Sempre Solteiros: campanhas proporcionais e imagem partidária no horário gratuito de propaganda eleitoral Leandro Piquet Carneiro e Rogério Augusto Schmitt	45

Opinião Pública	Campinas	Vol. III	nº 1	P. 01-60	Maio 1995	ISSN 01046276
-----------------	----------	----------	------	----------	-----------	---------------



CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA

*América Latina: política externa e opinião pública*¹

Frederick C. Turner

Department of Political Science - University of Connecticut
Ex-presidente da WAPOR - World Association for Public Opinion Research

Resumo

Quais são os constrangimentos à influência da opinião pública dos Estados Unidos, no sentido de definir a política externa para a América Latina? A opinião pública latino-americana pode moldar a política externa dos Estados Unidos? Este artigo apresenta os referenciais de opinião americanos, e indica os graus de interesse na América Latina desde o final dos anos 30.

Palavras-chave: política externa, opinião pública, América Latina

Abstract

Which are the constraints upon the influence of public opinion in the United States in order to set Latin American foreign policy? Can the Latin American opinion shape United States foreign policy? This article presents the public opinion referents available to United States policymakers, and indicates the degrees of interest in Latin America since the late thirties.

Keywords: Latin America, foreign policy, public opinion

¹ Uma versão anterior deste artigo está publicada como "Public Opinion", cap. 9 in David W. Dent, ed., U.S. - Latin American Policymaking: A Reference Handbook (Westport: Greenwood Press, 1995), pp. 190-218.

Nos últimos dois terços do século vinte, os achados das pesquisas de opinião passaram a exercer um peso bastante considerável nas decisões de política interna tanto dos Estados Unidos, quanto das nações em todo o mundo². Autoridades eleitas e nomeadas podem captar o que sentem os eleitores, não apenas através de eleições periódicas, mas, de forma mais regular, e por vezes até diariamente, através de sondagens de opinião. Elas respondem a demandas públicas, como no exemplo de 1994, quando as sondagens nos Estados Unidos mostraram que o público estava envolvido com a questão do crime mais do que com qualquer outra questão, e os líderes democráticos presidente Bill Clinton e o Governador Mario Cuomo de Nova York tomaram a mensagem dos seus oponentes republicanos e pediram a legislação pela prisão perpétua para criminosos com o terceiro crime violento. Os políticos, certamente, também moldam a opinião política, da mesma forma que os profissionais de marketing de partidos e consultores de mídia aconselham sobre como apresentar suas políticas preferenciais. Em última instância, os políticos não podem distanciar-se muito das orientações do público votante para buscar a reeleição, e as sondagens possibilitam que julguem essa distância numa base contínua.

Mas e sobre as pesquisas na área da política externa? O quanto as autoridades eleitas e administradores públicos nos Estados Unidos se importam com as opiniões norte-americanas sobre a política externa governamental, em oposição às questões domésticas ditas “feijão com arroz”, em cima das quais a maior parte das eleições têm historicamente vencido ou perdido? Em que medida os elaboradores de política externa têm acesso ou consideram a opinião naqueles países nos quais suas políticas terão efeito?

Essas questões podem e deveriam ser sistematicamente estudadas em cada uma das maiores regiões do mundo, mas, em termos de política externa norte-americana, a América Latina destaca-se de muitas maneiras como uma região especialmente apropriada para investigação. As outras repúblicas americanas têm se mantido historicamente como áreas de especial influência norte-americana e uma região de concepções singularmente definidas desde a declaração da Doutrina Monroe de 1823. Além disso, depois que a sondagem de opinião tornou-se comum e politicamente influente na América do Norte e na Europa em meados do século vinte, a América Latina tornou-se a área onde a sondagem se espalhou logo em seguida, e foi a região na qual a opinião pública exerceu maior influência na transição para democracia nas décadas de 1980 e 1990³. Por todas essas razões, a

² Na elaboração deste texto, Fabian e Massumi Echegaray contribuíram consideravelmente na coleta e interpretação dos dados.

³ A rápida expansão da sondagem política da América Latina tem ajudado a consolidar regimes democráticos através de várias maneiras: propiciando a checagem de resultados eleitorais e conseqüentemente diminuindo a possibilidade de fraude, demonstrando a conspiradores de carreira que

opinião na América Latina com relação às políticas norte-americanas pode ser estudada para um impacto especial, da mesma forma que os elaboradores de políticas norte-americanos podem usar sondagens para entender as visões de seus compatriotas com relação à América Latina e às iniciativas dos Estados Unidos na região.

Para isso, os referenciais de opinião pública disponíveis para os elaboradores de políticas norte-americanos podem ser medidos através do número de questões sobre América Latina em surveys encomendados e arquivados nos Estados Unidos. Eles indicam amplas alterações nos graus de interesse sobre a América Latina ano a ano, assim como um alto ponto de interesse no início dos anos 80, e da mesma forma o interesse dos que decidem política em Washington. Voltando-se para as interpretações sobre a influência da opinião na elaboração de políticas, há um debate significativo entre os que de um lado sentem que a opinião sobre questões de política externa conformam políticas muito menos do que podem fazer as opiniões no campo das políticas internas, e os que, com uma esperança mais quixotesca, sentem que a opinião deve, pode e por vezes reina sobre as opções políticas tal como percebidas em Washington. Ao longo deste debate, questões como a qualidade da pesquisa, em qual sondagem e em qual questão acreditar em cada tema, emergem repetidamente, aumentando o interesse da análise.

A opinião pública norte-americana sobre a América Latina

Ao observar os dados da opinião pública norte-americana sobre a América Latina seria ideal medir todas as questões aplicadas em todos os maiores surveys desde a década de 1930. Isto não é possível, mas uma muito boa aproximação pode ser obtida através da investigação nos acervos do Roper Center, o arquivo de surveys com o maior montante de dados sobre os Estados Unidos e outras nações. Apesar de algumas poucas sondagens estarem arquivadas exclusivamente em outros bancos de dados menores, como a California Poll, o Roper Center contém mais de 90% de todos os maiores surveys realizados nos Estados Unidos, incluindo todos os Gallup Poll, as sondagens das organizações Roper, Harris e Yankelovich, e as sondagens feitas pelas maiores redes de notícia, como o New York Times, o Washington Post, o Wall Street Journal, USA Today, CBS, ABC, NBC e CNN. Além

a maioria dos cidadãos rejeitam golpes militares (exceto na Venezuela), apontando em detalhe as questões em torno das quais as coalizões devem ocorrer, e indicando os padrões contrastantes de valores de cada nação que influenciaram internamente o crescimento econômico e internacionalmente as iniciativas do livre comércio.

disso, através do sistema Public Opinion Location Library (POLL), todo o arquivo de dados dos Estados Unidos no Roper Center pode ser acessado por computador por busca de palavra, de modo que é muito fácil, voltando até 1939, identificar quais questões foram aplicadas, em qual ano, sobre qual tópico, e em quais países.

Os resultados de tal investigação aparecem inicialmente no Gráfico 1. Este gráfico revela, em linhas gerais, algum interesse mais intenso sobre a América Latina no final da Segunda Guerra Mundial e entre os anos de 1960 e 1965; mas ainda mais intensamente, um grande salto de interesse para o período entre 1972 e 1991, com o maior número de questões sendo aplicado no início dos anos 80. Durante a década de 1980 as sondagens proliferaram nos Estados Unidos, de modo que os dados no Gráfico 1 em parte refletem o aumento geral nos surveys, mais do que simplesmente um interesse expandido sobre a América Latina⁴. Mesmo assim, os dados do Gráfico 1 refletem muito acuradamente os montantes totais de informação em opinião pública que os elaboradores de política norte-americanos tinham à sua disposição sobre as opiniões dos cidadãos americanos com relação aos vários países da América Latina para esse período de 44 anos.

Como deveria ser esperado, os perfis individuais de cada país variam enormemente neste período. Por exemplo, no Gráfico 2, parece ocorrer um grande interesse na Argentina em 1946, o ano da primeira eleição do presidente Juan Domingo Perón, e em 1982, o ano da guerra Malvinas/Falkland⁵. Entretanto, para muitos outros anos os arquivos Roper não contêm quaisquer questões sobre a Argentina, indicando um razoavelmente baixo nível de importância para o país, comparado às nações geograficamente próximas aos Estados Unidos. De outro lado, o Gráfico 3 deixa claro que o interesse tem sido substancialmente maior e mais sustentado para Cuba desde que Fidel Castro assumiu o poder em 1959, com um forte interesse no início da década de 1960 e um maior número de questões de surveys aplicados entre 1977 e 1984, um período em que o envolvimento cubano na América Central resultou num grande número de questões sobre este tópico. Da mesma forma, como mostra o Gráfico 4, o interesse no México tem crescido de forma intensa desde 1970.

A Tabela 1 e o Gráfico 1 nos permitem ir além das comparações entre países e delinear conclusões para as regiões da América Latina que figuram mais proeminentemente nas sondagens de opinião pública nos Estados Unidos. É bastante compreensível tanto em termos das concepções históricas quanto das mais recentes sobre o México e a América Central, que essa área se destaque para

⁴ Uma das formas mais sofisticadas para enfocar os dados seria determinar a proporção de todas as questões aplicadas a cada ano que tocaram em negócios estrangeiros quanto à América Latina e quanto às nações latino-americanas individualmente.

⁵ Os arquivos do Roper Center contêm dezoito questões sobre a Argentina em 1946 e sessenta e duas em 1982.

a opinião pública dos Estados Unidos (1.750 questões arquivadas), em contraste com os países andinos (apenas 100 questões arquivadas, 60 delas entre 1989 e 1990). O total de questões perguntadas no Caribe, outra área de destaque em política externa para os Estados Unidos, era o dobro do número sobre o Brasil e seis vezes maior sobre as nações andinas.

Analisar as questões no arquivo Roper por assunto permite uma investigação mais aprofundada sobre os temas de opinião pública em relação aos quais os líderes norte-americanos poderiam - ao menos hipoteticamente - basear suas decisões sobre política externa. Como a Tabela 2 deixa claro, diplomacia e defesa dominavam as questões perguntadas ao público norte-americano, uma vez que dominavam as concepções da elite sobre política externa. Próximo a estes em termos das questões mais perguntadas estão as avaliações de países estrangeiros, líderes e pessoas, e questões sobre o conhecimento dos norte-americanos sobre temas, candidatos e a história das nações além-mar. Contrastando essas áreas de concepção política e estratégica, outros temas são tratados de forma mínima. Por exemplo, para antes de 1993 o arquivo Roper contém apenas sete questões sobre meio-ambiente, seis para o Brasil e uma para o México. Com relação ao comércio, havia 61 questões para o México, 14 para o Brasil e seis para a Argentina, e três ou menos para os outros países.

Interpretações da literatura

Além de explorar o contexto atual da opinião pública norte-americana colocada acima, é necessário analisar a literatura profissional para ver o que os acadêmicos e práticos têm descoberto ser o papel de opinião pública na política externa norte-americana. Qual é, de fato, o papel da opinião da formulação da política externa dos Estados Unidos com relação à América Latina ou com relação a outras partes do mundo, e quais são as limitações deste papel? Aqui a literatura é mais consistente do que poderia parecer inicialmente. Por exemplo, Gabriel Almond, autor do clássico trabalho *The American People and Foreign Policy* (1950) que estabelece uma compreensão geral sobre o tema para uma geração, foi acusado de estar totalmente errado (LADD, 1993:x) na sua afirmativa sobre as amplas oscilações nas atitudes norte-americanas sobre temas de política externa. Mas, mais fundamentalmente, a posição básica de Almond sobre o papel da opinião pública seguia paralela a dos seus críticos e outros acadêmicos (ver FREE and CANTRIL, 1967), Almond escreveu que “a função do público num processo democrático de elaboração de políticas é definir certos critérios de política na forma dos valores e expectativas mais amplamente obtidos”, enquanto que “as políticas,

entretanto, são produto de grupos de lideranças ('elites')” (ALMOND, 1950, p. 5-6). Nesse sentido, uma atenção detalhada na região importa menos para o público em geral, e os administradores públicos sentem uma menor pressão eleitoral direta e da opinião pública com relação a isso.

Este fato levou alguns pesquisadores a concluírem que as sondagens de opinião de fato não afetam as decisões de política externa em maior intensidade, mas que, ao contrário, os elaboradores de políticas buscam simplesmente a legitimação de suas ações na referência à opinião pública. Isto é especialmente verdade para o conceito nebuloso e efêmero de “opinião pública mundial”, o qual contém tantos componentes indefinidos que o tornam sem importância. Como Inis Claude escreveu em 1965:

Apesar da impressionante mitologia que tem crescido em torn do conceito de opinião pública mundial, a exposição pública não tem afetado uma transformação geral da diplomacia. O papel efetivo da opinião pública no processo diplomático não tem demonstrado ser substancialmente suficiente nem para conferir benefícios prometidos pelos Wilsonianos nem para produzir os desastres temidos pelos seus críticos. (CLAUDE, 1965, p. 21)

Isto é verdade para a elaboração de políticas norte-americanas com relação à América Latina, assim como para as políticas deste e de outros países com relação à maior parte das áreas mundiais.

Uma vez que a opinião pública nos Estados Unidos não tem sido capaz de estabelecer a política latino-americana em qualquer sentido específico ou imediato, por que isto ocorre? Quais são os constrangimentos práticos com relação à opinião pública? Aqui também a literatura especializada aponta para um número de respostas. Nesta literatura os constrangimentos incluem os seguintes nove elementos:

1. os líderes dizem que dão pouca atenção à opinião;
2. os líderes manipulam a opinião;
3. ninguém tem expectativa de que a opinião modele políticas;
4. as pessoas são basicamente desinformadas para tomar decisões políticas;
5. a opinião é complexa;
6. os resultados de pesquisas muitas vezes não são confiáveis;
7. os mídia constroem a escolha racional;
8. a América Latina tem pouca importância para os norte-americanos; e
9. são outras as dimensões do processo de elaboração de políticas que o determinam realmente. Cada uma dessas interpretações merece ser avaliada, não apenas no sentido de que se afirma terem tido influência na opinião sobre a formulação de políticas no passado, mas também no sentido de como podem mudar no futuro.

Em primeiro lugar, pode-se assumir que a opinião pública tem um pequeno papel direto na formulação de políticas, porque os líderes assim o dizem e porque têm comparativamente pouco tempo para avaliar a complexidade da opinião e seu significado. Os presidentes dos Estados Unidos raramente admitem que dão atenção à opinião, mas às vezes, de fato, o fazem. O perdão do presidente Nixon depois do caso Watergate, foi realizado pelo presidente Gerald Ford frente a uma oposição muito forte da opinião pública norte-americana, declarando simplesmente, “eu realmente acredito que esse problema termina aqui, que não posso depender da opinião pública para me dizer o que é certo” (SUSSMAN, 1988, p. 16). O perdão foi profundamente impopular nos Estados Unidos, e foi um daqueles elementos que custaram ao presidente Ford a chance de ser eleito pelo seu próprio mérito. Dado que ele não levou em conta a opinião nesta decisão, poderia se esperar que a ponderasse de forma considerável em questões muito menos danosas eleitoralmente, como a política latino-americana?

Uma razão fundamental do porque presidentes seguem essa posição é que, no que se refere à política externa, o senso convencional define que o povo americano tem muito curta memória. Tornam líderes eleitos responsáveis pelas questões domésticas de economia pessoal, tais como as pressões inflacionárias que ajudaram a conduzir o presidente Jimmy Carter para fora do cargo após apenas um mandato. Mas os líderes acreditam que, ao menos historicamente, os americanos sabem pouco e se interessam pouco sobre questões de política externa. Assim, o presidente Lyndon Johnson, depois de eleito em 1964 durante a Guerra do Vietnam, em parte dizendo que seu oponente iria perigosamente levar os Estados Unidos a participar da guerra, decidiu entrar na guerra ele próprio, apesar da insatisfação popular sobre essa decisão tê-lo levado a desistir de concorrer novamente em 1968. No debate sobre o Tratado Norte-americano de Livre Comércio (NAFTA) em 1993, o presidente Bill Clinton poderia pressionar fortemente para assegurar sua aprovação no Congresso, porque sabia que para o tempo em que ele se apresentaria para reeleição em 1996, os debates de 1993 sobre política externa teriam pouco peso na corrida presidencial.

Além disso, presidentes, secretários de estado, e aqueles no topo do governo que tomam as decisões definitivas sobre políticas latino-americanas têm pouco tempo para entender a complexidade da opinião pública nessas questões. Atitudes que são levadas a parecer “surpreendentes” nas manchetes de jornais, parecem sê-lo bem menos quando se compreende a continuidade da opinião dos Estados Unidos ao longo do tempo (SIGELMAN, 1982). Além disso, a natureza das atitudes sobre opinião pública e as mudanças de atitude diferem daquelas em outras áreas. Mayer encontrou que, enquanto a entrada de novas coortes e a morte das coortes mais velhas explicam de um terço à metade das mudanças de atitudes com relação à raça ou ao papel das mulheres nos Estados Unidos durante as três décadas

depois de 1960, nenhuma causa similar apareceu com respeito às atitudes sobre política externa (MAYER, 1992). Os líderes políticos simplesmente não têm tempo para tornar-se experts em interpretar esses padrões de opinião e suas mudanças.

Certamente, presidentes e candidatos presidenciais podem aprender muito ouvindo conselheiros que são experts na arte da compreensão da pesquisa em opinião pública. Assim, no final de 1970, a sondagem de Richard Wirthlin na Flórida ajudou a convencer Ronald Reagan a enfatizar a política externa na sua corrida para a presidência. Apesar de apenas 12% dos Republicanos terem dito que se importavam com política externa, os surveys da Flórida revelavam medo com relação ao Tratado do Canal do Panamá, medo do comunismo, e medo de um “colapso do American will” e de uma “perda do poder americano” (MOORE, 1992, p. 202) temas que o candidato Reagan iria explorar com sucesso. Assim, enquanto líderes podem vir a entender estratégias políticas de vital importância através de pesquisas e interpretações sofisticadas de surveys, também aprendem nesse processo que estão sob constrangimentos não imediatos para moldar políticas de acordo com a maioria das opiniões.

O contexto dessas decisões ajuda a explicar a continuidade das políticas na América Central durante os anos 80, onde os elementos críticos em opinião pública falharam em brevar aquelas políticas que determinados líderes do setor executivo queriam seguir. Por exemplo, por volta de 1987 alguns analistas observaram que os norte-americanos rejeitavam a ajuda dos Estados Unidos aos contra-rebeldes na Nicarágua numa margem de três para um, e que os respondentes melhor informados eram os mais críticos das políticas dos Estados Unidos na América Central (LEOGRANDE, 1987). Entretanto, o presidente Reagan e o presidente George Bush foram capazes de dar continuidade as suas políticas até a derrota eleitoral dos Sandinistas na Nicarágua e a neutralização militar da ameaça de guerrilha em El Salvador.

Como isso podia ocorrer? Na América Central, grosso modo, atitudes com relação ao papel da política dos Estados Unidos eram não apenas consistentes em si mesmas, como Everett Ladd apontou já em 1983, mas também consistentes com as linhas de orientação em política externa do povo americano desde 1939. Ignorante quanto a detalhes específicos sobre o envolvimento dos Estados Unidos na América Central, o público queria conter lá a ameaça da influência comunista, assim como quis conter as ameaças fascistas na Europa na ocasião da entrada dos Estados Unidos na Guerra. Mas, em ambas as situações, o público apóia sem querer o comprometimento das tropas norte-americanas, o que era verdade para todos os grupos de líderes de opinião nos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980 (HOLSTI and ROSENAU, 1990). Em 1983 os americanos decisivamente rejeitam o possível envio de mais ajuda militar ao governo de El Salvador com 70% de oposição e apenas 19% de aprovação. Mas com uma margem de 49% a 33% os

americanos também disseram que queriam triplicar a ajuda militar a El Salvador, se de fato fosse necessário prevenir um golpe comunista no país (LADD, 1983). A aparente contradição se resolve se nós calcularmos o medo da expansão comunista, e a explanação revela o quanto se perde em entendimento se se olhar as respostas de uma ou duas questões de surveys tomadas fora do contexto.

Em segundo lugar, em adição ao fato de que presidentes dos Estados Unidos algumas vezes simplesmente fazem políticas latino-americanas que vão de encontro à maioria da opinião dos Estados Unidos em questões particulares, outra limitação do papel da opinião é que os presidentes podem manipulá-la através do uso bem sucedido do poderoso púlpito que a presidência oferece. Como escrevem Kegley and Wittkopf (1979, p. 214), “os elaboradores de políticas vêem a opinião pública como algo a ser moldado, não a ser seguido”. Por exemplo, depois da invasão dos Estados Unidos em Granada em 25 de outubro de 1983, o discurso do presidente Reagan no dia 27 pela televisão elevou radicalmente tanto a proporção de americanos apoiando a invasão, quanto a aprovação geral da forma segundo a qual o presidente Reagan desenvolvia seu trabalho. Compreender os parâmetros básicos da opinião nos Estados Unidos sobre questões de política externa, ajuda os presidentes no processo de manipulação, já que eles podem utilizar o que sabem da opinião pública sobre América Latina para moldar aquela opinião no sentido que desejam. Assim, ao compreender que os norte-americanos fundamentalmente temiam que o comunismo se espalhasse na América Latina, o presidente Reagan foi capaz de utilizar apelos a esse medo, como no discurso na sala oval em março de 1986, para diluir a oposição do público e do congresso às suas políticas sobre a Nicarágua (DENT, 1993).

Em terceiro lugar, as pessoas não têm a *expectativa* de que a opinião pública determine a política externa. Quando o Conselho de Chicago sobre Relações Exteriores subsidiou estudos de âmbito nacional sobre atitudes do público em geral e de líderes nacionais com respeito à política externa em 1974, 1978, 1982 e 1986, a opinião pública não pareceu particularmente importante nos resultados do survey. Para esses anos, apenas entre 15% e 26% dos respondentes tanto dentre os líderes quanto do público em geral definiram a opinião pública como um determinante muito importante da política externa norte-americana, enquanto que de 54% a 62% do público diziam que o papel da opinião pública deveria ser mais importante do que realmente era (RIELLY, 1975, 1979, 1983, 1988). Nesse sentido, é bastante natural que Moreno (1990) e outros enfatizem que as visões de mundo dos homens de decisão, muito mais do que a opinião pública mais geral dos Estados Unidos, e que determinava a natureza e as falhas das políticas norte-americanas na América Central durante as décadas de 1970 e 1980.

Quarto, os analistas também concordam que uma outra razão pela qual os formadores de opinião desprezam a opinião do público de massa sobre fatos internacionais é que o público de massa é muito mal informado sobre o contexto daqueles fatos (INSULZA, 1986). Por exemplo, em abril de 1981, aproximadamente metade (47%) do público americano não sabia onde era El Salvador, enquanto outros 28% pensavam que era na América do Sul (SOBEL, 1987). Em junho de 1983, uma sondagem realizada pelo New York Times e CBS News encontrou que apenas 13% dos americanos compreendiam que a administração Reagan estava apoiando os “contras” na Nicarágua (CLYMER, 1983). Quando o público não compreende as dimensões de decisões específicas a serem feitas, os elaboradores de políticas não podem observá-las como uma diretriz imediata, e esta é uma razão fundamental porque, como Almond, Claude e outros têm apontado, a influência da opinião pública sobre a política deve dar-se mais em termos de orientações gerais do que diretrizes específicas.

Quinto, as visões do público americano são frequentemente contraditórias com relação à América Latina. Como aponta Howard Wiarda (1987, p. 213), durante os anos da Guerra Fria mais de seis em dez cidadãos norte-americanos queriam que os Estados Unidos prevenissem a ascensão de mais estados caribenhos com orientação marxista aliados a União Soviética, como Cuba. Mas, nessas mesmas proporções, os norte-americanos também rejeitavam a ajuda externa, a intervenção militar e operações secretas. Quando os meios a fins se contrapõem uns aos outros, os elaboradores de política externa podem apenas obter orientações gerais da opinião pública.

Além disso, uma das maiores contribuições da literatura especializada tem sido demonstrar que, assim como o público de massa está dividido sobre questões específicas da política externa norte-americana, as opiniões da elite sobre política externa também se colocam em várias categorias. Como bem demonstrou Eugene Wittkopf (1990) comparando os resultados dos surveys de elite e de massa conduzidos pelo Conselho de Chicago sobre Relações Exteriores, a Guerra do Vietnam levou a uma divisão da opinião no interior da elite com relação à contenção do comunismo, ao uso da força e uma série de outras questões de política externa. Dentre a elite, acomodados e linha-dura diferiam fortemente quanto a temas de políticas com relação à América Central durante os anos 80, como por exemplo se a ajuda militar norte-americana na região deveria ou não em última instância levar à intervenção das tropas dos Estados Unidos. Nesses debates, com a opinião nacional de massa dividida e mal informada sobre questões específicas, membros da elite observam algum apoio nas pesquisas nacionais - mas muito pouco freqüente para seus próprios pontos de vista. Os políticos podem achar que referências da opinião pública podem ser úteis retoricamente, mas isso não conduz ou mesmo informa muito substancialmente as decisões em políticas públicas e preferências de

políticos, executivos de negócios, ou membros do Conselho de Relações Exteriores. O ponto mais importante é quanto a quais elites controlam o ramo do Executivo e o Congresso, e quão harmonicamente elas podem trabalhar juntas sobre política externa, mais do que em que medida eles observam a opinião pública antes de formular suas definições.

Sexto, e de forma mais controversa, há o ponto sobre o quanto podemos confiar em resultados de sondagens de opinião. Uma das dimensões mais conhecidas deste problema é a natureza parcial de algumas sondagens, onde alguns surveys demonstram apoio a políticas advogadas por agências que financiam os surveys. Quando um survey realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Além-Mar encontra que o povo americano está desejando significativamente apoiar uma maior assistência ao desenvolvimento daquela região (BRADFORD et al., 1972), os opositores das políticas consultadas pelo survey naturalmente duvidam de sua fonte. Num outro nível, questões específicas perguntadas em surveys que são centralmente importantes, algumas vezes são incompletas ou mal redigidas. Como Wiarda (1992) aponta, os surveys na América Latina encontram regularmente oito ou nove em dez respondentes favoráveis à “democracia” em abstrato, mas os surveys do USIA regularmente falham em perguntar aos respondentes o que entendem por democracia. Outros dados de survey demonstram um considerável apoio a governos “fortes”, e um apoio muito menor a instituições democráticas, como partidos políticos, do que a “democracia” em si.

As sondagens podem errar inteiramente. Antes das eleições que derrubaram os sandinistas na Nicarágua em fevereiro de 1990, um conjunto de mais de doze pesquisas eleitorais foi feito no país (BOLLINGER, 1990), e apenas três - os dirigidos por costarriquenhos, venezuelanos e argentinos - predisseram corretamente a vitória de Violeta Chamorro. O governo sandinista certamente criou um clima de intimidação no qual muitos eleitores não queriam declarar seu apoio a Chamorro, mas muitas organizações de pesquisas também erraram ao selecionar membros da Juventude Sandinista para seus entrevistadores. Nos Estados Unidos, os partidos Republicano e Democrata dependiam da informação de diferentes organizações de pesquisa. Com os republicanos propriamente antecipando os resultados e os democratas considerando-os errados. Do lado dos democratas, apesar do fato da empresa de Stanley Greenberg ter predito uma vitória sandinista por 44% a 27% - o que confere uma das mais grosseiras falhas de sondagem eleitoral da história - Greenberg viria a deter grande responsabilidade em sondagem no governo do presidente Bill Clinton.

Menos especificamente, mesmo os surveys de opinião pública conduzidos com muito mais cuidado podem estar sujeitos a erro. Assim como argumenta em detalhe a importante tese da espiral do silêncio de Elisabeth Noelle-Neumann (1985; SALMON and MOH, 1992), as pessoas não expressam francamente suas

opiniões aos pesquisadores quando sentem uma forte pressão social contrária às suas visões. A influência persuasiva da mídia trabalha para estabelecer normas e opiniões que parecem aceitáveis num país em particular, e quando as pessoas não conseguem expressar opiniões diferentes destas, as visões inaceitáveis caem mais na obscuridade e são efetivamente “silenciadas”. Neste processo, elaboradores de política não podem basear suas decisões numa leitura acurada da opinião pública, porque nossas medidas de opinião omitem ou subestimam visões que parecem impopulares.

Sétimo, seguindo uma das dimensões da tese da espiral do silêncio de Noelle-Neumann, os mídia têm um papel significativo em moldar o que a “opinião pública” é. Membros de um público atento podem formular julgamentos de políticas segundo informações e interpretações disponíveis, e uma grande parcela dessa informação chega a eles pelos mídia. Elementos específicos dos mídia certamente mantêm seus próprios vieses, como nos cuidadosos relatórios que afirmavam terem sido os sentimentos pró-Israel que levaram o “New Republic” a apoiar as políticas do presidente Reagan com respeito à Nicarágua (FRIEDMAN, 1987). Como Sniderman (1993) enfatiza, a tendência ao nacionalismo, como no acentuado crescimento do apoio ao presidente John Kennedy quando do fracasso da Baía dos Porcos, pode vir não da irracionalidade ou patriotismo na opinião pública, mas antes da reação do público sobre como as elites e os mídia tratam a questão.

Além disso, outras críticas afirmam que relatórios de imprensa em jornais influentes e de prestígio como o *New York Times* não apenas apóiam as definições e objetivos da política externa dos Estados Unidos na América Latina, como também reportam notícias de tal forma que reforçam esses objetivos (CHOMSKY, 1986). Opositores às políticas do governo e ao apoio que receberam do Times protestam que o jornal demitiu ou afastou críticos das políticas latino-americanas, como John Gerassi nos anos 60 ou Raymond Bonner nos anos 80, substituindo-os por escritores como Shirley Christian que apoiava a ajuda dos Estados Unidos aos 'contra'. Se o público atento apenas obtém “notícias” de tais fontes, segue o argumento, como as pessoas podem fazer julgamentos realmente confiáveis, e como pode a opinião pública colocar o governo em xeque?

Este enfoque exclui muitas dimensões da situação. De um lado, a proporção de norte-americanos que obtém suas notícias primeiramente da mídia impressa tem diminuído acentuadamente, e - mesmo que jornais venham a aparecer nas telas de computador em nossa casa - essa tendência deve continuar com o acesso mais vasto de estações de televisão às “supervias de comunicação” nos próximos anos. De outro lado, o Times contém um espectro de opiniões e reportagens, particularmente nas páginas de editoriais e em suas cartas aos editores, e mesmo os jornais mais consistentemente conservadores, tal como o *Wall Street Journal*, ganham ponto dando espaço a críticas liberais. Os Estados Unidos contêm

periódicos amplamente disponíveis que cobrem o espectro ideológico, de forma que, com as bibliotecas públicas e universitárias abertas a todos, e com mais e mais debates aparecendo na CNN, na C-Span e no National Public Radio, é irrealista ver o debate público ou o acesso à informação limitados pelo editorial de opinião ou pela cobertura de notícias do *New York Times*.

Em oitavo lugar, outra limitação da opinião pública com relação à América Latina tem sido a pequena importância dessa região para muitos norte-americanos. Consideravelmente, Levering (1978) e outros têm afirmado que a combinação de opinião pública e elaboração de política externa tem sido a mais efetiva com relação à Europa Ocidental, porque muitos americanos têm ancestrais europeus e, com a história e cultura da Europa Ocidental enfatizadas na educação pública norte-americana, o público tem compartilhado com a elite da política externa um maior entendimento nessa área. Certamente, há evidência da pouca importância para a América Latina. No survey realizado pelo Conselho de Chicago em Relações Exteriores em 1974, quando perguntados sobre a importância para os Estados Unidos da manutenção de boas relações com diferentes regiões do mundo, os respondentes classificaram a América Latina perto do mais baixo nível, apenas acima da África (RIELLY, 1978). Esboçando as implicações desta situação para as políticas centro-americanas nos anos 80, LeoGrande (1993, p. 185) argumentou convincentemente que “ambos o Congresso e o executivo podiam seguir insensíveis à opinião pública porque a questão nunca conseguia um nível alto suficiente de importância para o público de massa que levasse a enfocá-la”.

Entretanto, a relativa importância da América Latina está mudando ao longo do tempo, conforme a imigração da região vem alterando o equilíbrio demográfico nos Estados Unidos, especialmente nos estados como a Califórnia, Flórida e Texas, de forma que mais e mais norte-americanos sentem ligações étnicas com outras nações americanas. Em 1982 e 1986, os surveys do Conselho de Chicago sobre Relações Exteriores mostravam que 74% do público e de 96% a 98% dos líderes diziam que os Estados Unidos tinham um vital interesse no México. Como Peter Smith (1985) argumenta, a mobilização mexicana pode alterar a agenda norte-americana com relação ao México, o qual ganhou maior importância em 1993 e 1994 com a passagem e a implementação do NAFTA. Ao longo do tempo, especialmente se as escolas públicas e universidades oferecerem mais cursos sobre cultura e história da América Latina, membros do público atento deveriam entender melhor o contexto fora do qual as decisões em política externa da região devem ocorrer. Se é assim, deve ocorrer de fato um nível de entendimento dentro do qual mais decisões efetivas podem ser tomadas, e esses entendimentos devem ser compartilhados por aqueles - ambos dentro e fora do governo - que permanecem mais envolvidos com a América Latina.

Em nono lugar, existem, certamente, muitos outros constrangimentos sobre a política externa dos Estados Unidos além daqueles impostos pelas orientações do público. Esses incluem recursos, compreensão, e a natureza dos temas dirigidos. Para o primeiro, Stimson (1991) nota de forma importante que, nos anos 90, a capacidade dos líderes dos Estados Unidos para responderem às demandas da opinião pública diminuiu seriamente, devido ao déficit imposto pela redução de taxas da “Era Reagan” ter se tornado estrutural, permitindo uma flexibilidade muito pequena para o crescimento do gasto público em inovações políticas. A previsão do pessoal de estado permanece mais importante que nunca, como Robert Pastor (1980: 352) nos lembra, “o problema fundamental na elaboração da política externa está em que o julgamento que se faz está necessariamente baseado numa adivinhação sobre o futuro”. Algumas questões também permanecem menos tratáveis que outras, e mesmo os que apóiam líderes particulares devem reconhecê-los como tal. Assim, em 1986, enquanto 79% daqueles a quem Wittkopf (1990, p. 55) definiu como “os linha-dura” qualificaram a política externa global de Ronald Reagan como “boa” ou “excelente”, apenas 29% deles disseram o mesmo para suas políticas quanto à imigração ilegal.

Os nove elementos citados acima não vão mudar radicalmente nos próximos anos, mas mudanças graduais na sociedade norte americana deverão tornar a opinião pública ao menos potencialmente relevante para o processo de elaboração de políticas. Enquanto há a evidência de que culturas políticas em outras partes do mundo têm se tornado gradualmente mais participativas (TURNER, 1994), e enquanto há uma notável variação em cultura política entre regiões geográficas dos Estados Unidos (PATTERSON, 1968), os americanos, entretanto, em comparação com povos de outras nações, mostram considerável orgulho de suas instituições políticas e das oportunidades de participação que elas propiciam (ALMOND and VERBA, 1963). Além disso, a mudança de valores e os níveis crescentes de escolaridade nos Estados Unidos têm aumentado significativamente a capacidade de participar na política para muitos cidadãos norte-americanos. Como escreve Inglehart (1990, p. 339), com as mudanças que ocorreram na sociedade norte-americana nas quatro décadas desde que Almond and Verba escreveram *The Civic Culture*, “não apenas a educação formal mas também a experiência de trabalho desenvolvem especializações politicamente relevantes”. Se o nível geral de educação e as especializações politicamente relevantes continuam a aumentar na sociedade no futuro, uma maior proporção dos cidadãos se tornará membro do público atento, com maior capacidade de compreensão e mais interessada em questões de política externa.

Opinião pública na América Latina

Ao lado de considerar a opinião pública nos Estados Unidos na formulação das políticas norte-americanas para a América Latina, da mesma forma, as autoridades governamentais também têm sido capazes de considerar a opinião nessa região. Os latino-americanos têm realizado uma quantidade impressionante de pesquisas de opinião pública em seus países ao longo das últimas seis décadas. Agora coletados em arquivos de pesquisas como o Roper Center e seus arquivos-irmãos em Campinas, Brasil (Unicamp), em Caracas, Venezuela (Un. Simon Bolívar) e na Cidade do México, esses trabalhos remontam aos estudos detalhados no Brasil nos anos 40, e ao trabalho de pioneiros como José Miguens na Argentina e Eduardo Hamuy no Chile durante os anos 50. Pesquisas detalhadas foram realizadas por governos autoritários nas décadas de 1960 e de 1970 (SMITH and TURNER, 1984), apesar de seus resultados não terem sido disponíveis ao público geral. Durante os anos 80, especialmente com a transição para a democracia e com a queda das restrições antes postas às pesquisas de opinião pelos regimes militares, estudos de opinião cresceram em toda a região, com a maioria das sondagens ainda feita para marketing comercial, mas com cada vez mais sondagens feitas por partidos políticos e candidatos, ou para informar elites políticas e o público interessado. Por vezes vinculada a projetos de pesquisas internacionais como o Survey Mundial de Valores, esse trabalho levou à produção de importantes livros básicos em vários países, como os de Marita Carballo de Cilley (1987) e Edgardo Catterberg (1991) para a Argentina, Ignacio Martín-Baró (1987, 1989) para El Salvador, e Enrique Alduncín (1986) e Alberto Hernández Medina (1987) para o México.

Este trabalho faz surgir temas que elaboradores de políticas nos Estados Unidos precisam considerar. Por exemplo, apesar de muitos norte-americanos perceberem como o maior problema peruano o tráfico de drogas do Peru para os Estados Unidos, é útil entender dos surveys peruanos que para o próprio povo peruano no final dos anos 80 as drogas eram significativamente menos perigosas do que eram a deterioração econômica e o terrorismo (FERRANDO, 1989). Isto confirma a diferença em orientações fundamentais para o “problema da droga” nos Estados Unidos, onde questões de produção são enfatizadas, e na América Latina, onde parece ser igualmente importante para os Estados Unidos diminuir a demanda por drogas dentro de suas próprias fronteiras (SMITH, 1992). Ao compreender as atitudes populares e da elite nas áreas de conflito entre os Estados Unidos e as nações da América Latina, pode ser possível apresentar soluções mais efetivas para problemas comuns, de forma que esses achados em opinião na América Latina poderiam de fato serem vistos como uma dimensão significativa da formulação de políticas.

Paralelamente ao trabalho de pesquisadores de surveys na América Latina, e dependente de seu apoio na realização de surveys em cada país, a Agência de Informações dos Estados Unidos (USIA) tem financiado surveys completos e também adicionado questões em surveys tipo “ônibus” em toda a região. Feita a pedido de elaboradores de políticas esta pesquisa tem tido certamente a possibilidade de influenciar a formulação de políticas, mas é difícil provar exatamente o quanto aqueles que elaboram as políticas externas norte-americanas têm realmente considerado as opiniões de elites e das bases na América Latina ao decidir quais ações os Estados Unidos tomariam na região. Parece correto dizer, entretanto, que enquanto a opinião pública nos Estados Unidos apenas influencia a política externa norte-americana na América Latina num grau limitado, a influência da opinião da América Latina permanece ainda mais remota.

Críticos externos e internos ao USIA indicam muitas formas nas quais os resultados de pesquisas são usados para objetivos outros do que orientar políticas. Durante os anos 80, por exemplo, críticos das políticas de Reagan na Nicarágua atacaram agudamente a sondagem da USIA na América Central, protestando que o presidente Reagan usou referências a essas sondagens para afirmar o apoio da América Central na sua ajuda aos contras, a apontando que a USIA seletivamente deu conhecimento aos aliados na imprensa apenas daqueles resultados de surveys que angariariam apoio às políticas norte-americanas (BOLLINGER and LUND, 1988). A USIA é legalmente proibida de tentar influenciar a opinião dentro dos Estados Unidos, mas essas restrições não existem para a América Latina. De fato, influenciar a opinião pública além-mar é parte da missão de “diplomacia cultural” da USIA e isso certamente envolveu fornecer dados de opinião pública de apoio - assim como montanhas de outras informações - para jornalistas na América Latina, especialmente durante as longas décadas da Guerra Fria, quando os adidos da imprensa dos Estados Unidos viram-se na guerra por coberturas de imprensa contra seus colegas cubanos e soviéticos (ver FALCOFF, 1984, p. 100-1). Numa perspectiva mais ampla, tentar remodelar as atitudes de elites estrangeiras e até do público de massa além-mar tem sido um objetivo tradicional da política externa para muitas nações, contada por uns (ROSEMBERG, 1967) e advogada por outros (FOSTER, 1988). O que a pesquisa da USIA na América Latina tem feito pela política norte-americana na região é permitir tanto uma medição mais acurada dessas mudanças quanto algumas novas formas de influenciá-las através da publicação seletiva de dados de opinião.

Outras críticas têm emergido de dentro da USIA sobre como é que efetivamente os resultados de sua sondagem na América Latina tem sido usada. Uma nata de profissionais de primeira linha tem historicamente desenvolvido esse esforço, pessoas que entendem a complexidade de aplicar e interpretar questões de survey, e que têm atuado freqüentemente na Associação Americana de Pesquisa em

Opinião Pública (AAPOR) e na Associação Mundial de Pesquisa em Opinião Pública (WAPOR). Mas esses profissionais prestam relatórios aos Oficiais do Serviço Externo (FSO), os quais geralmente não têm qualquer treino em pesquisa por amostragem, de forma que parece às vezes que os elaboradores de políticas de Washington escutaram mais o que os oficiais do Serviço Externo quiseram relatar, do que os analistas de dados realmente interpretaram. Os relatórios da USIA, que podem ser consultados nos Arquivos Nacionais e no Roper Center, são longos e detalhados, apesar de apenas iniciarem a sublinhar a riqueza dos dados coletados. Desses relatórios, os elaboradores de políticas, ou aqueles que filtram resumos dos relatórios aos elaboradores de políticas, podem certamente escolher enfatizar os resultados favoráveis às políticas que apóiam, e omitir ou dar menor importância à opinião contrária da América Latina.

Outras críticas ao esforço da USIA sugerem que questões erradas têm sido aplicadas ou que suas respostas têm falhado em afetar a política externa dos Estados Unidos. Alguns oficiais da USIA revelaram confidencialmente que os oficiais de Washington perguntaram questões do tipo positivas, ou seja, questões desenhadas para extrair do público latino-americano apenas as opiniões que dariam suporte às políticas que os homens de Washington queriam seguir em primeiro lugar. Por exemplo, os surveys da USIA demonstraram de forma duvidosa a popularidade do presidente John Kennedy na América Latina e o apelo de muitos dos objetivos da sua Aliança para o progresso (USIA, 1962, 1963). Mas compreender essas atitudes na América Latina de fato faz a Aliança para o Progresso menos efetiva? O estudo de 1963 encontrou que, nos sete países onde foi aplicado, os latino-americanos predominantemente sentiam que os Estados Unidos no passado tinham estado muito freqüentemente ao lado de regimes ditatoriais na América Latina, mas essa opinião não evitou os Estados Unidos de uma vez mais agir dessa forma em toda a região no final dos anos 60 e nos anos 70. Igualmente, tem sido recorrente em vários países para questões da USIA medir o nível de anti-americanismo ao longo do tempo (TURNER and CARBALLO, 1989), mas apesar de seu negativo impacto na opinião latino-americana sobre os Estados Unidos, têm sido tomadas decisões que incrementaram o anti-americanismo, tal como o apoio dos Estados Unidos à Grã-bretanha na Guerra das Malvinas/Falkland de 1982.

Outro problema ainda quanto à afirmação de que a opinião da América Latina pode modelar a política norte-americana é o de que os resultados das pesquisas podem ser interpretados de forma contraditória. Por exemplo, as pesquisas de Martín-Baró em El Salvador foram tanto e tão admiradas que depois de seu assassinato os presidentes da AAPOR e da WAPOR assinaram uma certidão de apoio ao trabalho e ao acadêmico. Em meados de 1980 ele encontrou um profundo pessimismo dentre o povo de El Salvador, em parte compreensível em termos do sofrimento causado pela guerra civil. Mas também encontrou que, ao

estimar as qualidades necessárias ao presidente de El Salvador para ser eleito em 1989, 44,6 % disseram que ele deveria ser capaz, enquanto apenas 12,3 % disseram que ele deveria ser democrático (MARTÍN-BARÓ, 1987, p. 122-3). Superficialmente, tal achado pode ser usado para sustentar a visão de que os latino-americanos importam-se pouco com a democracia, mesmo que haja uma considerável evidência do contrário, e ainda que as políticas externas dos Estados Unidos tenham tentado promover a democracia na região. A opinião deve ser considerada no contexto do tempo e das circunstâncias às quais foi exposta, e deve ser interpretada no contexto global de um entendimento da opinião na América Latina, onde as pessoas valorizam aumentos significativos no seu padrão de vida mais do que processos políticos particulares.

De forma semelhante, quando os elaboradores de políticas norte-americanos observaram os estudos de opinião feitos por latino-americanos, eles regularmente as consideraram complexas, tal como nos Estados Unidos. Considerando mais uma vez o caso de El Salvador, conforme relatado por Martín-Baró, seus dados demonstraram reações mistas à política de Reagan para a América Central, mesmo que ele pessoalmente se opusesse a ela. Críticos das políticas de Reagan nos Estados Unidos relataram que o financiamento norte-americano aos “contras” foi apoiado por apenas duas em dez pessoas em El Salvador (BOLLINGER, et al., 1988). Mas Martín-Baró encontrou que, enquanto 34,9% dos salvadorenos diziam que as políticas de Reagan eram ruins ou muito ruins, 27,6% dos salvadorenos as definiam como boas ou excelentes. Apesar de Martín-Baró ter apontado que os mais educados eram os mais críticos das políticas norte-americanas, seus dados mostravam entretanto que, entre os de educação universitária, enquanto 11,2% diziam que as políticas de Reagan eram muito ruins, 6,4% ainda as achavam excelentes (MARTÍN-BARÓ, 1989, p. 120-1). Similarmente, dados do Survey Mundial de Valores realizado no México em 1982 indicavam que, enquanto menos da metade da amostra mexicana aprovava as correntes relações entre México e Estados Unidos, aproximadamente três quartos dos mexicanos consideravam os Estados Unidos positivamente, e, predominantemente em comparação com outras nações, eles achavam que os Estados Unidos eram a nação com a qual o México devia manter laços econômicos (ZAVALA, 1987). Dados como esses do México e da América Central deram aos elaboradores de políticas em Washington a opção de ver que ao menos uma parcela significativa das pessoas na área aprovavam o que estavam fazendo, e isto, dada a tendência humana em acreditar no que se *quer* acreditar, era suficiente para considerar suas políticas justificadas.

Se a pesquisa por amostragem conduzida pela USIA não havia sido capaz de mudar as orientações das políticas norte-americanas, ela havia entretanto provado ser especialmente útil em algumas áreas, tais como apreciar as limitações do anti-americanismo. Reconhecidos escritores sobre esse tema (GRAYSON, 1985; HOROWITZ,

1985) têm visto isto parcialmente como uma via na qual membros das elites latino-americanas têm vergonha de si mesmos com relação aos Estados Unidos, uma orientação muito mais comum nos círculos universitários e de classe média do que entre pessoas de negócios, profissionais ou a população como um todo.

Com dados de surveys da USIA de 1955, a Tabela 3 confirma que o anti-americanismo era historicamente baixo na América Latina quando as populações urbanas em geral eram questionadas. Na escala de 5 graus relatada na Tabela 3, por exemplo, 12% dos chilenos entrevistados disseram que eram “desfavoráveis” aos Estados Unidos e apenas 1% disse que era “muito desfavorável” (USIA, 1955, p. 1).

Outros surveys da USIA após 1955 tendiam a reafirmar os elaboradores de políticas de Washington, refletindo o fato de que, apesar dos latino-americanos criticarem algumas vezes políticas particulares do governo norte-americano na região, eles admiravam a cultura, as liberdades políticas e as oportunidades educacionais dos Estados Unidos (TURNER and CABALLO, 1989).

Esses surveys continuaram a indicar que o nível de anti-americanismo na América Latina permanecia amplamente mais baixo do que poderia se inferir das colocações da imprensa por alguns intelectuais, e das ações dirigidas ou definidas por membros de governo. Tais achados devem ter sido gratificantes para muitos dos membros de governo que os viram, mas também permitiram que políticas fossem feitas no contexto de um entendimento mais amplo do que os latino-americanos valorizavam ou admiravam.

Conclusões

A avaliação cuidadosa da literatura sobre opinião pública e elaboração de políticas para a América Latina indica que as sondagens têm menos influência do que o mais ardoroso celebrador da “democracia americana” imagina. Isto é verdade devido a uma série de razões. Ambos a elite e o público de massa têm se dividido com respeito a aproximadamente todas as maiores questões na América Latina, de forma que não há um mandato popular predominante para uma política sobre outra. Membros da elite podem escolher, selecionar políticas por outro critério. E assim justificar suas escolhas com relação às preferências do público de massa com o qual eles concordam. Do mesmo modo, membros da elite política claramente manipulam a opinião de massa pela forma como relatam acontecimentos, o tempo e a orientação de novas explanações, e a busca de endosso nos negócios, trabalho e setores acadêmicos da sociedade. Além disso, questões de política externa geralmente não têm a importância de questões domésticas para eleitores nos Estados Unidos, e apesar de questões como a ascensão de regimes anti-americanos em Cuba ou Nicarágua terem envolvido

muitos americanos nas décadas de 1960 a 1990, nunca exerceram papel tão proeminente para os medos dos cidadãos como o fizeram a Guerra do Vietnam ou os perigos na Europa e no Oriente Médio. Nos anos 90, como as “ameaças” da América Latina pareceram desaparecer ainda mais, pode-se esperar que o público em geral dê menos atenção nessa área, apesar da imigração oriunda da América Latina e as novas oportunidades para investimento funcionarem na direção oposta. Outros constrangimentos que analistas têm notado quanto ao grau no qual a opinião pública pode moldar políticas latino-americanas incluem o baixo nível de informação específica que o público de massa tem, a influência dos mídia na elaboração da opinião, e as críticas da própria arte da sondagem.

Dadas essas limitações no impacto da opinião nos Estados Unidos, a influência da opinião pública da América latina permanece ainda mais tangencial. Autoridades públicas nos Estados Unidos são eleitoralmente responsáveis por cidadãos no seu país, mas não os da América Latina. Entretanto, através da USIA e de outras fontes, aquelas autoridades monitoram de fato a opinião na América Latina, de forma que as opiniões na região têm se tornado uma parte a mais do processo de formação de políticas. Os constrangimentos à influência da opinião norte-americana também funcionam para a da América Latina: é dividida, mal informada em detalhes, e influenciada pelos mídia e pelas ações das elites políticas. Para as políticas norte-americanas serem bem sucedidas, devem levar em conta a opinião latino-americana, e isso é mais necessário e mais passível nos anos 90 do que antes, devido à ampliação da transição democrática e ao surgimento de organizações de pesquisa de opinião pública efetivas na região.

Revisar o papel da opinião na formação de políticas é portanto útil num duplo sentido, em termos de esclarecer os processos políticos tanto nos Estados Unidos quanto na América Latina. Internamente, tal revisão faz com que o caráter essencial da democracia nos Estados Unidos se destaque mais claramente. Enquanto seria um erro esperar decisões políticas específicas para debruçar-se sobre sondagens de opinião pública, é também necessário apreciar que aquelas políticas devem ser formuladas em conformidade com os valores básicos, conceitos e orientações do povo norte-americano.

Essa não é a democracia direta das reuniões municipais da Nova Inglaterra, mas é governo responsivo para uma nação grande e poderosa. Na América latina, como as sondagens têm sido feitas mais ampla e efetivamente, líderes políticos dos anos 90 devem também levar em conta as orientações de seus cidadãos mais do que foi feito no passado. Talvez, conforme as nações do hemisfério ocidental obtenham maiores níveis de cooperação econômica nos próximos anos, e conforme os crescentes níveis de prosperidade e educação dêem tempo e informação necessários a cada vez mais cidadãos para julgamentos políticos mais informados, a influência da opinião pública crescerá consideravelmente.

Tabela 1
Questões aplicadas nos Estados Unidos sobre a América Latina, por região
Arquivos Roper Center
1939-1992

Ano	Cone Sul	Andes	Caribe	México e América Central	Total
1939	4		1	5	10
1940	1			5	6
1941	3			5	9
1942					
1943	1				1
1944	1			4	5
1945	3			4	7
1946	19			2	21
1947	5	3		1	9
1948	6		1	12	19
1949			1		1
1950	2	1		1	4
1951		1		2	3
1952					
1953	1				1
1954	1		2	2	5
1955	6		2	2	10
1956		1			1
1957					
1958					
1959			3		3
1960	1		16	1	18
1961			11		11
1962			16		16
1963			11		11
1964	2		16	1	19
1965			20	1	21
1966			3	1	4
1967			3		3
1968			2		2
1969			4		4
1970			2	2	4
1971	1		1	9	11
1972	22	6	11	1	40

1973	9	6	5	6	26
1974	9		16	7	32
1975	5	1	2	15	23
1976	3		7	8	18
1977	15	1	21	51	88
1978	3		45	75	123
1979	6	1	32	28	67
1980	1	2	40	5	48
1981	4		18	54	76
1982	66		43	129	238
1983	17	3	97	273	390
1984	2	2	29	99	132
1985	8	2	20	114	144
1986		1	7	216	224
1987	3		10	196	209
1988	9	6	24	113	152
1989	4	27	12	131	174
1990	3	33	8	91	135
1991	12	2	16	61	91
1992	6	1	8	17	32

Cone Sul – Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai

Região Andina: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela

Região Caribenha: Repúblicas das Ilhas, incluindo Cuba

América Central e México: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá

Tabela 2
Temas de questões aplicadas nos Estados Unidos sobre a América Latina
Arquivos Roper Center, 1939-1992

Países	Diplomacia	Defesa	Opiniões	Informação
Argentina	54	5	25	20
Bolívia	6	2		4
Brasil	36	6	39	10
Chile	14	1	13	9
Colômbia	37	15	1	7
Cuba	155	74	23	20
República Dominicana	7	7		2
Ecuador				2
El Salvador	175	123	15	31
Guatemala	10	2	3	1
Haiti	1			2
Honduras	23	12	2	2
México	61	20	66	3
Nicarágua	447	89	19	57
Panamá	282	114	6	44
Paraguai	8	3		2
Peru	10	1	7	10
Uruguai	1			
Venezuela	3		3	1
Total	1330	474	222	227

Nota: o sistema de classificação por questões do Roper Center define “diplomacia” como política externa norte-americana; “defesa” como política de defesa norte-americana / gastos, defesa civil, serviço militar, uso da força militar; “opiniões” como opiniões sobre países estrangeiros, líderes e pessoas, e “informação” como conhecimento sobre temas e candidatos, conhecimento geral e histórico.

Tabela 3
Atitudes com relação aos Estados Unidos em áreas urbanas de cinco países da
América Latina, 1955 (em%)

Países e Número de Casas	Favoráveis	Desfavoráveis
Venezuela (414)	82	3
Cuba (472)	79	10
Colômbia (518)	75	7
Chile (1.424)	62	13
Brasil (489)	60	9

Questão: “Por favor pegue este cartão. Eu vou elencar uma série de países, e você me dirá qual sua opinião de cada um”. As alternativas no cartão eram: muito favorável, favorável, neutro, desfavorável, muito desfavorável. No Chile, a amostra era de chilenos de 18 anos ou mais em 33 cidades de 10.000 ou mais habitantes. Nos outros países, o survey foi realizado em Bogotá, Medellín, Caracas, Havana, Rio de Janeiro e São Paulo.

Fonte: United States Information Agency, 1955. *Chilean Attitudes toward the United States and U.S. Economic Policies*. Relatório n. 3, 31 de Outubro.

Gráfico 1
Questões aplicadas nos Estados Unidos sobre a América Latina, por região
Arquivos Roper Center, 1939-1992

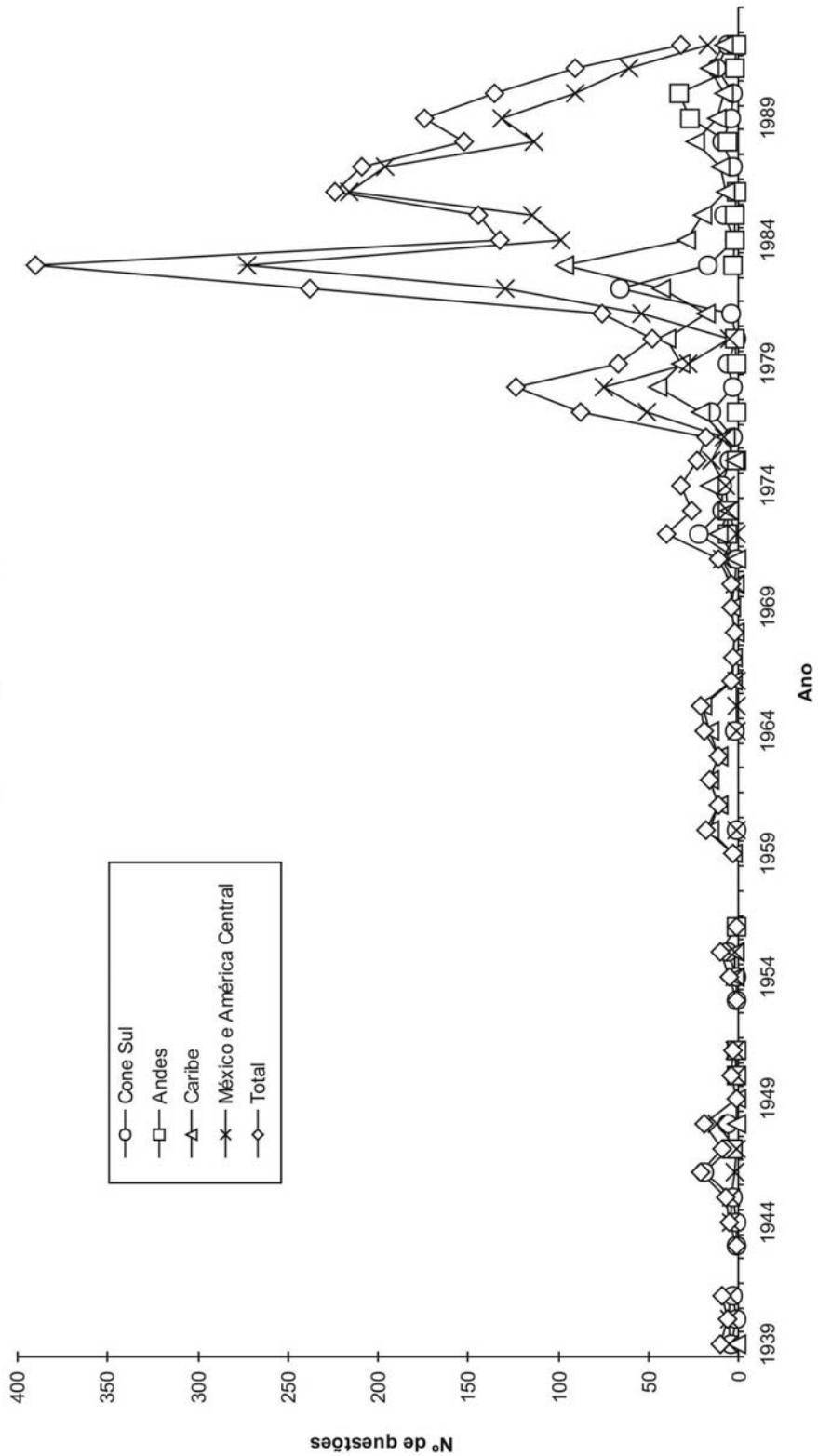


Gráfico 2
Número de questões aplicadas nos Estados Unidos sobre a Argentina, por ano
Arquivos Roper Center
1939-1992

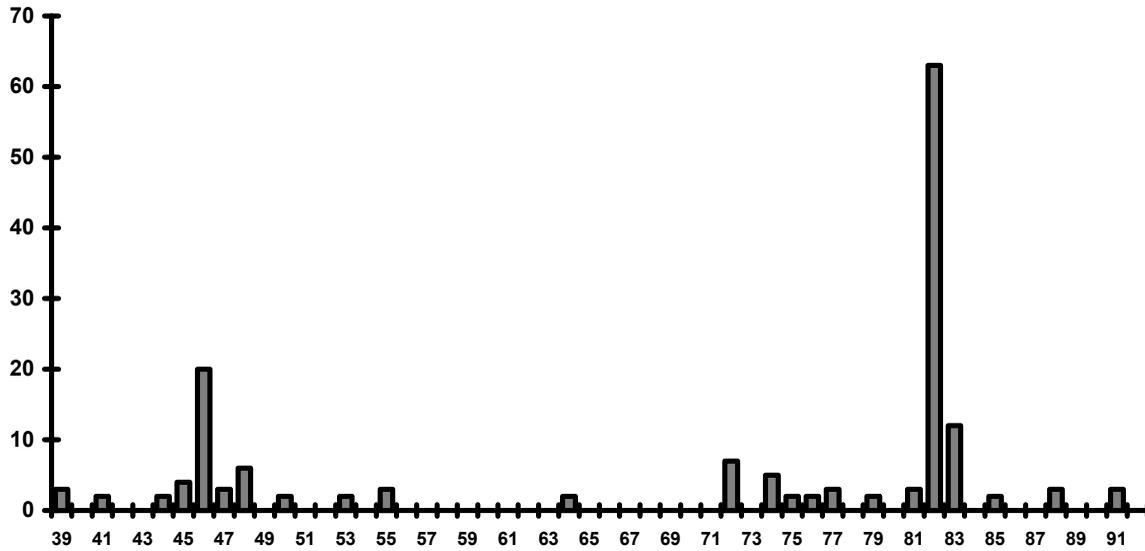


Gráfico 3
Número de questões aplicadas nos Estados Unidos sobre Cuba, por ano
Arquivos Roper Center
1939-1992

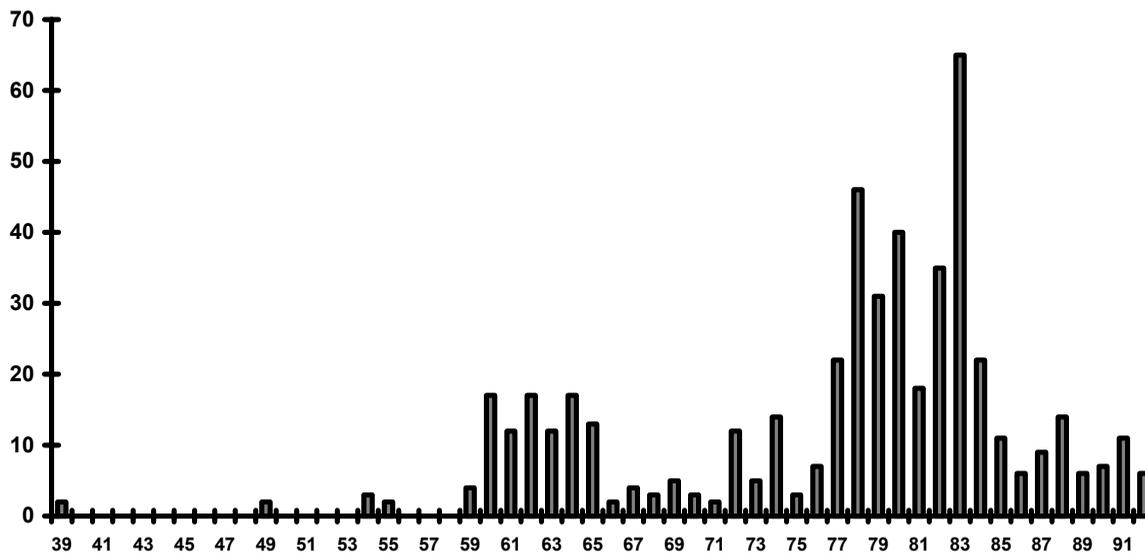
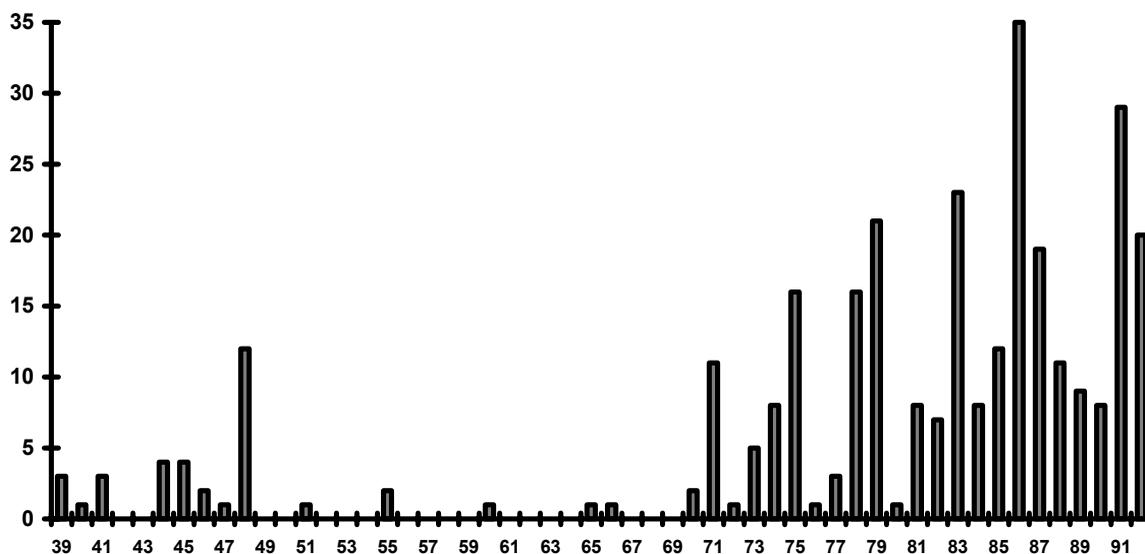


Gráfico 4
Número de questões aplicadas nos Estados Unidos sobre o México, por ano
Arquivos Roper Center
1939-1992



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDUNCÍN, E. *Los valores de los mexicanos*. Mexico City: Fomento Cultural Banamex, 1986.

ALMOND, G. I. A. *The american people and foreign policy*. New York: Praeger, 1950.

ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BENNET, W. L. Marginalizing the majority: conditioning public opinion to accept managerial democracy. In: MARGOLIS, M.; MAUSER, G. A. (ed.). *Manipulating public opinion: essays on public opinion as a dependent variable*. Pacific Grove, CA: Brooks/Cole Publishing Company, 1989.

BOLLINGER, W. Poolsters invade Nicaragua: pre-election survey flood. *Interamerican Public Opinion Report*, v. 1, n. 14, p. 4-5, january 1990.

BRADFORD, C. I., Jr, et al. *New directions in development: latin american, export credit, population growth, and U.S. attitudes*. New York: Praeger Publishers, 1972.

CARBALLO DE CILLEY, M. *Qué pensamos los argentinos? Los calores de los argentinos en nuestro tiempo*. Buenos Aires: El Cronista Comercial, 1987.

CATTERBERG, E. *Argentina confronts politics: political culture and public opinion in the argentine transition to democracy*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1989.

CHOMSKY, N. All the news that fits. *Utne Reader*, p. 56-65, february-march 1986.

CLAUDE, I. L., Jr. *The impact of public opinion upon foreign policy and diplomacy: open diplomacy revisited*. The Hague: Mouton & Co, 1965.

CLYMER, A.. Poll finds americans don't know U.S. positions on Central America. *New York Times*, 1 july 1983.

DENT, D. W. Public opinion and latin american policy. *Unpublished paper*, 1993.

FALCOFF, M. *Small countries, large issues: studies in U.S.-latin american asymmetries*. Washington: American Enterprise Institute for Public Opinion Research, 1984.

FERRANDO, D. *Estúdio de percepciones sobre drogas de la población urbana del Peru: una investigación de opinión pública*. Lima: Centro de información y educación para la prevención del abuso de drogas, 1989.

FOSTER, G. D. Public opinion: the fulcrum of alliance cohesion. In: SABROSKY, A. N. (ed.). *Alliances in U.S. foreign policy: issues in the quest for collective defense*. Boulder: Westview Press, 1988.

FREE, L. A.; CANTRIL, H. *The political beliefs of americans: a study of public opinion*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1967.

FRIEDMAN, R. I. Sellig Israel to America: the Hasbara project targets the U.S. media. *Mother Jones*, n. 52, p. 21-26, february-march 1987.

GRAYSON, G. W. Anti-americanism in Mexico. In: RUBINSTEIN, A. Z.; SMITH, D. E. (ed.). *Anti-americanism in the third world: implications for U.S. foreign policy*. New York: Praeger, 1985.

HERNÁNDEZ, A. M. et al. *Como somos los mexicanos*. Mexico city: Centro de Estudios Educativos, 1987.

HOLSTI, O. R.; ROSENAU, J. N. The structure of foreign policy attitudes among american leaders. *Journal of Politics*, v. 52, n. 1, p. 94-125, february 1990.

HOROWITZ, I. L. Latin America, anti-americanism, and intellectual hubris. In: RUBINSTEIN, A. Z.; SMITH, D. E. (ed.). *Anti-americanism in the third world: implications for U.S. foreign policy*. New York: Praeger, 1985.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1980.

INSULZA, J. M. The United States and Central America. In: WESSON, R.; MUÑOZ, H. (ed.). *Latin american views of U.S. Policy*. New York: Praeger, 1986.

KEGLEY, C. W., Jr.; WITTKOPF, E. R. *American foreign policy: pattern and process*. New York: St. Martin's Press, 1979.

LADD, E. Carl. Public opinion on Central America. *Public Opinion*, v. 6, n. 4, p. 21-41, aug.-sept. 1983.

_____. Foreword. In: SOBEL, R. (ed.). *Public opinion in U.S. foreign policy: the controversy over Contra Aid*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, 1993.

LEOGRANDE, W. M. *Central America and the polls: a study of U.S. foreign policy toward El Salvador and Nicaragua under the Reagan administration*. Washington Office on Latin America, 1987.

_____. *Did the public matter? The Impact of opinion on congressional support for Ronald Reagan's Nicaraguan policy*. In: SOBEL, R. (ed.). *Public opinion in U.S. foreign policy: the controversy over Contra Aid*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, 1993.

LEVERING, R. B. *The public and american foreign policy, 1918-1978*. New York: William Morrow and Company, 1978.

MARTÍN-BARÓ, I. *Así piensan los salvadoreños urbanos (1986-1987)*. San Salvador: UCA Editores, 1987.

_____. *La opini3n p3blica salvadoreña (1987-1988)*. San Salvador: UCA Editores, 1989.

MAYER, W. G. *The changing american mind: how and why american public opinion changed between 1960 and 1988*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1992.

MOORE, D. W. *The Superpollsters: how they measure and manipulate public opinion in America*. New York: Four Walls Eight Windows, 1992.

MORENO, D. *U.S. policy in Central America: the endless debate*. Miami: Florida International University Press, 1990.

NOELLE-NEUMANN, E. *The spiral of silence: public opinion - our social skin*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y. *The rational public: fifty years of trends in american's policy preferences*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

PASTOR, R. A. *Congress and the politics of U.S. foreign economic policy, 1929-1976*. Berkeley: University of California Press, 1980.

PATTERSON, S. C. The political cultures of the american states. In: LUTTBEG, N. R. (ed.). *Public opinion and public policy: models of political linkage*. Homewood, ILL.: The Dorsey Press, 1968.

RIELLY, J. E. *American public opinion and U.S. policy 1979*. Chicago: Chicago Council on Foreign Relations, 1975.

_____. *American public opinion and U.S. foreign policy 1983*. Chicago: Chicago Council on Foreign Relations, 1983.

_____. America's State or mind: trends in public attitudes toward foreign policy. In: KEGLEY, C. W., Jr.; WITTKOPF, E. R. (ed.). *The domestic sources of american foreign policy: insights and evidence*. New York: St. Martin's Press 1988.

ROSENBERG, M. J. Attitude change and foreign policy in the cold Era. In: ROSENEAU, J. (ed.). *Domestic sources of foreign policy*. New York: The Free Press, 1967.

SALMOM, C. T.; MOH, C.-Y. The spiral of silence: linking individual and society through communication. In: KENNAMER, J. D. (ed.). *Public opinion, the press, and public policy*. Westport: Praeger, 1992.

SIGELMAN, L. The presidency: what crisis of confidence?. In: GRABER, D. (ed.). *The president and the public*. Philadelphia: Institute for the Study of Human Issues, 1982.

SMITH, B. H.; TURNER, F. C. The meaning of survey research in authoritarian regimes: Brazil and the southern cone of Latin America since 1970. In: WILKIE, J. W.; PERKAL, A. (ed.). *Statistical abstract of Latin America*. Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications, v. 23, 1984.

SMITH, P. H. (ed.). *Drug policy in Americas*. Boulder: Westview, 1992.

_____. U.S.-Mexican relations: the 1980s and beyond. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 27, n. 1, p. 91-101, february 1985.

SNIDERMAN, P. M. A new look in public opinion research. In: FINIFTER, A. W. (ed.). *Political science: the State of the discipline II*. Washington: The American Political Science Association, 1993.

SOBEL, R. (ed.). *Public opinion in U.S. foreign policy: the controversy over Contra Aid*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 1993.

_____. *Public opinion toward U.S. involvement in Central America*. Paper presented at the annual conference of the American Political Science Association, Chicago, Illinois, Sept. 1987.

STIMSON, J. A. *Public opinion in America: moods, cycles, and swings*. Boulder: Westview Press, 1991.

SUSSMAN, B.. *What americans really think: and why our politicians pay no attention*. New York: Pantheon Books, 1988.

TURNER, F. C. Rethinking political culture. In: SMITH, P. H. (ed.). *Democracy and social science in Latin America: issues, methods, and comparative perspectives*. Boulder: Westview Press, 1994.

TURNER, F. C.; CARBALLO DE CILLEY, M. Argentine attitudes toward the United States. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 1, n. 4, p. 279-93, dec. 1989.

UNITES STATES INFORMATION AGENCY. *Chilean attitudes toward the United States and U.S. economic policies*. Report n. 3, 31 october 1955.

_____. *The economic and political climate or opinion in Latin America and Attitudes toward the Alliance for progress: results of a public opinion survey in seven countries*. R-110-63 (R). June 1963.

_____. The impact of president Kennedy's visit to Mexico. R-120-62 (R). October 1962.

WIARDA, H. J. *Finding our way? toward maturity in U.S.-Latin American relations*. Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1987.

_____. *American foreign policy toward Latin America in 80s and 90s: issues and controversies from Reagan to Bush*. New York: New York University Press, 1992.

WITTKOPF, E. R. *Faces of internationalism: public opinion and american foreign policy*. Durham: Duke University Press. 1990.

ZAVALA, I. Valores políticos. In: MEDINA, A. H. et al. *Cómo somos los mexicanos*. Mexico City: Centro de Estudios Educativos, 1987.

*Recebido para publicação em Março/1995
Tradução e publicação autorizadas pelo autor*

Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994¹

Antônio Flávio Pierucci

Professor doutor do Departamento de Sociologia da USP
Secretário Executivo da ANPOCS

Reginaldo Prandi

Professor titular do Departamento de Sociologia da USP

Resumo

A filiação religiosa teria alguma influência sobre o voto? Para o Brasil de hoje, em que tantas são as alternativas religiosas, com diversas visões de mundo e diferentes noções de política, e tão intenso é o movimento de conversão e reconversão, esta questão ganha importância cada vez maior. Em 1994, no decorrer da campanha eleitoral para presidente da República, trabalhando em colaboração com institutos de pesquisa de opinião, foi possível incluir em alguns surveys de alcance nacional perguntas sobre filiação religiosa e participação em movimentos religiosos. É com esta espécie de informação, praticamente inédita entre nós, que buscamos responder à pergunta sobre a relação religião-voto.

Palavras-chave: religião, eleições presidenciais, participação religiosa, participação política

Abstract

Does the religious affiliation have any influence over the vote? Today in Brazil, where there are many religious options, with many views of the world, different concerns on politics, and a very intensive movement towards conversion and reconversion, this question has much more importance. During the 1994 electoral campaign for the Presidency, the collaboration of public opinion research institutes had made possible to applying questions about the religious affiliation and the participation in religious movements in national quantitative surveys – with this kind of information, practically unknown within us, we seek to answer the question about the relationship between the religion and the vote.

Keywords: Religion, presidential election, religious participation, political participation

¹ Trabalho realizado com apoio do CNPq e apresentado no GT Religião e sociedade, no 18º Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu, MG, de 23 a 27 de novembro de 1994. Em diferentes etapas da pesquisa, colaboraram os bolsistas de iniciação científica André Gambier Campos, Ernesto Luiz Marques Nunes, Fernando Farias Valentin e Maria Cecília Dias de Miranda, todos do curso de Ciências Sociais da USP.

Dedicado a Candido Procópio Ferreira de Camargo.

Introdução

Os observadores da cena eleitoral brasileira sabem muito bem que neste País pode ser fatal para um candidato, perante um eleitorado de massa como o nosso, declarar que não acredita em Deus, ou simplesmente vacilar nesta matéria. Fernando Henrique Cardoso, na campanha para a prefeitura de São Paulo em 1985, experimentou na própria carne a gravidade desta falha. Acredita-se que perdeu a eleição por ter hesitado em responder se acreditava em Deus ou não.

Mas o que dizer da religião ou irreligião do eleitor? O fato de alguém não acreditar em Deus influi na decisão do voto? Na hora de escolher entre este ou aquele candidato, qual o peso diferencial da religião do eleitor? Ser católico, protestante, espírita kardecista ou umbandista, faz diferença na escolha eleitoral? Pesa na decisão a favor de um candidato que o eleitor seja adepto do candomblé ou membro de uma Comunidade de Base católica?

Resultados a seguir apresentados mostram que sim: a religião do eleitor faz diferença. A filiação religiosa tem peso nada desprezível na direção e no *timing* de uma escolha eleitoral. Dito de outro modo, a distribuição do eleitorado brasileiro pelas diferentes religiões, sua composição religiosa, acaba afetando de modo considerável a distribuição dos votos num determinado momento da campanha e, conseqüentemente, também o resultado das urnas.

Numa pesquisa como esta, a primeira dificuldade está em encontrar bons indicadores para a autoclassificação religiosa. Entre abril e agosto de 1994, várias perguntas sobre religião foram testadas em levantamentos eleitorais. Desde logo sabíamos que não se pode simplesmente perguntar "qual é a sua religião", pois isto leva freqüentemente adeptos de religiões de dupla identidade, como o caso de religiões afro-brasileiras, a se declararem simplesmente católicos. Chegamos a uma formulação em que ia sendo apresentada ao entrevistado uma lista de religiões, pedindo-se que ele identificasse sua religião quando fosse lida pelo entrevistador. A opção "católica" só era lida depois de se passar pelas religiões evangélicas (pentecostais e históricas), afro-brasileiras (umbanda, candomblé e outras denominações regionais) e espírita kardecista². Certamente há uma boa fração de

² É a seguinte a formulação da pergunta:

Eu vou ler uma lista de religiões para que você me indique qual delas é a sua. (LEIA DEVAGAR, FAZENDO PAUSA APÓS CADA ALTERNATIVA, EXATAMENTE NESTA ORDEM. NUNCA PERGUNTE DIRETAMENTE "QUAL É A SUA REUGIÃO?" SÓ LEIA OS PARÊNTESES SE O ENTREVISTADO TIVER DÚVIDAS SOBRE A CLASSIFICAÇÃO)

1. Evangélica pentecostal (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Cruzada Evangélica, Evangelho Quadrangular, o Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Deus é Amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo, Internacional da Graça Divina, Nova Vida, Igreja Evangélica Pentecostal, Igreja Pentecostal, Crente pentecostal)

seguidores das religiões afro-brasileiras que ainda assim se pensam como católicos, e assim se declaram, pois a herança da sociedade tradicional, em que essas religiões se formaram, não está totalmente apagada, e o velho sincretismo ainda faz sentido: para ser brasileiro, quando se é negro e se foi escravo, é necessário ser católico, pois fora do catolicismo não se pode chegar à identidade que une o país como um todo. O apego à identidade católica por parte de afro-brasileiros é sem dúvida mais forte entre os que vivem em piores condições e mais à margem dos processos de integração na sociedade moderna. A estratégia adotada deve, contudo, ter ampliado a possibilidade de auto-identificação dos afro-brasileiros.

Outra preocupação era com os católicos, confissão religiosa da grande maioria da população brasileira, mas que se divide em grupos internos, com visões de mundo muito diversas e, às vezes, antagônicas em certos aspectos pertinentes ao nosso tema. Testamos primeiro os graus de participação dos católicos nas atividades religiosas, mas acabamos deixando de lado a questão, preferindo dividi-los em função de sua adesão a movimentos no interior do catolicismo, de olho sobretudo nos carismáticos (Movimento de Renovação Carismática Católica) e nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base)³.

Definidas as formas de perguntar, tratamos de aplicá-las em levantamentos nacionais com amostra suficientemente grande para permitir múltiplos

2. Evangélica não pentecostal (Batista, Presbiteriana, Metodista, Luterana, Episcopal, Anglicana, Congregacional, "Protestante")

3. Umbanda

4. Candomblé ou outra religião afro-brasileira (Xangô, Batuque, Mina, Omolocô, Catimbó)

5. Espírita kardecista, espiritualista

6. Católica

7. Judaica

8. Outra religião (Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová, Seicho-No-Iê, Messiânica, Perfeita Liberdade, Budista, Santo Daime, Esotérica)

9. Não tem religião / nenhuma

10. É ateu / não acredita em Deus

99. Não responde

Observação: Durante os testes das perguntas, listávamos as religiões declaradas na rubrica "outra", a que permitia melhorar as especificações das alternativas, sem ter que fazer uma listagem exaustiva, o que inviabilizaria a pesquisa.

³ Perguntou-se:

(SÓ PARA CATÓLICOS) Você participa de algum movimento ou associação católica como a Renovação Carismática Católica, Comunidade Eclesial de Base, ou outro? (ANOTE TODAS / MÚLTIPLA)

1. Renovação carismática

2. Comunidade eclesial de base

3. Grupo de jovens

4. Encontro de casais

5. Outro. Qual _____

6. Não participa de movimento ou associação

7. Não responde

cruzamentos. O Datafolha, com quem os autores mantêm estreita relação de cooperação desde sua criação em 1982, dado o interesse manifestado por seu diretor, o sociólogo Antônio Manuel Teixeira Mendes, prontamente dispôs-se a incluir as perguntas de religião em algumas de suas pesquisas eleitorais de alcance nacional.

A estratégia da pesquisa consistiu em considerar como amostra total a reunião de duas amostras independentes, uma colhida de 15 a 17 de agosto e a outra em 5 de setembro de 1994. Como não estamos aqui interessados em estimar parâmetros sobre o voto, pouco importam as diferenças em porcentagem das preferências eleitorais nas suas sub-amostras, já que o voto, evidentemente, vai se definindo no tempo. Importa, isto sim, que não haja inversão nas relações entre intenção de voto, a variável dependente, e religião, a variável independente principal. Testes de aderência das distribuições das duas sub-amostras mostraram não presença de diferenças significantes na direção dessas relações. A junção das duas sub-amostras numa só pode ser considerada estatisticamente como a realização de pesquisa em duas etapas, ou ao longo de um largo período de campo, devendo os dados expressar resultados médios que poderiam ser observados por volta de 26 de agosto, quase 40 dias antes das eleições, portanto; o que, para uma investigação como esta, é bastante bom⁴.

Estamos trabalhando, assim, com uma amostra total de 20.993 casos, proporcionalmente distribuídos por todo o Brasil (10.459 casos da primeira sub-amostra e 10.534 da segunda). Nunca se produziu esse tipo de dado no Brasil. Pela primeira vez, com base em uma amostra de quase 21 mil entrevistas por todo o País, um levantamento como este traz à tona informações preciosas sobre a complicada relação entre voto e religião e a influência do fator religioso no comportamento do eleitor brasileiro.

Alguns dos resultados eram esperados pelos observadores mais atentos; muitos outros, porém, são totalmente novos e surpreendentes, curiosos mesmo. Embora os objetivos deste trabalho estejam centrados no voto e suas relações com a filiação religiosa, a pesquisa permitiu gerar muitas informações sobre dimensões numéricas das religiões, bem como diferenças regionais e características diversas sobre a inserção social dos adeptos, o que permite também traçar um quadro da penetração das religiões em âmbito nacional nunca antes alcançado.

⁴ O resultado final das eleições de 3 de outubro deu a FHC 54,3% dos votos válidos (excluídos votos em branco e votos nulos). Nesta pesquisa os votos válidos (excluídas as respostas de tipo branco/nenhum/nulo/não sabe) para FHC representaram 51,9%. Lula teve oficialmente 27,0% e nesta pesquisa 28,5%. Enéas teve 7,4% nas urnas e 4,8% na pesquisa. Quércia recebeu 4,4% dos votos, com 6,5% das intenções na pesquisa. A eleição deu 3,2% dos votos a Brizola e a pesquisa 5,6%, números que para Amin foram 2,8% e 2,7%, respectivamente. Os candidatos Carlos Gomes e Hermani Fortuna com, respectivamente, 0,6% e 0,4% dos votos válidos na eleição, não tiveram menção na pesquisa.

Até onde sabemos, esta é, de longe, a maior pesquisa quantitativa sobre filiação religiosa jamais realizada em nosso País, com exceção dos levantamentos censitários e amostrais oficiais. Cabe entretanto um reparo. Por se tratar de pesquisa eleitoral, o universo investigado é o de eleitores, a população brasileira adulta apta a votar. Isto exclui os menores de 16 anos, os de 16 anos a 18 anos incompletos até 3 de outubro que preferiram não se alistar, e os analfabetos não alistados, uma vez que para estes grupos o cadastramento eleitoral é facultativo. Estamos lidando com uma amostra de (quase) 21.000 cidadãos brasileiros. Esta amostra, contudo, está bastante próxima daquela que se planejará para o conjunto de brasileiros jovens e adultos, independentemente de serem ou não eleitores, pois já em 1988 apenas 10,7% dos indivíduos maiores de dezoito anos não eram eleitores (BERQUÓ & ALENCASTRO, 1992).

As religiões no Brasil

A religião católica sempre foi majoritária e hegemônica no Brasil. Reúne ainda hoje três quartos da população adulta habilitada para o voto (74,9%). Dentre os católicos, a maioria ainda é constituída daqueles que aqui vamos chamar de católicos tradicionais, reunindo tanto os que freqüentam a igreja esporadicamente como os que têm freqüência regular mas não se envolvem em movimentos de renovação ou agremiações de enquadramento que propõem diferentes modelos de reavivamento da vida católica. Representam 61,4% do total de eleitores.

A Tabela 1.1 mostra os números e as distribuições pelas regiões e diferentes localidades⁵. Pode-se observar, por exemplo, que o Nordeste ainda é a região mais católica do País. Lá eles ultrapassam os 80%. A segunda região mais católica é o Sul, com 78,4%, o que não deixa de surpreender, visto que a presença do protestantismo de imigração no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e o dinamismo do pentecostalismo evangélico no Paraná faziam supor "descatolicização" mais acelerada da região. Já as grandes capitais do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, vêm bem mais rarefeita a população católica, cujos totais caem para 65,2% e 59,3%, respectivamente. Número também reduzido de católicos se constata em Salvador, onde não chegam a dois terços dos cidadãos (65,3%) e onde os católicos tradicionais são apenas 56,4%, pouco mais da metade. A capital brasileira menos católica hoje é o Rio; depois vem São Paulo, depois Salvador, as três que, por isto mesmo, destacamos na Tabela 1.1.

⁵ Para facilitar a leitura das tabelas, que são muitas em número e complexas em quantidade de caselas, optamos por sombrear as caselas para as quais queremos chamar a atenção em virtude de apresentarem as porcentagens mais altas para efeito das comparações feitas.

Se a maioria católica é formada de católicos tradicionais, há por outro lado uma grande fatia de 13,5% de cidadãos brasileiros que vivem o catolicismo a partir de reorientação pessoal por uma das diferentes modalidades de internalização ou engajamento religioso⁶. São os católicos das Comunidades Eclesiais de Base, do Movimento de Renovação Carismática, das Equipes de Nossa Senhora, dos Encontros de Casais com Cristo, dos Grupos de Jovens, da Comunhão e Liberação e um sem número de movimentos e associações de caráter regional e local, de pastorais coletivas e de organizações de culto, como as congregações marianas e o apostolado da oração. Deste leque interessam-nos sobretudo dois movimentos.

As Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, movimento formado no curso dos anos 60 até os 70 e hoje em aparente declínio, reúnem ainda 1,8% do total, perto de dois milhões de eleitores. Caracterizam-se por valorização da vivência religiosa que enfatiza os interesses coletivos das classes sociais desfavorecidas, a famosa "opção pelos pobres". Acreditam na participação militante dos católicos no mundo, de modo a promover a transformação material da sociedade, que consideram socialmente injusta. Atribuem por isto menos importância à esfera da vida íntima como espaço privilegiado da religião. Por sua politizada concepção de mundo, as CEBs têm estado associadas aos mais diferentes movimentos sociais de reivindicação e de construção de identidades no campo e na cidade, muito próximas dos partidos políticos de esquerda, sobretudo o PT e, em menor grau, o PCdoB, tendo se mostrado eficientes na "produção de militantes", ou seja, na formação de lideranças comunitárias e partidárias de esquerda (SOUZA, 1993; PIERUCCI, 1984). Representantes mais avançados do catolicismo fundado na Teologia da Libertação, esses católicos formam contingentes eleitorais em torno de 3% em estados como Paraná, Bahia e Ceará.

O Movimento de Renovação Carismática Católica, nascido nos Estados Unidos no final dos anos 60 e logo transplantado para o Brasil, alcança presentemente 3,8% do eleitorado do País. Os carismáticos, ao contrário das CEBs, centram a vida religiosa na esfera da intimidade, desenvolvem acentuado controle moral na esfera da família, dos costumes e da sexualidade, desinteressam-se completamente dos problemas de caráter coletivo, e, por conseguinte, da militância política. Dão grande importância aos dons do Espírito Santo, sobretudo à glossolalia – o dom de falar línguas desconhecidas, quando o Espírito Santo se manifesta nos fiéis em transe coletivo – e o dom da cura divina, o que os aproxima bastante dos evangélicos pentecostais. Marcam porém, e fortemente, sua identidade católica ao acentuarem a devoção a Nossa Senhora, o apego à Eucaristia

⁶ "O conceito de internalização refere-se à maneira pela qual o fiel participa da vida religiosa adotando seus valores, normas e práticas, de modo consciente e deliberado. Opõe-se ao tipo de religião tradicional que se implanta geralmente em sociedades onde instituições sacrais legitimam a ordem social e interpenetram toda a teia de relações humanas" (CAMARGO, 1973, p.77)

e a fidelidade ao Papa. Os carismáticos podem ser considerados um movimento de dupla reação: para dentro do catolicismo, opõem-se frontalmente aos católicos da Teologia da Libertação; para fora, competem com os evangélicos pentecostais na disputa pelos conversos desejosos de experiência religiosa sensível, de maior imanência do sagrado (PRANDI, 1992; MACHADO, 1994).

De todas as modalidades religiosas analisadas nesta pesquisa, o movimento carismático é o mais fortemente feminino: nele as mulheres perfazem nada menos que 70,3% dos adeptos (Tabela 1.2). As mulheres também são majoritárias nas CEBs (57,3%), como aliás em todas as formas de filiação religiosa. Os homens somente são maioria nos dois extremos do quadro religioso brasileiro: entre os católicos tradicionais (52,9%) numa ponta, e entre os que se declaram sem religião (63,8%) na outra extremidade. Sua disposição na Tabela 1.2 desenha curva em pires extremamente significativa.

Os evangélicos totalizam 13,3% do colégio eleitoral, cerca de 13 milhões. São usualmente classificados em dois grandes ramos: os históricos e os pentecostais (CAMARGO, 1973; SOUZA, 1961; MENDONÇA, 1989).

Os protestantes históricos são representados pela igrejas reformadas de origem européia e norte-americana, instaladas no Brasil desde o século passado. Estão completamente enraizados entre nós, caracterizando-se hoje por baixo grau de proselitismo e reproduzindo-se tradicionalmente de geração em geração. Suas principais denominações são: Luterana, Batista, Presbiteriana, Metodista, Episcopal e Congregacional, denominações que, na prática, podem resultar em muitas outras subdivisões. Os evangélicos históricos perfazem hoje 3,3% do eleitorado, alcançando cifras maiores no Rio Grande do Sul (7,4%) e Rio de Janeiro (5,5%).

Os pentecostais tiveram sua origem no reavivamento do protestantismo nos Estados Unidos, caracterizando-se por incansável exercício de conversão dos mais pobres e desamparados. A Tabela 1.5 mostra que 33,3% dos pentecostais têm renda familiar mensal de até dois salários mínimos; a Tabela 1.4 mostra que a taxa de desempregados entre os pentecostais está acima da média nacional, enquanto que a taxa de ocupados como trabalhadores por conta própria irregulares – os que vivem de bicos e biscates, componentes da parcela marginal de trabalhadores – chega a 27,2%, quando a taxa nacional é de 19,1%. A Tabela 1.2 mostra, por sua vez, que a proporção de analfabetos é bem mais alta entre os pentecostais que entre todos os eleitores. São indicadores inequívocos de condições sociais que contribuem muito para tornar homens e mulheres incapazes de organizar a própria vida, obrigando-os a buscar lideranças e instituições que se disponham a fazer isto por eles, quer como uma dádiva, com o que estiveram por tanto tempo familiarizados na sociedade brasileira tradicional, quer como aprendizado de uma disciplina de si que os capacite a melhorar de vida.

Os pentecostais têm o culto bastante centrado no apelo emocional, sobretudo no dom das línguas ou glossolalia, reprodução do episódio bíblico da manifestação do Espírito Santo aos apóstolos no dia de Pentecostes e no dom de cura. As principais denominações pentecostais de origem estrangeira são: Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus e Evangelho Quadrangular. A partir dos anos 70, o pentecostalismo deu origem a diversas denominações constituídas já em solo brasileiro, com ênfase cada vez mais forte no dom da cura, e por isso denominadas de pentecostalismo de cura divina. Mais recentemente surgiram as igrejas agora chamadas de neopentecostais (MARIANO, 1995). De modo geral especializaram-se no uso da televisão, voltaram o culto para as massas, em grandes espaços, centrando-o enfaticamente nos exorcismos, e desenvolveram uma teologia que valoriza a prosperidade e reabilita eticamente o dinheiro e os ganhos materiais. As principais igrejas formadas em solo brasileiro são: o Brasil para Cristo, esta bastante antiga e considerada uma igreja de transição, Casa da Bênção, Nova Vida, Deus é Amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça Divina e Renascer em Cristo. Estas denominações maiores cindiram-se e continuam a cindir-se em um grande número de igrejas pequenas. Entre os pentecostais o mal é sempre visto como obra do demônio, adotando por isso as igrejas de formação mais recente o exercício recorrente da vexação e expulsão dos demônios, que identificam com divindades e espíritos das religiões afro-brasileiras. Os pentecostais insistem na permanência de seus adeptos longe da política, fazem propaganda contra partidos e candidatos de esquerda, mas elegem deputados pastores que procuram, pelos mais diferentes meios, ganhar espaço para o Evangelho, o que na prática significa vantagens e privilégios para as suas igrejas (PIERUCCI, 1989; MARIANO & PIERUCCI, 1992), que eles consideram discriminadas negativamente em um País de cultura católica.

Os espíritas seguem a religião de Alan Kardec, introduzida no Brasil no final do século passado e que desde então tem exercido grande fascínio sobre camadas médias urbanas. Representam hoje considerável contingente do eleitorado: 3,5%. Cerca de três milhões de cidadãos brasileiros são espíritas de mesa branca. Valorizam o progresso espiritual e intelectual do indivíduo, estimulando a mobilidade social através da escolarização. Dão grande importância ao trabalho assistencial aos desvalidos de toda sorte. Mostram grande capacidade de organização burocrática e forte apego a um tipo de literatura religiosa amplamente produzida, através da psicografia, pelos espíritos de mortos ilustrados.

Nos dois estratos mais altos de escolaridade (Tabela 1.2), os kardecistas se destacam dentre todos os grupos religiosos: 35,3% de seus adeptos têm segundo grau e nada menos que 25,0% têm curso superior. Suas mais altas concentrações estatísticas verificam-se na cidade de São Paulo (8,0%) e Rio de Janeiro (7,5%), conforme dados da Tabela 1.1. Mais da metade dos kardecistas, aliás, encontra-se

nas capitais e Regiões Metropolitanas (52,6%), conforme a Tabela 1.3, com outros 35,8% em cidades grandes e médias. Apenas 11,6 % residem em cidades pequenas do interior, que entretanto somam 33,5% do eleitorado brasileiro, o que reforça, por contraste, suas características de religião de urbanitas.

Outras tantas religiões tipicamente urbanas, melhor dizendo, metropolitanas, são as afro-brasileiras. Mais de dois terços de seus adeptos (70,6%) são residentes das capitais e Regiões Metropolitanas. O candomblé é ainda mais marcadamente metropolitano do que a umbanda (73,7% contra 69,2%, pela Tabela 1.3). As religiões afro-brasileiras representam apenas 1,3% do conjunto dos cidadãos eleitores; mas, conforme a Tabela 1.1, chegam à proporção de 4,9% na cidade do Rio de Janeiro e de 3,7% na cidade de São Paulo, mostrando-se bastante expressivas e especialmente visíveis nestes dois cenários particularmente importantes da vida pública brasileira.

Abrangendo menos de um milhão e meio de eleitores, as religiões afro-brasileiras são formadas primeiro pelas religiões tradicionais de origem africana, com 0,4% do eleitorado, as quais recebem nomes regionais: candomblé na Bahia, no Rio de Janeiro e agora em São Paulo e demais regiões do País por onde tem se disseminado nos últimos vinte anos; xangô em Pernambuco e estados vizinhos, tambor de mina no Maranhão e estados da Amazônia; batuque ou nação no sul do País; além do omolocô, religião de origem recente, mas que segue os modelos litúrgicos tradicionais, sobretudo no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Até os anos 60, as religiões tradicionais afro-brasileiras estavam circunscritas às populações negras como religiões étnicas, perdendo aos poucos este caráter para se constituírem em religiões universais, abertas a todos, desde os mais pobres até segmentos das classes médias e altas urbanas. Abertas a todos, sobretudo aos metropolitanos de todo tipo e classe. Conforme era esperado, a taxa de seguidores do candomblé em Salvador é a mais elevada (2,1% na Tabela 1.1).

O outro grande ramo das religiões afro-brasileiras é a umbanda, nascida no Sudeste nos anos 30, resultante do contato entre o espiritismo kardecista e o candomblé. Rapidamente espalhada por todo o País, hoje reunindo 0,9% dos eleitores brasileiros, a umbanda guarda características de suas religiões fundantes, sendo desde logo uma religião que mantém em torno de si vasta clientela que a procura para soluções de problemas de saúde, emprego, família, vida afetiva etc., soluções que são buscadas através de oferendas propiciatórias às divindades.

As religiões afro-brasileiras, de ritual bastante complexo, desenvolveram pouco ou nada uma orientação para o comportamento baseada num código de ética, em que a medida de justiça, de bem e de mal estejam em conformidade com critérios universalistas e de bem-estar geral da coletividade. Ao contrário, as noções de certo e errado pautam-se pelas relações entre cada fiel e a divindade que o protege, e o mundo é entendido como um campo de conflitos e enfrentamentos no

qual o fiel deve procurar sua realização pessoal (PRANDI, 1991). Enquanto o kardecismo toma como ideal de sabedoria o indivíduo que logrou desenvolver-se intelectualmente através da escola, alcançando posto elevado na escala das profissões liberais, artes e ciências, as religiões afro-brasileiras valorizam sobremaneira a sabedoria que decorre da própria vivência, glorificando a senioridade dos que vencem por esforço próprio a partir da experiência concreta da vida e que se destacam na luta pela realização dos sonhos inerentes a todos os que partilham a existência terrena. As religiões afro-brasileiras valorizam o bravo, o experiente, o realizador, o vencedor, mas ainda sofrem o peso de sua herança da sociedade escravista-patriarcal, fazendo com que a valorização da dádiva e o apego ao clientelismo mostrem-se ainda presentes e fortes.

Ao falar de religiões afro-brasileiras, é inevitável tocar na questão racial, na cor de seus adeptos. Quando aqui se diz que elas são hoje, e cada vez mais, propostas religiosas "para todos", estamos enfatizando o fato de que é bem alta entre estes grupos religiosos a participação de brasileiros brancos. Mais da metade dos fiéis dos cultos afro-brasileiros são brancos (51,2%), conforme a Tabela 1.1. Na vertente umbandista, a proporção de brancos é ainda maior: 56,2%, proporção semelhante à encontrada para as Comunidades de Base (56,0%), para os evangélicos (55,5%) e para os sem religião (57,0%), todas estas sendo taxas ligeiramente inferiores à de brancos no conjunto do eleitorado (58,6%).

Ocorre, por outro lado, que a participação dos pretos, que é de apenas 7,8% no total de eleitores brasileiros, sobe para 15,2% entre os umbandistas e para 23,9% entre os seguidores do candomblé, o que obviamente faz subir para 18,0% a proporção de pretos no conjunto dos cultos afro-brasileiros. Por conseguinte a cor, ainda hoje, constitui traço sensível na composição dos grupos religiosos afro-brasileiros (sobretudo nos estados do Nordeste, onde se originaram), desde que se esteja falando especificamente dos "pretos", segundo nomenclatura do IBGE⁷.

Em se tratando porém dos "pardos", ou mulatos, a Tabela 1.2 mostra um dado surpreendente: é maior sua presença entre as pentecostais (34,3%) e os católicos das Comunidades de Base (34,1%), do que entre os afro-brasileiros (29,2%). Assim, se agora somarmos pardos e pretos, vamos descobrir que vão atingir a casa dos 45,4% entre os pentecostais, taxa superior à observada para os umbandistas, que é de 42,7%, a qual, por sua vez, é muito próxima da taxa de pretos e pardos nas CEBs católicas: 42,2%. No candomblé, todavia, a proporção

⁷ Na presente pesquisa, em metade da amostra a cor do entrevistado foi anotada de acordo com a classificação feita pelo entrevistador. Na outra metade registrou-se a autoclassificação do entrevistado. Ao comparar os dois critérios, notou-se um pequeno aumento na proporção de brancos na amostra em que se usou a autoclassificação. Ao se compararem os perfis socioeconômicos destes dois grupos, verificou-se, contudo, serem as distribuições estatisticamente aderentes, mostrando-se ambos os critérios adequados para os objetivos em questão.

sobe para 56,8%, o que representa belo contraste em relação ao total do eleitorado, no qual a participação de pretos e pardos – ou seja, a população *negra*, conforme nomenclatura preferencial de muitos segmentos do movimento negro no Brasil – encontra-se na casa dos 40%.

Restam 2,0% de eleitores adeptos de um conjunto muito grande de religiões que não se classificam nos grandes grupos acima enumerados: judaísmo, budismo, adventista, Testemunhas de Jeová, Mórmons, Seicho-No-Iê, Perfeita Liberdade, Igreja Messiânica, Santo Daime, seitas de práticas esotéricas e várias outras. Difícil tratar aqui de agregado tão heteróclito. Resta-nos chamar a atenção para dados curiosos, como, por exemplo, sua maior concentração na cidade de Salvador, onde a taxa de outras religiões dobra para 4,1 %, conforme a Tabela 1.1.

Vale a pena, entretanto, determo-nos um pouco mais no grupo dos "sem religião". Eles são 4,9% do eleitorado total, cerca de quatro milhões e meio de cidadãos. Nas três capitais destacadas na Tabela 1.1, sua participação é bem interessante: 6,2% na cidade de São Paulo, 7,2% em Salvador e 11,1% no Rio de Janeiro. Este último dado – mais de um décimo dos cidadãos cariocas não têm religião – e realmente impressionante. É no Rio de Janeiro que vamos encontrar a população mais laicizada, a mais pluralista em termos religiosos, a menos católica de todo o País.

Ainda dos "sem religião" pode-se dizer (conforme dados das Tabelas 1.1 a 1.4) que são o grupo mais masculino; que nada menos do que 17,2% têm o mais alto grau de instrução; que 25,6% são jovens entre 18 e 24 anos; que 50,3% deles são seres metropolitanos; que sua taxa de ocupação (71,6%) é das mais altas do País; e, finalmente, que a quantidade de "sem religião" com renda familiar mensal acima de vinte salários mínimos é o dobro (12,1 %) do verificado para o total de eleitores brasileiros (6,3%). Todos estes traços dos "sem religião" são mais ou menos esperados. Intrigante vai ser o seu comportamento eleitora!

Para finalizar esta seção, gostaríamos de chamar a atenção para a parte da Tabela 1.3 relativa ao local de residência. A configuração resultante do sombreamento das caselas com os picos de cada grupo religioso em sua distribuição desigual entre capital e interior, de si só, traduz de modo impressionantemente aderente a teoria sociológica mais clássica a respeito da mudança social. Há um aspecto importante no processo de modernização e desenvolvimento cultural que encontra uma de suas melhores traduções nesse diagrama de mudança religiosa que se acabou desenhando na Tabela 1.3. Trata-se do famigerado processo de secularização: da hegemonia de uma religião ao pluralismo religioso definitivamente instalado. No caso do Brasil: os católicos de todos os tipos têm hoje suas melhores taxas no interior, seja nas cidades grandes e médias, seja nas cidades pequenas; todas as outras religiões – e, neste sentido e direção, a pluralidade religiosa e a opção por não ter religião – têm seus melhores

desempenhos nas capitais e Regiões Metropolitanas. Até aí, portanto, nenhuma crise de paradigma!

As religiões e o voto

A Tabela 2.1 mostra as intenções de voto para presidente em cada grupo religioso que estamos considerando.

Os católicos, tanto se tomados genericamente quanto os católicos tradicionais, por serem a grande maioria, apresentam perfil de voto semelhante ao do total do eleitorado. Os carismáticos, contudo, votam um pouco mais em Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e menos em Orestes Quércia (PMDB) e Leonel Brizola (PDT), enquanto os católicos das CEBs votam muito mais em Luiz Inácio Lula da Silva (PT), além de apresentarem a menor taxa de votos em branco e nulos.

Os evangélicos votam menos em FHC; e menos ainda em Lula. Entre eles Quércia tem o seu melhor desempenho. No ramo dos evangélicos históricos, a preferência por Quércia aumenta ainda mais, com boa aceitação de Esperidião Amin (PPR). Apresentam uma baixíssima escolha por Fernando Henrique, a segunda mais baixa. No ramo pentecostal, a grande marca e a baixa taxa de voto em Lula, a mais baixa entre todos os grupos religiosos. Continuam votando bem em Orestes Quércia e mostram elevada taxa de indecisão, também a mais alta encontrada.

Os espíritas kardecistas votam em FHC em proporção bem acima da média. É entre eles que Enéas Carneiro (PRONA) tem seu melhor desempenho. Comparativamente, votam muito menos em Quércia e apresentam a menor taxa de indecisão dentre todas as religiões.

Os afro-brasileiros têm altíssima preferência por Lula, inferior somente à das CEBs. Votam em Brizola em proporção bem acima da média. Entre eles FHC tem seu pior desempenho (11 % menos que a média).

Os de outras religiões apresentam a maior incidência de votos em branco e nulos e sintomaticamente alta preferência por Enéas. Comportamentos gêmeos.

O grupo sem religião vota bem mais em Lula e bem menos em FHC.

Pode-se sustentar com seriedade a hipótese de que existe um efeito nada desprezível da diferença religiosa na definição do voto. Considerando, contudo, que as religiões brasileiras têm composições sociais diferentes, conforme mostramos atrás, é de se perguntar se os resultados em voto não seriam decorrência mais dos fatores sociais e demográficos que diferenciam os grupos religiosos uns dos outros do que do fator religião. Por isso tratamos em seguida de estabelecer cruzamentos que nos permitam fixar a influência de variáveis não religiosas, de modo a se poder vislumbrar o efeito líquido da religião.

As Tabelas 3.1 a 3.8 mostram o voto cruzado por religião e por três fatores selecionados como medidas de diferenças importantes: sexo, cor e escolaridade, os quais, numa etapa anterior, tinham se mostrado mais capazes de influir no comportamento eleitoral.

Quando se observa a variável sexo, para o voto em FHC, os melhores resultados estão entre os homens kardecistas e as mulheres carismáticas. A cor branca reforça a posição dos kardecistas pró FHC, o que não ocorre quando se trata de kardecistas negros. A educação superior joga, entretanto, um papel importante no sentido de tornar o voto em FHC menos diferenciado entre as religiões, com exceção dos católicos de CEBs e dos sem religião, os quais, quanto mais escolarizados, menos votam em FHC. O voto dos afro-brasileiros em FHC diminui quando se trata de eleitor preto.

Vimos que Lula tem o voto preferencial dos católicos das CEBs, o que se confirma em qualquer dos grupos de sexo, cor e escolaridade. A baixa preferência por Lula entre os pentecostais repete-se também em todas essas subdivisões, atingindo porém seu ponto mais baixo entre as mulheres pentecostais. O mesmo se pode dizer dos afro-brasileiros e dos que declaram não ter religião. Os negros, quer sejam católicos tradicionais, quer sejam kardecistas ou afro-brasileiros, têm preferência por Lula, o que deixa entrever um efeito do fator cor como fonte de variação que se soma ao fator religioso.

Os kardecistas e os de outras religiões, que são os que mais votam em Enéas, não alteram a direção de sua escolha quando são observados separadamente segundo as categorias de sexo, cor e escolaridade.

O mesmo se dá com a preferência dos evangélicos por Quércia e dos afro-brasileiros por Brizola. No caso de Brizola o efeito da escolaridade tende a anular o efeito da religião. Os evangélicos históricos votam em Amin independentemente dos outros fatores.

As conclusões até aqui obtidas dizem que a religião joga papel importante na definição do voto, independentemente de diferenças sociais que marcam os grupos. Em certas circunstâncias algumas categorias, como a educação superior, ou a cor preta, podem atenuar ou reforçar o efeito da religião.

Com o fim de validar estatisticamente estes achados, os dados foram submetidos a um modelo hierárquico de análise de variância, de modo que o efeito da religião fosse calculado após a extração dos efeitos de sexo, cor e escolaridade. Como a variável dependente é qualitativa, ela foi transformada em duas variáveis *dummy*: 1) voto em FHC contra o resto e 2) voto em Lula contra o resto. Como as duas variáveis são interdependentes, pois uma está contida no "resto" da outra, trabalhou-se com níveis de significância de 5% tomados globalmente para duas comparações.

Os resultados apresentados na Tabela 7.1 mostram que há um efeito estatisticamente significativo da religião quando tomada isoladamente (efeito aditivo), mas mostram também que muitas vezes a influência da religião deve ser observada conjuntamente com indicadores de outras dimensões sociais (efeito interativo).

Depois da extração dos efeitos sexo, cor e escolaridade, a análise de classificação múltipla oferece os seguintes valores percentuais que cada religião agrega à média de votação:

	FHC	Lula
Católicos Tradicionais	1,12	0,40
Católicos Carismáticos	4,19	-1,01
Católicos das CEBs	-1,31	8,39
Evangélicos Históricos	-7,42	-2,23
Evangélicos Pentecostais	0,10	-5,49
Kardecistas	2,52	-1,19
Afro-brasileiros	-10,04	3,55
Outras religiões	-6,53	-0,18
Sem religião	-6,96	2,36

Vejamos agora como a rejeição aos dois principais candidatos, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inacio Lula da Silva, também sofre influência da religião. A Tabela 5.1 dá os resultados de rejeição segundo religião cruzada com sexo, cor e escolaridade para FHC, e a Tabela 5.2, para Lula.

Fernando Henrique é mais rejeitado pelos sem religião, seguidos dos afro-brasileiros e, em terceiro lugar, dos católicos das CEBs. No grupo dos sem religião sexo, cor e escolaridade não só não alteram a relação, como os níveis mais altos de escolaridade tendem a acentuar os graus de rejeição. Entre os afro-brasileiros observa-se que não há interferência das variáveis intervenientes (sexo, cor e escolaridade), embora escolaridade superior apareça enfatizando a rejeição. De novo, para as CEBs, a educação elevada favorece a rejeição.

Lula é rejeitado antes de tudo pelos pentecostais, cujas altas taxas são responsáveis pela alta rejeição mostrada pelo total de evangélicos. Nenhum dos fatores sociais aqui considerados alteram a rejeição a Lula pelos pentecostais. Uma segunda fonte de rejeição a Lula é devida aos católicos carismáticos, mas há um efeito interativo do sexo, mostrando-se as mulheres carismáticas as mais resistentes a esta candidatura.

O modelo de análise de variância para rejeição (Tabela 7.2) chega a resultados semelhantes aos obtidos para voto. Os coeficientes percentuais que a análise de classificação múltipla para efeitos líquidos da religião propõe são os seguintes:

	FHC	Lula
Católicos Tradicionais	-0,50	-0,53
Católicos Carismáticos	-0,54	3,16
Católicos das CEBs	2,10	-5,12
Evangélicos Históricos	0,83	-0,75
Evangélicos Pentecostais	-2,18	7,78
Kardecistas	1,49	-2,46
Afro-brasileiros	4,01	-3,39
Outras religiões	0,63	-4,17
Sem religião	4,97	-7,38

Pode-se ver que, no caso dos católicos das CEBs e dos afro-brasileiros, há um aumento significativo nas taxas de rejeição a FHC. A rejeição a Lula, por sua vez, é aumentada entre os católicos carismáticos e os pentecostais, e bastante reduzida entre os sem religião.

Com a finalidade de medir, ainda que de maneira tentativa, diferenças ideológicas das religiões no campo da democracia, lançamos mão de uma bateria de questões sobre as instituições democráticas e a questão dos direitos. Dispúnhamos de questões de atitude sobre: 1) o melhor regime político, 2) o direito de greve, 3) intervenção nos sindicatos, 4) liberdade de existência de partidos políticos, 5) censura a jornais, TV e rádio e 6) fechamento do Congresso Nacional. Os dados foram submetidos a análise fatorial, gerando-se dois fatores. O primeiro é formado pelos itens 1, 4 e 6 e parece referir-se à atitude quanto a instituições e ao regime democrático de modo geral. O segundo fator compõe-se dos itens 2, 3 e 5, podendo dar conta do que aqui chamamos de atitudes em relação a liberdades de organização e expressão.

Cruzamos cada um desses fatores com religião. Para a escala de atitude em relação aos aspectos gerais da democracia não foram encontradas diferenças significantes. Para a escala de atitudes em relação a liberdades de organização e expressão chegamos a resultados bem interessantes (Tabela 6). Os grupos formados pelos pentecostais e os de outras religiões são os que mostram menor apego às liberdades de organização e expressão. O oposto se verifica para os

católicos internalizados, quer carismáticos quer das CEBs, mais os kardecistas, os afro-brasileiros e os de nenhuma religião, que apresentam médias acima do valor geral, aliás aderente à média dos católicos tradicionais. Assim, se há uma posição coincidente com aquela da sociedade como um todo, que é a dos católicos tradicionais, tudo indica que as diferentes opções religiosas envolvem também preferências eleitorais e políticas bem diferenciadas, e às vezes em posições opostas no espectro ideológico.

Conclusão

Vimos através deste vasto *survey* que as diferentes modalidades religiosas são fontes significativas na definição do voto, tanto para escolher candidatos à Presidência, quanto para rejeitá-los. A candidatura Lula mostrou-se mais próxima dos católicos das comunidades de base, dos afro-brasileiros e dos eleitores que se declaram sem religião, e mais distante dos católicos carismáticos e dos pentecostais. Resultados até certo ponto esperados para o observador mais atento, exceto para o caso dos afro-brasileiros. Fernando Henrique obteve maiores taxas de preferência entre os carismáticos, os kardecistas e os católicos tradicionais. Os católicos tradicionais são a grande maioria da população brasileira e a distribuição de suas preferências eleitorais em 1994 reproduz nitidamente a do total do eleitorado. O nome de Quércia teve menções superiores à média entre evangélicos históricos e pentecostais, Amin, entre os evangélicos históricos, Enéas, entre kardecistas e eleitores sem religião.

Quando controlados estatisticamente os fatores sociais não religiosos, os quais, como se viu, definem certos perfis diferenciados para as distintas modalidades religiosas, o efeito da religião sobre o voto não desapareceu. Verificou-se, porém, que a educação universitária tem forte poder diferenciador em si mesma, podendo, por exemplo, atenuar ou mesmo anular a influência da religião. Resultados adicionais parecem indicar que a escolha de um candidato pode estar também associada aos conteúdos ideológicos que se mostram com pesos diferentes em cada religião.

Tabela 1.1
As religiões no Brasil, nas regiões do país e em alguns estados e capitais

Região	Católicos					Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros			Outras religiões	Nenhuma	Total (100%) Nº de casos
Estado Cidade	Total	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Outros movimentos	Total	Históricos	Pentecostais		Total	Umbandistas	Candomblés			
SUDESTE	71,4	59,8	3,2	1,3	7,1	13,9	3,4	10,6	5,0	2,0	1,5	0,5	2,2	5,5	9.394
Estado de S. Paulo	70,6	60,6	3,0	1,1	5,8	14,0	2,5	11,6	5,9	2,1	1,5	0,6	2,4	4,9	4.632
Cidade de S. Paulo	65,2	58,9	2,0	0,8	3,5	13,5	2,3	11,3	8,0	3,7	2,5	1,2	3,4	6,2	1.437
Estado do Rio de Janeiro	62,8	54,9	1,6	0,9	5,5	16,1	5,5	10,6	5,5	3,8	2,9	1,0	2,3	9,4	2.204
Cidade do Rio de Janeiro	59,3	52,3	0,9	0,7	5,3	14,8	4,7	10,1	7,5	4,9	3,3	1,6	2,3	11,1	899
Estado de Minas Gerais	80,2	63,9	4,4	1,4	10,4	11,4	2,3	9,1	3,3	0,5	0,4	0,1	1,5	3,1	2.361
SUL	78,4	60,4	5,0	2,7	10,3	12,8	5,0	7,8	2,4	1,2	1,0	0,2	2,1	3,0	3.357
Rio Grande do Sul	74,0	62,5	1,4	1,9	8,2	13,4	7,4	6,0	3,4	2,5	2,1	0,5	2,1	4,6	1.395
Paraná	79,4	57,3	9,1	3,7	9,3	13,8	2,7	11,1	1,5	0,3	0,3	0,0	2,9	2,1	1.271
NORDESTE	80,4	67,3	3,1	2,2	7,8	10,4	2,6	7,9	1,9	0,6	0,2	0,4	1,6	5,0	5.664
Bahia	77,2	64,1	1,6	3,1	8,5	12,6	4,6	8,0	2,3	0,8	0,1	0,7	2,4	4,8	1.564
Cidade de Salvador	65,3	56,4	2,5	1,8	4,6	13,2	3,8	9,4	7,5	2,7	0,6	2,1	4,1	7,2	244
Pernambuco	74,9	64,8	3,3	1,1	5,9	12,8	2,0	10,8	3,4	1,0	0,5	0,5	1,1	6,9	1.003
Ceará	84,4	71,1	3,2	2,8	7,2	8,5	2,1	6,3	2,0	0,3	0,2	0,1	1,0	3,9	883
NORTE/ CENTRO- OESTE	71,2	55,7	6,0	1,5	8,0	18,1	3,6	14,6	2,9	0,5	0,3	0,2	2,0	5,3	2.553
BRASIL	74,9	61,4	3,8	1,8	7,9	13,3	3,4	9,9	3,5	1,3	0,9	0,4	2,0	4,9	20.968

Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 1.2
Perfil das religiões por sexo, cor e escolaridade

Característica	Católicos					Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros			Outras religiões	Nenhuma	Total
	Total	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Outros movimentos	Total	Históricos	Pentecostais		Total	Umbandistas	Candomblés			
SEXO															
Homem	50,4	52,9	29,7	45,6	42,5	47,1	46,3	47,4	46,0	46,0	45,8	46,5	48,4	63,8	50,4
Mulher	49,6	47,1	70,3	54,4	57,5	52,9	53,7	52,6	54,0	54,0	54,2	53,5	51,6	36,2	49,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de casos	15.707	12.874	799	371	1.659	2.791	720	2.070	736	279	192	87	417	1.036	20.966
COR															
Branco	58,7	58,2	65,5	56,0	59,5	55,5	63,1	53,0	73,6	51,2	56,6	39,9	58,3	57,0	58,6
Pardo/mulato	32,1	32,6	26,3	34,1	30,4	33,1	29,5	34,3	18,8	29,2	27,5	32,9	30,2	33,1	31,7
Preto	7,3	6,2	5,9	8,1	6,1	9,8	6,2	11,1	5,9	18,0	15,2	23,9	6,6	8,9	7,8
Amarelo	0,8	0,8	1,0	0,5	1,1	0,5	0,5	0,4	0,6	0,1	0,2	0,0	4,1	0,6	0,8
Outro	1,1	1,0	1,0	3,6	0,9	1,1	0,7	1,2	1,1	1,5	0,6	3,3	0,8	0,3	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de casos	14.909	12.215	769	353	1.572	2.658	659	1.999	702	261	177	85	391	1.001	19.992
ESCOLARIDADE															
Analfabeto	9,1	9,6	7,7	9,3	6,0	9,5	4,7	11,2	2,6	3,7	2,7	6,1	4,0	9,1	8,7
1º grau	60,7	60,7	56,1	58,2	63,2	65,1	55,8	68,3	37,1	60,4	63,4	53,8	57,0	47,2	59,6
2º grau	23,3	22,8	27,4	23,8	24,9	20,6	29,3	17,6	35,3	25,4	23,5	29,6	29,0	26,6	23,7
Superior	6,9	6,9	8,8	8,7	6,0	4,8	10,2	2,9	25,0	10,5	10,4	10,6	9,9	17,2	7,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de casos	15.648	12.834	797	370	1.647	2.771	717	2.054	734	279	192	87	417	1.031	20.880

Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 1.3
Perfil das religiões por idade e local de residência

	Católicos					Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros			Outras religiões	Nenhuma	Total
	Total	Tradicionalistas	Carismáticos	das CEBs	Outros movimentos	Total	Históricos	Pentecostais		Total	Umbandistas	Candomblés			
IDADE															
16-17	3,8	3,6	3,9	2,7	5,8	2,1	1,7	2,3	1,8	1,3	1,8	0,1	2,9	2,7	3,4
18-24	20,3	20,1	15,7	21,1	23,8	19,4	23,5	18,0	14,0	14,7	14,3	15,7	18,7	25,6	20,1
25-34	27,7	28,5	23,6	27,6	23,2	26,2	23,5	27,2	30,5	40,0	36,4	47,8	30,0	34,5	28,1
35-44	20,1	20,2	21,6	18,7	19,0	20,2	20,9	20,0	23,8	19,8	21,5	16,1	17,7	17,3	20,1
45-59	17,2	16,7	23,9	17,8	18,0	19,5	17,8	20,1	19,5	19,4	20,2	17,4	19,9	13,8	17,5
60 ou +	10,9	10,9	11,3	12,1	10,1	12,5	12,7	12,4	10,4	4,8	5,8	2,8	10,8	6,1	10,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	37,0	37,0	38,8	37,5	36,2	38,2	37,7	38,4	38,6	35,9	36,7	34,1	37,8	33,6	37,1
Nº de casos	15.706	12.877	799	371	1.659	2.791	720	2.070	736	279	192	87	417	1.036	20.765
LOCAL															
Capital e R.M.	31,8	33,7	21,9	20,6	24,3	41,7	40,4	42,2	52,6	70,6	69,2	73,7	47,7	50,3	35,6
Interior: gran/méd	31,7	30,9	40,6	34,1	32,9	27,7	30,3	26,8	35,8	20,4	24,0	12,6	30,6	28,2	30,9
Interior pequenas	36,5	35,4	37,5	45,3	42,9	30,6	29,4	31,0	11,6	9,0	6,8	13,7	21,8	21,5	33,5
Total do interior	68,2	66,3	78,1	79,4	75,8	58,3	59,7	57,8	47,4	29,4	30,8	26,3	52,4	49,7	64,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de casos	15.709	12.880	799	371	1.659	2.791	720	2.070	736	279	192	87	417	1.036	20.968

Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 1.4
Perfil das religiões por posição na PEA e posição na ocupação

	Católicos					Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros			Outras religiões	Nenhuma	Total
	Total	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Outros movimentos	Total	Históricos	Pentecostais		Total	Umbandistas	Candomblés			
PEA															
Ocupado	64,7	65,4	56,5	75,2	60,7	58,9	64,2	56,9	66,2	65,7	64,8	67,6	60,0	71,6	64,2
Desocupado	5,0	5,3	2,8	0,2	4,8	7,3	4,9	8,2	7,1	11,3	10,3	13,2	5,6	10,5	5,8
Estudante	5,3	4,8	6,5	1,1	9,4	3,8	5,5	3,2	5,1	2,0	3,0	—	3,9	5,0	5,0
Aposentado	8,6	8,7	9,9	9,8	7,5	9,8	9,5	9,9	6,7	5,3	6,5	2,7	9,2	4,5	8,5
Dona-de-casa	16,4	15,9	24,3	13,7	17,6	20,2	15,9	21,8	15,0	15,7	15,3	16,6	21,2	8,3	16,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de casos	7.730	6.391	336	174	829	1.384	369	1.015	365	139	93	45	206	506	10.330
POSIÇÃO															
Funcionário público	17,9	17,5	22,4	19,9	19,5	18,5	21,5	17,3	20,1	22,1	22,5	21,2	12,9	14,8	17,9
Assalariado com carteira	25,7	26,0	25,5	25,2	23,4	24,6	27,8	23,2	23,7	33,8	41,8	18,0	27,2	27,8	25,8
Assalariado sem carteira	15,3	15,0	12,5	12,9	19,6	15,3	17,7	14,3	8,8	16,6	12,4	25,0	18,5	15,4	15,2
Conta própria regular	11,8	12,0	10,5	9,0	11,4	9,8	15,1	7,6	20,5	14,2	14,4	13,7	12,5	9,8	11,8
Conta própria irregular	19,2	19,4	15,8	24,6	17,4	22,6	11,2	27,2	11,4	10,5	7,6	16,2	18,2	16,9	19,
Profissional liberal	1,2	1,1	1,3	2,4	1,9	1,5	0,7	1,7	2,8	0,5	0,8	—	1,8	4,9	1,5
Empregador com mais de 2 empregados	2,2	2,3	4,2	2,4	0,5	1,8	2,0	1,7	8,6	1,7	—	5,1	1,6	1,6	2,4
Auxiliar de membro da família s/ remuneração	3,4	3,4	4,6	1,0	3,1	2,0	0,7	2,5	1,4	0,4	0,6	—	6,7	3,3	3,2
Outra posição	3,1	3,2	3,1	2,7	3,1	4,1	3,2	4,5	2,7	0,2	—	0,7	0,6	5,3	3,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de casos	4.982	4.161	190	131	501	813	237	576	242	91	61	31	123	358	6.609

Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 1.5
Perfil das religiões por renda familiar mensal (em salários mínimos)

RENDA	Católicos					Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros			Outras religiões	Nenhuma	Total
	Total	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Outros movimentos	Total	Históricos	Pentecostais		Total	Umbandistas	Candomblés			
Até 2 SM	25,9	26,3	21,8	28,0	23,7	30,7	23,5	33,3	12,5	18,1	18,5	17,2	21,9	20,8	25,6
2-5 SM	23,9	23,4	26,4	26,5	25,7	23,5	24,2	23,3	18,8	17,3	18,8	13,8	16,4	23,3	23,4
5-10 SM	18,5	18,4	19,5	15,7	19,2	16,9	19,2	16,2	21,1	25,4	23,9	28,8	18,9	16,1	18,4
10-20 SM	11,0	11,0	10,7	12,1	11,0	10,8	16,9	8,7	22,3	15,8	14,6	18,5	17,3	14,5	11,8
Mais de 20 SM	5,7	5,6	8,5	5,9	4,6	4,2	5,7	3,6	16,9	12,3	12,2	12,7	8,9	12,1	6,3
Não respondeu	15,0	15,2	13,1	11,8	15,7	13,8	10,6	14,9	8,5	11,1	12,0	9,1	16,7	13,2	14,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de casos	15.682	12.854	799	371	1.658	2.781	716	2.065	736	279	192	86	417	1.036	20.931

Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 2.1
Voto para presidente por religião

Categorias	Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
	Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
FHC	43,6	43,8	45,9	40,5	40,3	35,5	41,9	45,6	31,5	37,1	35,8	42,6
Lula	23,9	23,7	22,1	31,2	18,6	22,0	17,4	23,5	28,6	22,4	27,3	23,4
Enéias	3,5	3,4	4,9	2,4	4,8	4,8	4,7	8,2	5,5	7,6	4,3	4,0
Quércia	5,1	5,1	3,7	4,4	8,3	9,1	8,1	2,6	7,1	3,3	3,3	5,3
Brizola	4,4	4,4	2,4	6,6	5,1	5,4	5,0	2,6	7,9	4,9	6,0	4,6
Amin	2,2	2,1	1,5	1,5	2,4	4,0	1,8	2,8	1,1	2,7	1,5	2,2
Branco/nenhum/nulo	6,4	6,6	7,7	3,4	6,7	8,5	6,1	7,5	9,7	12,6	9,9	6,8
Não sabe	10,9	10,9	11,9	10,0	13,8	10,7	14,9	7,2	8,7	9,4	11,9	11,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº de casos	15.672	12.847	799	371	2.779	713	2.067	734	277	416	1.035	2.914

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela

Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 3.1
Porcentagem de voto em FHC

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionalistas	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	47,1	47,5	44,9	46,8	43,3	35,9	45,8	49,6	32,0	35,1	39,9	45,8
	Mulheres	40,1	39,7	46,3	35,3	37,5	35,1	38,4	42,3	31,0	38,9	28,6	39,3
Cor	Branços	45,5	45,6	46,0	45,8	40,2	34,2	42,5	48,7	37,9	37,4	37,1	44,3
	Mulatos	42,7	42,8	46,3	35,8	42,7	40,7	43,3	40,4	29,0	37,5	36,8	42,1
	Pretos	39,9	40,5	(***)	(***)	37,6	40,0	37,2	28,9	22,9	16,8	32,9	37,9
	Mulatos + pretos	42,2	42,4	45,9	37,8	41,6	40,6	41,8	37,7	26,7	33,8	36,0	41,3
Escolar.	1º grau (**)	44,8	45,3	44,6	41,2	39,5	32,4	41,5	48,1	29,3	37,2	40,7	43,6
	2º grau	46,5	47,3	48,1	39,1	46,0	41,5	48,6	45,2	32,3	36,5	33,4	45,2
	Superior	40,0	39,4	40,5	32,8	43,8	35,5	53,8	42,6	45,9	43,7	32,3	39,9
TOTAL		43,6	43,8	45,9	40,5	40,3	35,5	41,9	45,6	31,5	37,1	35,8	42,6

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 70
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 3.2
Porcentagem de voto em Lula

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionalistas	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	25,9	25,4	30,2	36,7	21,8	25,0	20,8	22,9	33,8	27,6	24,7	25,3
	Mulheres	21,9	21,8	18,6	26,7	15,7	19,4	14,4	24,0	24,2	17,5	32,1	21,4
Cor	Branços	21,6	21,6	21,4	25,1	18,0	19,0	17,5	21,5	30,1	20,2	26,9	21,5
	Mulatos	26,0	25,4	21,1	39,3	18,0	23,9	16,6	27,3	26,4	32,6	26,5	25,1
	Pretos	28,9	29,3	(***)	(***)	18,9	26,2	17,6	29,4	24,5	23,3	27,2	26,9
	Mulatos + pretos	26,5	26,2	21,6	35,9	18,4	24,3	16,8	27,8	25,7	31,0	26,6	25,4
Escolar.	1º grau (**)	23,7	23,4	23,4	29,9	18,9	22,8	17,8	17,6	29,3	22,6	23,3	22,9
	2º grau	24,8	24,6	19,7	36,4	20,4	21,3	19,8	28,0	27,8	21,3	28,1	24,6
	Superior	28,8	29,1	24,7	38,1	21,5	25,4	16,9	27,5	31,6	24,9	44,7	29,7
TOTAL		23,9	23,7	22,1	31,2	18,6	22,0	17,4	23,5	28,6	22,4	27,3	23,4

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 70
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 3.3
Porcentagem de voto em Enéias

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	4,0	3,9	5,8	1,8	5,5	7,0	5,0	9,0	7,1	10,1	5,1	4,6
	Mulheres	3,0	2,8	4,5	2,9	4,1	2,9	4,5	7,5	4,1	5,3	3,0	3,4
Cor	Branços	3,7	3,7	3,8	2,1	4,4	5,6	4,0	8,9	4,1	8,4	4,6	4,2
	Mulatos	3,2	2,9	7,9	2,6	5,4	3,9	5,8	6,5	8,2	5,8	3,7	3,7
	Pretos	2,3	2,3	(***)	(***)	4,6	3,4	4,9	10,5	4,3	14,2	5,5	3,3
	Mulatos + pretos	3,0	2,8	7,0	2,2	5,2	3,8	5,5	7,5	6,7	7,3	4,1	3,6
Escolar.	1º grau (**)	3,0	3,0	4,3	2,3	4,1	3,6	4,2	8,8	5,8	6,1	3,7	3,4
	2º grau	4,9	4,6	7,1	2,4	8,1	7,2	8,6	6,9	6,3	9,5	8,5	5,7
	Superior	5,9	6,0	6,0	0,0	4,4	7,1	1,2	9,6	3,8	13,8	2,0	6,0
TOTAL		3,5	3,4	4,9	2,4	4,8	4,8	4,7	8,2	5,5	7,6	4,3	4,0

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 3.4
Porcentagem de voto em Quércia

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	4,7	4,6	6,3	2,7	7,3	7,9	7,1	3,2	6,4	2,3	3,4	4,9
	Mulheres	5,5	5,7	2,6	5,8	9,2	10,1	8,9	2,1	7,7	4,3	3,0	5,8
Cor	Branços	5,3	5,3	4,8	5,2	8,5	8,3	8,5	2,1	5,5	3,0	1,5	5,3
	Mulatos	5,0	5,0	2,4	3,1	8,9	12,7	7,8	1,2	11,6	3,9	6,3	5,6
	Pretos	5,4	5,3	(***)	(***)	8,0	10,3	7,5	12,8	6,4	9,8	4,5	6,1
	Mulatos + pretos	5,1	5,1	2,0	4,3	8,7	12,3	7,7	3,9	9,6	5,0	5,9	5,7
Escolar.	1º grau (**)	6,0	6,3	2,9	3,5	10,4	12,5	9,8	4,9	8,9	4,0	3,5	6,5
	2º grau	3,6	3,2	3,8	4,4	5,5	6,1	5,1	1,7	5,3	3,7	1,4	3,6
	Superior	1,7	1,1	6,0	1,1	2,3	2,6	2,1	0,8	3,6	0,0	2,4	1,7
TOTAL		5,1	5,1	3,7	4,4	8,3	9,1	8,1	2,6	7,1	3,3	3,3	5,3

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 3.5
Porcentagem de voto em Brizola

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	4,5	4,5	2,5	2,7	5,2	6,0	4,9	2,5	6,0	5,5	6,8	4,7
	Mulheres	4,3	4,3	2,4	9,8	5,1	4,9	5,2	2,7	9,4	4,4	4,6	4,5
Cor	Branços	3,9	3,9	2,0	6,3	4,7	4,6	4,7	2,6	5,0	3,8	5,2	4,0
	Mulatos	4,3	4,2	3,8	6,7	3,8	5,4	3,4	1,8	9,7	0,5	5,6	4,3
	Pretos	4,1	4,4	(***)	(***)	11,1	6,7	11,9	2,1	13,5	11,1	9,6	5,9
	Mulatos + pretos	4,3	4,2	3,2	5,9	5,5	5,6	5,5	1,9	11,2	2,4	6,4	4,6
Escolar.	1º grau (**)	5,0	5,0	3,0	6,3	5,2	6,2	5,0	2,6	8,8	5,8	7,4	5,2
	2º grau	2,7	2,6	2,7	10,5	3,6	2,7	4,1	3,9	5,1	2,2	5,3	3,1
	Superior	2,8	2,9	0,0	4,6	4,7	3,9	5,6	1,2	1,6	3,8	3,7	2,9
TOTAL		4,4	4,4	2,4	6,6	5,1	5,4	5,0	2,6	7,9	4,9	6,0	4,6

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 3.6
Porcentagem de voto em Amin

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	2,1	1,9	1,6	1,2	2,7	4,0	2,3	2,8	0,4	2,0	1,8	2,2
	Mulheres	2,3	2,3	1,4	1,8	2,1	4,0	1,4	2,8	1,7	3,3	0,9	2,2
Cor	Branços	3,1	2,9	2,0	1,9	2,8	4,1	2,3	2,8	1,1	2,9	1,7	2,9
	Mulatos	0,6	0,6	0,6	0,0	1,3	1,6	1,2	3,1	0,0	1,4	1,4	0,8
	Pretos	0,9	0,8	(***)	(***)	0,3	1,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,7
	Mulatos + pretos	0,7	0,7	0,7	1,2	1,1	1,5	1,0	2,4	0,1	1,1	1,1	0,8
Escolar.	1º grau (**)	1,7	1,5	1,5	1,8	3,8	3,1	1,5	3,8	0,7	1,8	0,9	1,7
	2º grau	3,0	2,9	2,1	0,0	3,6	4,9	2,9	3,2	2,5	5,7	1,9	3,1
	Superior	4,6	4,9	0,1	5,2	6,8	7,8	5,6	1,0	0,3	0,2	3,0	4,0
TOTAL		2,2	2,1	1,5	1,5	2,4	4,0	1,8	2,8	1,1	2,7	1,5	2,2

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 3.7
Porcentagem de voto em branco/nulo/nenhum

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	5,2	5,3	5,2	6,1	4,9	6,3	4,4	4,6	7,9	10,1	9,7	5,5
	Mulheres	7,6	8,0	8,8	1,1	8,4	10,4	7,7	10,0	11,1	14,9	10,3	8,1
Cor	Branco	6,7	6,8	9,6	3,2	7,9	10,7	6,8	6,4	7,9	12,0	12,3	7,2
	Mulatos	6,5	6,9	4,3	3,2	5,3	3,9	5,6	11,7	7,0	13,9	7,2	6,6
	Pretos	5,2	5,2	(***)	(***)	5,9	7,6	5,5	9,0	19,9	17,8	6,0	6,1
	Mulatos + pretos	6,2	6,6	3,7	3,3	5,4	4,5	5,6	11,0	11,9	14,6	7,0	6,5
Escolar.	1º grau (**)	5,6	5,6	6,4	4,1	6,2	7,2	6,0	6,4	9,4	10,7	10,6	6,0
	2º grau	8,1	8,7	10,2	1,9	6,8	9,3	5,4	6,7	14,5	18,0	12,9	8,5
	Superior	10,2	10,8	14,8	5,0	11,6	16,2	6,1	11,2	0,4	10,2	5,7	9,8
TOTAL		6,4	6,6	7,7	3,4	6,7	8,5	6,1	7,5	9,7	12,6	9,9	6,8

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 3.8
Porcentagem de respostas “não sabe”

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	6,5	6,8	3,4	2,0	9,3	7,9	9,7	5,4	6,5	7,2	8,7	7,0
	Mulheres	15,3	15,6	15,5	16,7	17,8	13,1	19,5	8,7	10,6	11,5	17,5	15,3
Cor	Branco	10,2	10,1	10,5	10,3	13,6	13,5	13,6	7,0	8,4	12,5	10,7	10,5
	Mulatos	11,7	12,0	13,5	9,3	14,4	7,9	16,3	8,0	8,0	4,4	12,5	11,8
	Pretos	13,4	12,3	(***)	(***)	13,7	4,9	15,3	7,3	8,3	6,9	14,3	13,0
	Mulatos + pretos	12,0	12,0	15,9	9,3	14,2	7,3	16,0	7,8	8,1	4,9	12,9	12,1
Escolar.	1º grau (**)	10,1	9,9	13,8	10,9	13,8	12,2	14,3	7,9	7,8	11,9	9,8	10,6
	2º grau	6,3	6,2	6,3	5,3	6,1	7,1	5,5	4,4	6,2	3,1	8,5	6,2
	Superior	6,0	5,6	7,8	13,1	4,8	1,6	8,8	6,2	12,7	3,3	6,2	6,0
TOTAL		10,9	10,9	11,9	10,0	13,8	10,7	14,9	7,2	8,7	9,4	11,9	11,1

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 3.9
Bases das porcentagens (totais das frequências absolutas)

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	7.918	6.806	237	169	1.315	334	981	339	128	202	661	10.564
	Mulheres	7.789	6.071	562	202	1.475	386	1.089	397	151	215	375	10.402
Cor	Branços	8.752	7.115	504	198	1.475	416	1.059	516	134	228	571	11.677
	Mulatos	4.788	3.988	202	120	879	195	685	132	76	118	331	6.325
	Pretos	1.090	895	29	21	262	41	221	41	47	26	89	1.536
	Mulatos + pretos	5.878	4.883	231	141	1.141	235	906	173	123	144	420	7.861
Escolar.	1º grau (**)	9.499	7.797	447	215	1.804	400	1.403	272	168	238	486	12.467
	2º grau	3.647	2.936	218	88	571	210	361	259	71	121	274	4.943
	Superior	1.081	860	70	32	133	73	60	184	29	41	177	1.645
TOTAL		15.672	12.847	799	371	2.779	713	2.067	734	277	416	1.035	20.914

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 4.1
Porcentagens de voto em FHC – simulação 2º turno (intenção de voto estimulada)

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	57,2	57,6	57,2	49,7	59,5	55,0	61,1	58,5	44,1	51,3	51,5	56,9
	Mulheres	56,0	56,0	62,2	52,6	59,1	54,2	60,9	52,5	50,3	54,6	39,3	55,6
Cor	Branços	59,5	59,6	60,5	60,6	59,7	57,0	60,8	58,6	52,6	48,2	48,7	58,7
	Mulatos	54,9	55,0	62,6	43,2	61,4	53,5	63,6	43,7	42,7	53,6	47,4	55,0
	Pretos	49,6	51,0	(***)	(***)	56,1	50,9	57,0	50,2	46,9	44,5	45,7	50,3
	Mulatos + pretos	53,9	54,2	60,9	46,2	60,1	53,0	62,0	45,3	44,3	52,0	47,0	54,1
Escolar.	1º grau (**)	58,1	58,4	61,2	54,3	59,2	53,1	60,9	56,6	44,5	53,8	52,0	57,7
	2º grau	57,4	57,9	63,2	47,3	60,1	56,3	62,3	55,3	53,1	50,8	47,5	56,8
	Superior	51,2	50,8	47,0	39,1	58,0	52,0	65,4	53,1	49,7	48,7	40,9	50,8
TOTAL		56,6	56,8	60,7	51,3	59,3	54,6	61,0	55,2	47,5	53,0	47,1	56,3

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 4.2
Porcentagens de voto em Lula – simulação 2º turno (intenção de voto estimulada)

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionalistas	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	33,5	32,9	33,1	45,1	28,5	32,0	27,3	31,7	47,0	31,6	32,5	32,9
	Mulheres	29,9	29,7	24,8	34,7	25,6	31,0	23,6	34,8	35,5	25,9	41,2	29,9
Cor	Branços	28,8	28,8	25,5	29,6	25,6	27,2	25,0	31,0	37,9	31,7	33,2	28,9
	Mulatos	34,0	33,4	31,0	48,7	27,0	35,3	24,6	38,7	47,1	30,7	38,2	33,5
	Pretos	36,9	36,3	(***)	(***)	29,1	38,7	27,3	46,0	35,2	31,4	32,8	35,5
	Mulatos + pretos	34,6	33,9	30,5	46,6	27,5	35,9	25,3	40,5	42,5	30,8	37,1	33,9
Escolar.	1º grau (**)	31,5	31,0	28,3	36,7	27,4	32,2	26,1	30,9	43,2	29,4	31,9	31,0
	2º grau	32,3	31,6	25,2	44,5	28,4	31,9	26,4	36,5	34,5	26,9	38,1	32,3
	Superior	34,8	35,0	30,9	46,7	28,0	31,9	23,3	35,1	43,2	40,1	50,7	36,3
TOTAL		31,7	31,4	27,3	39,5	26,9	31,5	25,4	33,4	40,6	28,6	35,7	31,4

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 4.3
Porcentagem de voto em branco/nulo/nenhum dos dois

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionalistas	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	6,0	6,0	7,3	4,8	5,9	9,1	4,8	6,4	6,3	9,4	11,7	6,4
	Mulheres	6,1	6,4	6,9	3,8	6,6	8,9	5,8	8,6	9,8	14,2	9,1	6,6
Cor	Branços	6,6	6,5	9,8	5,4	7,5	11,2	6,1	6,8	5,5	11,3	12,0	7,1
	Mulatos	5,2	5,6	2,8	2,8	4,4	4,5	4,4	12,8	7,6	12,2	9,1	5,6
	Pretos	5,1	5,1	(***)	(***)	5,8	5,7	5,8	3,8	15,9	20,1	9,3	6,0
	Mulatos + pretos	5,2	5,5	2,7	2,7	4,7	4,7	4,7	10,6	10,8	13,6	9,1	5,7
Escolar.	1º grau (**)	5,3	5,4	5,4	4,2	5,9	8,8	5,0	7,7	7,9	8,3	11,5	5,8
	2º grau	7,7	8,0	9,1	2,5	8,4	8,6	8,3	6,3	8,9	20,0	13,5	8,4
	Superior	12,0	12,1	17,2	14,2	12,3	13,3	11,0	10,1	7,1	10,9	6,9	11,2
TOTAL		6,1	6,2	7,0	4,3	6,3	9,0	5,3	7,6	8,2	11,9	10,8	6,5

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 4.4
Porcentagem de respostas “não sabe” – voto no 2º turno

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	3,3	3,5	2,5	0,3	6,0	3,8	6,8	3,4	2,6	7,6	4,3	3,8
	Mulheres	8,0	8,0	6,1	8,9	8,7	5,9	9,7	4,1	4,4	5,3	10,4	7,9
Cor	Branços	5,1	5,1	4,3	4,5	7,2	4,6	8,2	3,7	4,0	8,9	6,0	5,4
	Mulatos	5,9	6,0	3,6	5,3	7,5	6,8	7,4	4,8	2,7	3,5	5,4	5,9
	Pretos	8,4	7,6	(***)	(***)	9,1	4,7	9,9	0,0	2,0	4,0	12,2	8,2
	Mulatos + pretos	6,3	6,3	6,0	4,6	7,7	6,5	8,0	3,6	2,4	3,6	6,8	6,4
Escolar.	1º grau (**)	5,1	5,2	5,1	4,8	7,6	5,9	8,0	4,8	4,4	8,4	4,6	5,5
	2º grau	2,7	2,5	2,5	5,7	3,1	3,2	3,0	1,8	3,5	2,3	0,9	2,6
	Superior	1,9	2,0	4,9	0,0	1,7	2,8	0,3	1,7	0,0	0,3	1,4	1,8
TOTAL		5,6	5,6	5,0	5,0	7,5	5,0	8,3	3,8	3,6	6,4	6,5	5,8

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 5.1
Porcentagem de rejeição a FHC

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	17,0	16,6	20,5	18,2	17,5	21,5	16,1	17,2	23,4	24,2	24,9	17,7
	Mulheres	15,9	16,0	13,8	18,9	13,6	14,7	13,1	19,1	20,9	11,8	22,6	16,0
Cor	Branços	15,0	14,8	13,7	17,2	14,5	14,3	14,6	17,3	16,1	16,9	22,9	15,4
	Mulatos	17,4	17,2	19,7	19,9	15,1	20,5	13,3	19,7	29,9	25,3	23,5	17,8
	Pretos	17,6	17,3	(***)	(***)	14,6	25,4	12,5	21,9	15,6	22,1	26,2	17,8
	Mulatos + pretos	17,5	17,2	19,6	20,2	15,0	21,3	13,1	20,2	24,6	24,8	24,1	17,8
Escolar.	1º grau (**)	15,7	15,4	15,6	17,6	15,3	17,5	14,6	14,1	21,6	18,9	19,8	15,9
	2º grau	16,8	16,7	13,6	20,5	18,5	22,0	16,4	21,9	17,4	19,0	26,6	17,8
	Superior	19,2	18,8	21,6	27,0	13,0	15,6	10,2	9,3	30,3	14,9	33,0	20,3
TOTAL		16,5	16,3	15,8	18,6	15,5	17,9	14,6	18,2	22,0	18,0	24,1	16,9

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 5.2
Porcentagem de rejeição a Lula

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Sexo	Homens	37,9	38,1	35,6	36,5	50,1	39,1	54,1	36,4	37,2	45,9	33,5	39,5
	Mulheres	44,4	43,6	56,1	39,9	48,9	44,0	50,9	41,4	35,1	40,1	37,7	44,3
Cor	Branços	48,3	48,3	49,9	32,2	56,7	46,3	60,2	44,9	22,2	40,2	34,6	48,6
	Mulatos	42,3	41,9	47,0	33,2	54,2	38,4	59,4	27,5	37,1	39,2	31,7	42,9
	Pretos	34,9	34,4	(***)	(***)	45,0	45,0	45,0	31,4	37,7	45,7	29,7	36,4
	Mulatos + pretos	40,9	40,5	45,7	38,1	52,2	39,5	56,0	28,5	37,3	40,2	31,3	41,7
Escolar.	1º grau (**)	44,4	44,2	47,7	41,1	52,0	42,6	54,8	46,3	36,4	43,5	39,4	45,1
	2º grau	41,6	41,0	51,3	23,2	48,2	44,8	50,1	37,5	36,0	44,4	34,3	41,7
	Superior	39,0	38,6	37,3	29,1	42,8	33,0	53,7	31,1	33,9	32,5	26,2	36,8
TOTAL		43,6	43,2	49,0	35,8	51,7	42,5	55,1	39,1	35,8	43,0	34,9	43,9

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela (**) Não incluídos os analfabetos (***) Base das porcentagens < 30
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 6
Índice de valorização da liberdade de organização e expressão (0 a 3 pontos) por religião

Categorias		Católicos				Evangélicos			Kardecistas	Afro-brasileiros	Outras religiões	Nenhuma	Total
		Total(*)	Tradicionais	Carismáticos	das CEBs	Total	Históricos	Pentecostais					
Média		0,63	0,63	0,71	0,72	0,59	0,69	0,56	0,81	0,77	0,65	0,75	0,64
Nº de casos		15.709	12.880	799	371	2.791	720	2.070	736	279	417	1.036	20.968

(*) Inclusive outros movimentos não apresentados na tabela
Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 7.1
Análise de variância para as variáveis dummy voto em FHC e Lula, modelo misto hierárquico,
com quatro critérios em interações duplas.
Estatística F teórica para valores globais de 5%, para duas variáveis interdependentes

Fonte de variação	Variável dummy voto em FHC					Variável dummy voto em Lula				
	Soma de quadrados	Graus de liberdade	Quadrado médio	F observado	Probabilidade de F = 0	Soma de quadrados	Graus de liberdade	Quadrado médio	F observado	Probabilidade de F = 0
Efeitos principais	83,309	17	4,901	20,401	0,000	40,101	17	2,359	13,520	0,000
Cor	9,497	4	2,374	9,884	0,000	7,799	4	1,950	11,175	0,000
Escolaridade	32,839	3	10,946	45,569	0,000	15,123	3	5,041	28,892	0,000
Sexo	24,793	1	24,793	103,213	0,000	6,605	1	6,605	37,859	0,000
Religião	16,179	9	1,798	7,484	0,000	10,574	9	1,175	6,734	0,000
Interações duplas	41,294	91	0,454	1,889	0,000	34,807	91	0,382	2,192	0,000
Cor e escolaridade	5,917	12	0,493	2,053	0,000	4,050	12	0,338	1,934	0,026(*)
Cor e sexo	0,219	4	0,055	0,228	0,923(*)	1,017	4	0,254	1,457	0,213(*)
Cor e religião	13,945	36	0,387	1,613	0,011	14,620	36	0,406	2,328	0,000
Escola e sexo	5,953	3	1,984	8,261	0,000	1,409	3	0,470	2,692	0,045(*)
Escola e religião	11,009	27	0,408	1,697	0,013	6,638	27	0,246	1,409	0,077(*)
Sexo e religião	3,867	9	0,430	1,789	0,065(*)	3,689	9	0,410	2,349	0,012
Total explicado	124,603	108	1,154	4,803	0,000	74,907	108	0,694	3,975	0,000
Resíduo	4740,368	19734	0,240	–	–	3443,011	19734	0,174	–	–
Total	4864,971	19842	0,245	–	–	3517,918	19842	0,177	–	–

(*) valor de F observado não significante para nível global de 5%

Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Tabela 7.2
Análise de variância para as variáveis dummy rejeição a FHC e Lula, modelo misto hierárquico,
com quatro critérios em interações duplas.
Estatística F teórica para valores globais de 5%, para duas variáveis interdependentes

Fonte de variação	Variável dummy voto em FHC					Variável dummy voto em Lula				
	Soma de quadrados	Graus de liberdade	Quadrado médio	F observado	Probabilidade de F = 0	Soma de quadrados	Graus de liberdade	Quadrado médio	F observado	Probabilidade de F = 0
Efeitos principais	19,085	17	1,123	9,486	0,000	57,060	17	3,356	14,505	0,000
Cor	1,488	4	0,372	3,142	0,014	20,548	4	5,137	22,200	0,000
Escolaridade	10,455	3	3,485	29,447	0,000	15,643	3	5,214	22,533	0,000
Sexo	2,382	1	2,382	20,125	0,000	0,000	1	0,000	0,001	0,972(*)
Religião	4,760	9	0,529	4,469	0,000	20,869	9	2,319	10,021	0,000
Interações duplas	18,950	91	0,208	1,760	0,000	38,173	91	0,419	1,813	0,000
Cor e escolaridade	0,885	12	0,074	0,623	0,825(*)	4,265	12	0,355	1,536	0,103(*)
Cor e sexo	0,406	4	0,101	0,857	0,489(*)	0,889	4	0,222	0,960	0,428(*)
Cor e religião	7,542	36	0,209	1,770	0,003	17,626	36	0,490	2,116	0,000
Escola e sexo	1,767	3	0,589	4,978	0,002	1,961	3	0,654	2,824	0,037(*)
Escola e religião	5,567	27	0,206	1,742	0,010	8,629	27	0,320	1,381	0,090(*)
Sexo e religião	2,156	9	0,240	2,024	0,033	5,655	9	0,628	2,715	0,004
Total explicado	38,036	108	0,352	2,976	0,000	95,233	108	0,882	3,811	0,000
Resíduo	2335,560	19734	0,118	–	–	4566,429	19734	0,231	–	–
Total	2373,596	19842	0,120	–	–	4661,662	19842	0,235	–	–

(*) valor de F observado não significativo para nível global de 5%
 Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERQUÓ, E.; ALENCASTRO, L. F. A emergência do voto negro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 33, p. 77-88, jul. 1992.

CAMARGO, C. P. F. et al. *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

MACHADO, M. D. C. *Adesão religiosa e seus efeitos na esfera privada: um estudo comparativo dos carismáticos e pentecostais do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.

MARIANO, R. *Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1995.

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 34, p.92-106, Nov. 1992.

MENDONÇA, A. G. Um panorama do protestantismo atual. In: LANDIM, L. (org.). *Sinais dos tempos: tradições religiosas no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1989.

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, 1989. São Paulo: Vértice e ANPOCS, 1989.

_____. *Democracia, igreja e voto: o envolvimento dos padres de paróquia na eleição de 1982*. Tese de doutorado em Sociologia, São Paulo, USP, 1984.

PRANDI, R. *Os candomblés de São Paulo*. São Paulo: Hucitec e Edusp, 1991.

_____. Perto da magia, longe da política. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 34, p. 81-91, Nov. 1992.

SOUZA, B. M. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Duas Cidades, 1961.

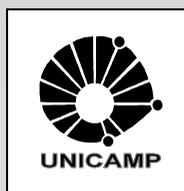
SOUZA, N. R. *A igreja católica progressista e a produção militante*. Dissertação de mestrado em Sociologia, São Paulo, USP, 1993.

Recebido para publicação em Abril / 1995.

TENDÊNCIAS

Ano 3, nº 1

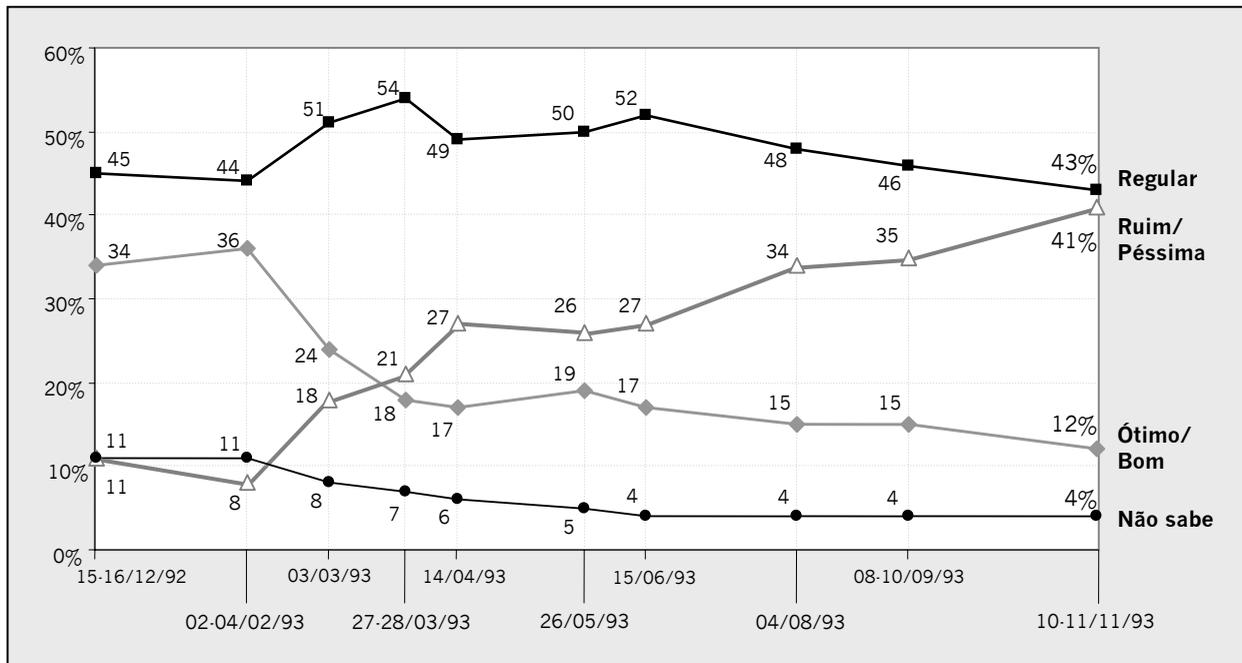
ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



Avaliação Presidencial

GOVERNO ITAMAR FRANCO

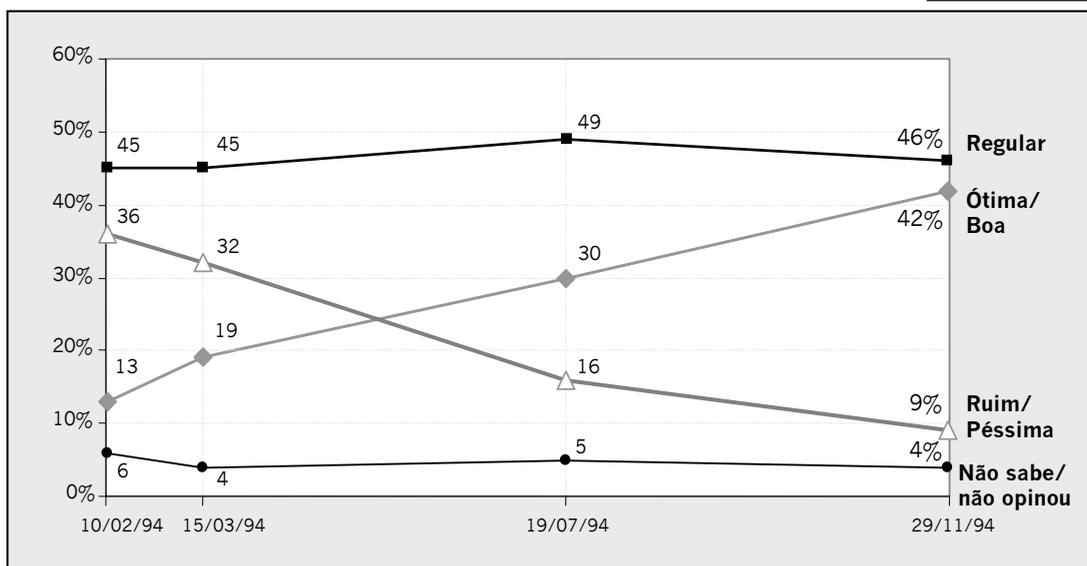
1992-1993



Fonte: Datafolha

Pergunta: O presidente Itamar Franco completou (...) meses de governo. Na sua opinião, Itamar Franco está fazendo um governo:

1994



Fonte: Datafolha

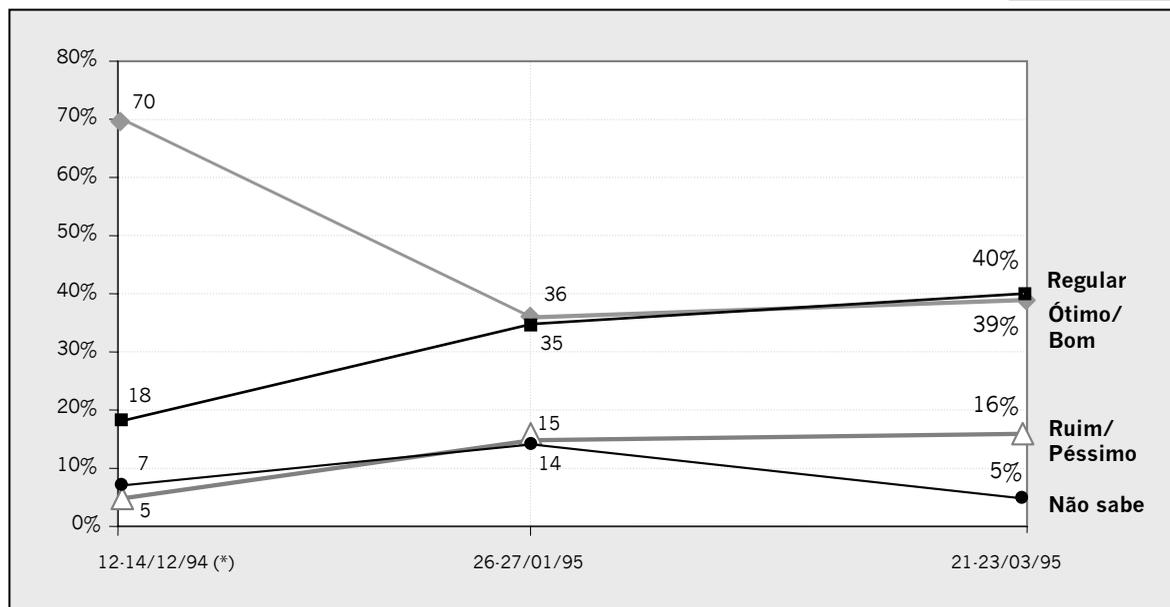
Pergunta: Como o(a) sr.(a) classifica a administração feita pelo presidente Itamar Franco? O(a) sr.(a) diria que ela foi:

Avaliação Presidencial

GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

(3 meses de gestão)

1995



(*) Expectativa

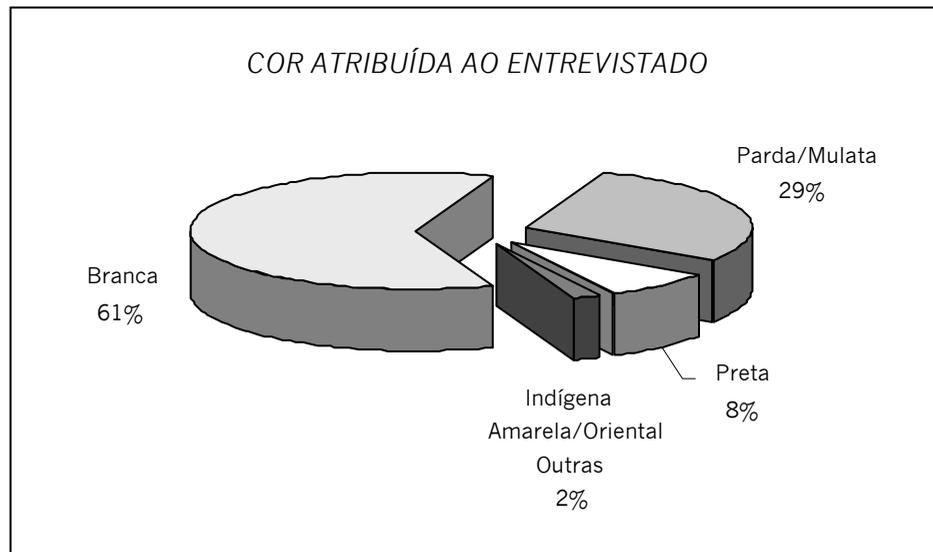
Fonte: Datafolha

Pergunta: (1) Em 1º de janeiro o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, assume a Presidência da República. Na sua opinião, ele vai fazer um governo ótimo, bom, ruim ou péssimo? (2) O presidente Fernando Henrique Cardoso completa (...) meses de governo. Na sua opinião, Itamar Franco está fazendo um governo:

Cor/raça e política

Composição do eleitorado segundo grupos de cor/raça

1994



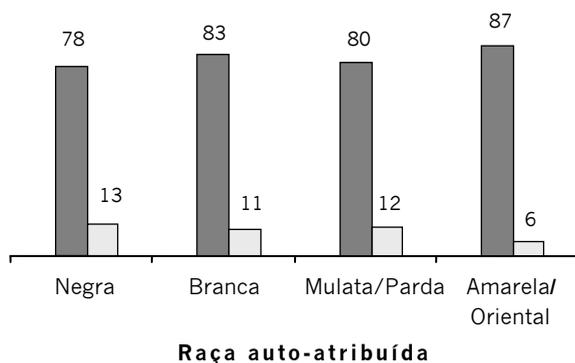
Fonte: Datafolha, 20-22/09/94

Pergunta: Anotar a cor/raça do(a) entrevistado(a)

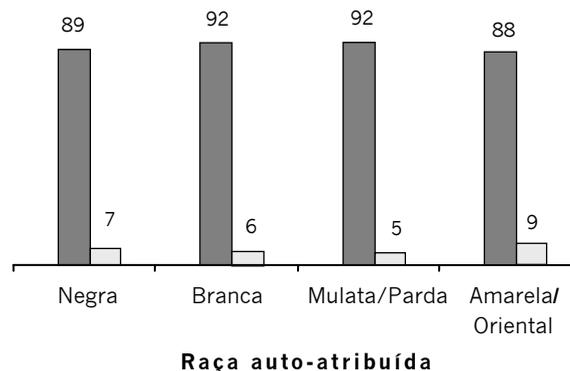
Opinião sobre a discriminação racial

1991

“No Brasil existe discriminação racial, mas poucos admitem isso”
(em %)



“Se houvesse um candidato negro, que tivesse qualificações para ser presidente do Brasil, ele poderia ser eleito”
(em %)



■ Concorda totalmente/em parte □ Discorda totalmente/em parte

Fonte: IBOPE, 03/05/91

Pergunta: (1) Eu gostaria que o(a) sr(a), me dissesse se concorda, discorda ou não tem opinião sobre cada frase:

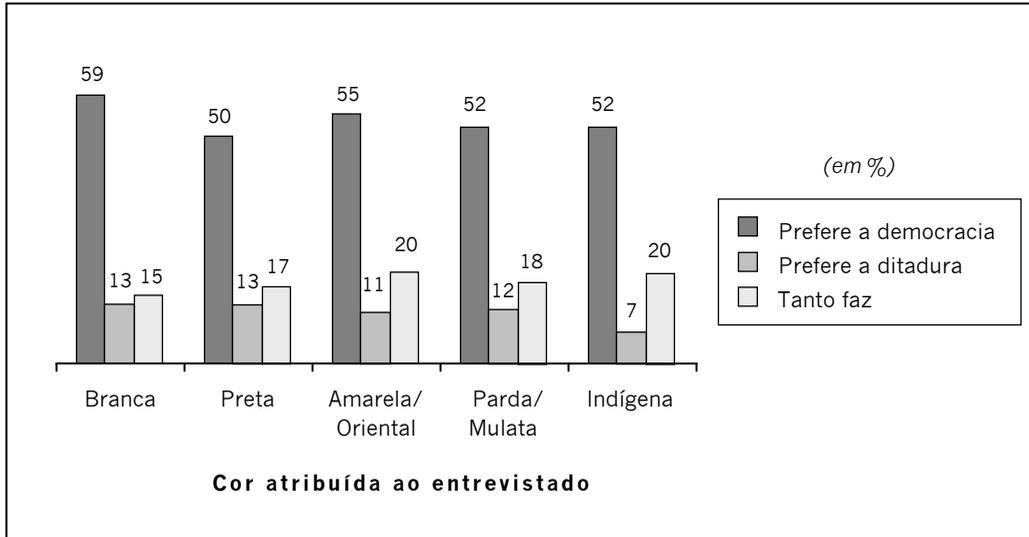
(2) Em qual destes grupos raciais o(a) sr(a), se classifica?

Obs.: “As diferenças para 100% correspondem às respostas “não tem opinião” e “não respondeu”

Opiniões e comportamento político

Preferência por regime político

1994



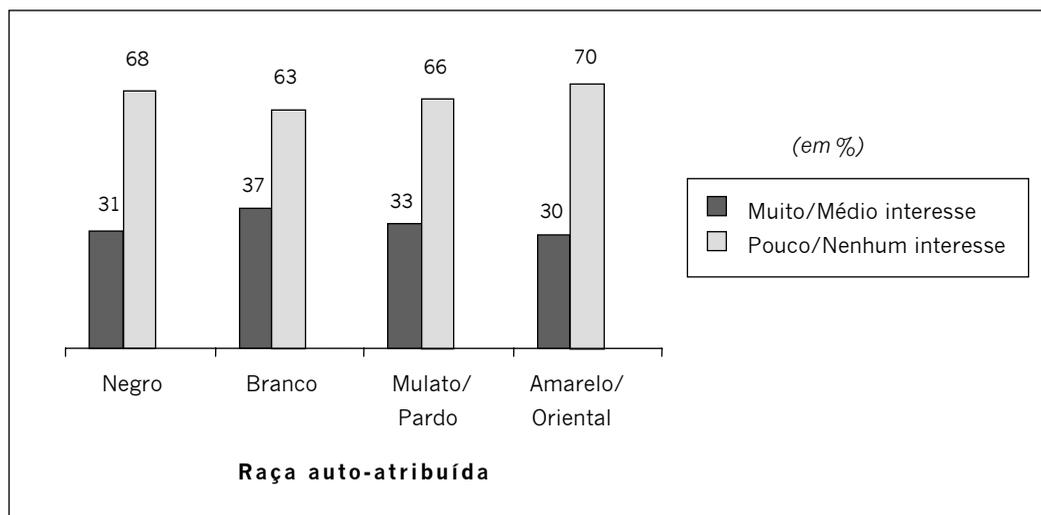
Fonte: DATAFOLHA, 05/09/94

Pergunta: Com qual das seguintes afirmativas você concorda mais: 1. A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo; 2. Em certas circunstância é melhor ditadura do que um regime democrático; 3. Tanto faz é uma democracia ou uma ditadura.

Obs.: As diferenças para 100% correspondem às respostas "não sabe" e "outras respostas"

Interesse por política

1991



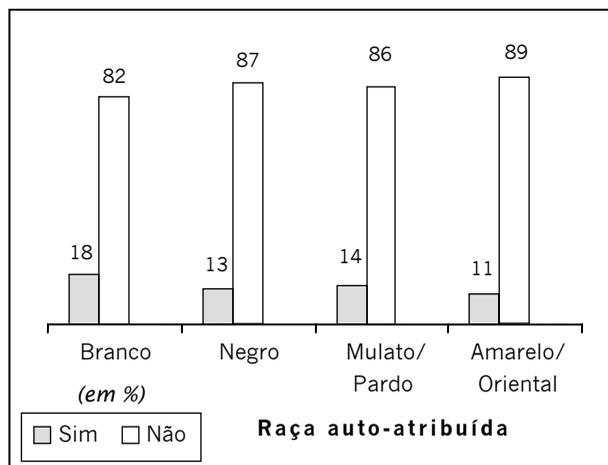
Fonte: IBOPE, 03/05/91

Pergunta: 1- Como o(a) sr(a). classificaria o seu interesse por política. O(a) sr(a) diria que tem: A. Muito interesse; B. Médio interesse; C. Pouco interesse; D. Nenhum interesse.

Partidos políticos

1991

Participação em partidos

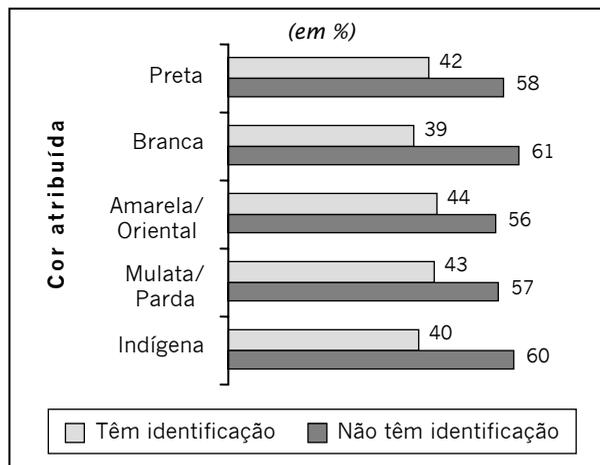


Fonte: IBOPE, 03/05/91

Pergunta: Muitas pessoas acham que os brasileiros não participam da vida política. Outras acham que o brasileiro participa, mas de uma forma menos visível. Para cada uma das frases que eu ler, por favor, diga-me se ela se aplica ou não ao sr(a): Participa de algum partido político?

Identificação partidária

1994



Fonte: DATAFOLHA, 05/09/94

Pergunta: Qual o seu partido de preferência? ("Têm identificação" refere-se às pessoas que preferem algum partido político; e "Não têm" às pessoas que citam nomes de políticos, não preferem nenhum partido ou não sabem responder).

Preferência partidária

1994

Partido	COR / RAÇA (%)				
	Branca	Preta	Amarela/Oriental	Parda/Mulata	Indígena
PMDB	1,1	12,7	13,4	14,2	13,3
PT	12,3	16,5	13,4	14,7	11,7
PPR	0,8	0,6	0,8	0,7	2,3
PSDB	7,2	4,7	8,4	5,7	7,0
PTB	0,6	0,9	-	0,8	1,6
PRN	0,3	0,4	-	0,2	-
PDT	2,2	2,2	1,7	2,0	-
PSB	0,4	-	-	0,2	0,8
PFL	2,4	2,5	3,4	2,6	1,6
PL	0,3	0,2	-	0,3	-
PDS	0,6	0,7	0,8	0,7	0,8
Outros	1,1	0,9	1,7	1,0	0,8
Nomes/Referência	9,0	8,3	11,8	9,7	12,5
Nenhum	44,7	40,4	40,3	38,9	40,6
Não sabe	7,0	9,0	4,3	8,3	7,0

Fonte: DATAFOLHA, 05/09/94

Pergunta: Qual o seu partido de preferência?

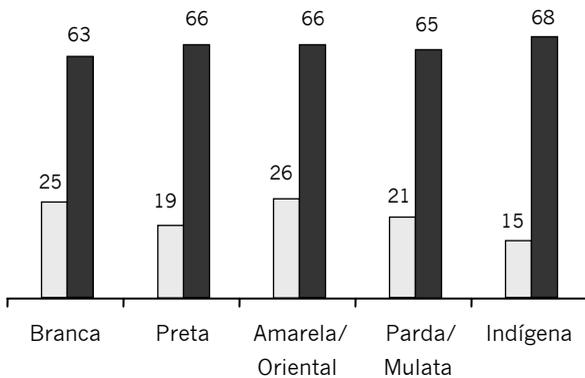
1994

Sobre o papel do Poder Executivo

“O governo brasileiro deve ter o direito de...”

Fechar o Congresso Nacional

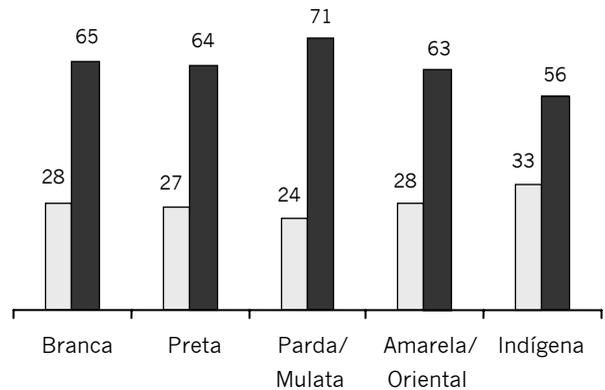
(em %)



Cor atribuída ao entrevistado

Censurar jornais, TV's, rádios

(em %)

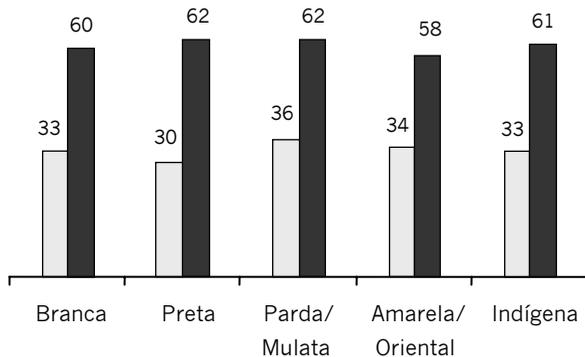


Cor atribuída ao entrevistado

Concorda totalmente ou em parte
 Discorda totalmente ou em parte

Proibir greves

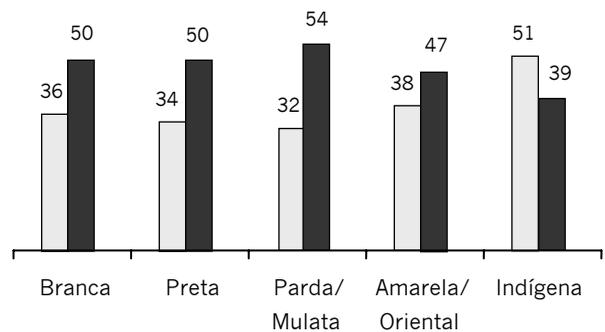
(em %)



Cor atribuída ao entrevistado

Intervir em sindicatos

(em %)



Cor atribuída ao entrevistado

Fonte: DATAFOLHA, 05/09/94

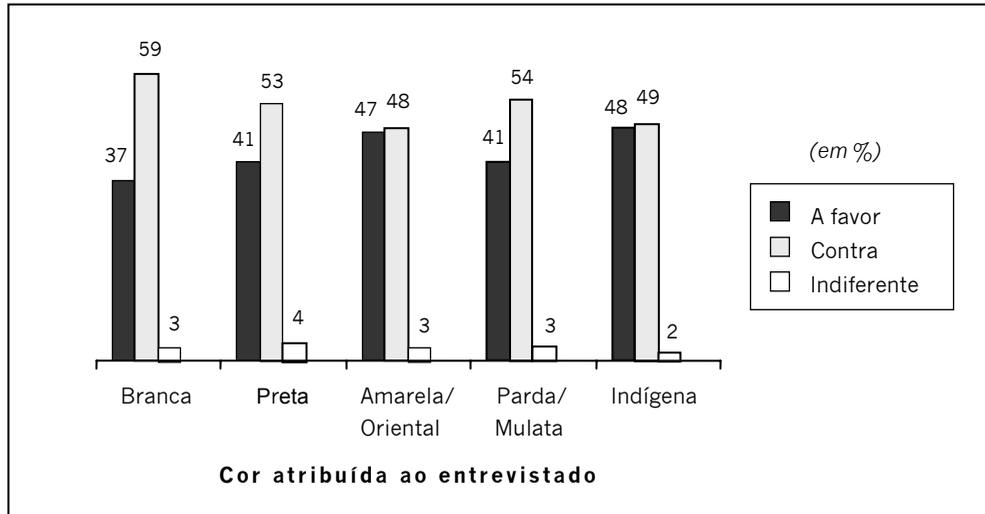
Pergunta: Você concorda ou discorda que o governo brasileiro deve ter o direito de: (...)

Obs.: As diferenças para 100% correspondências à resposta “não sabe”

Participação e envolvimento político

1994

Opinião sobre o voto obrigatório



Fonte: DATAFOLHA, 16-18/08/94

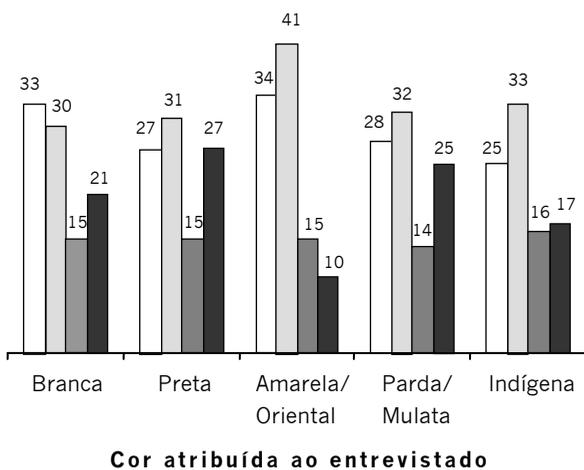
Pergunta: No Brasil o voto é obrigatório por Lei. Você é a favor ou contra o voto obrigatório

Obs.: As diferenças para 100% correspondem à respostas "não sabe"

Grau de envolvimento político

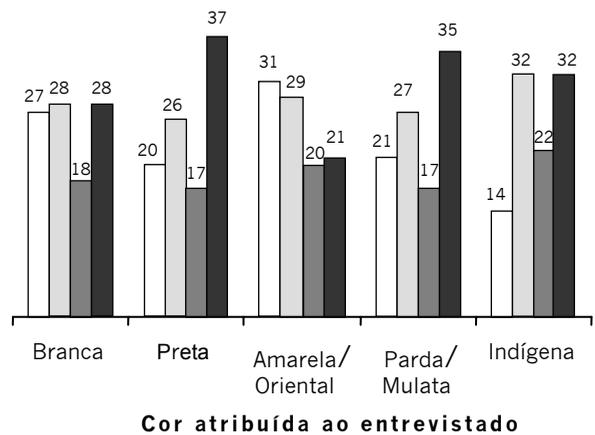
"Lê ou assiste noticiário sobre política?"

(em %)



"Conversa com outra pessoa sobre política?"

(em %)



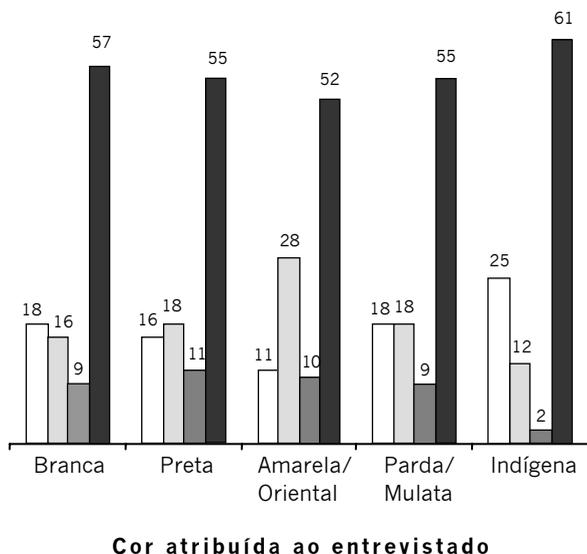
□ Freqüentemente □ Algumas vezes ■ Raramente ■ Nunca

Fonte: DATAFOLHA, 22/09/94

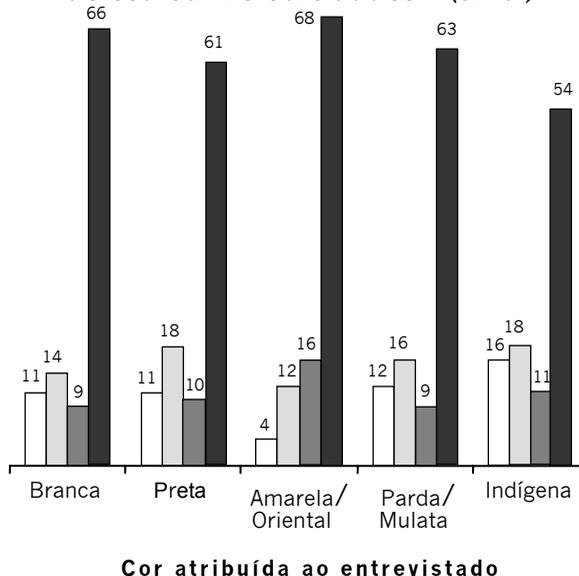
Pergunta: Algumas pessoas participam de atividades políticas e outras não. Gostaria de saber, no seu caso, com que freqüência você costuma participar ou não das seguintes atividades: (...)

Grau de envolvimento político em 1994 (continuação)

*“Tenta convencer amigos a votarem nos candidatos que acha bom?”
(em %)*



“Freqüenta reuniões de associações ou comunidades para resolver problemas do seu bairro ou cidades?” (em %)



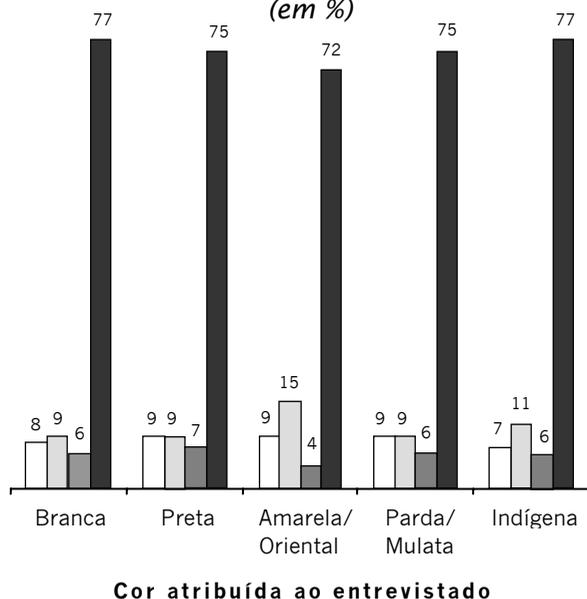
Freqüentemente

 Algumas vezes

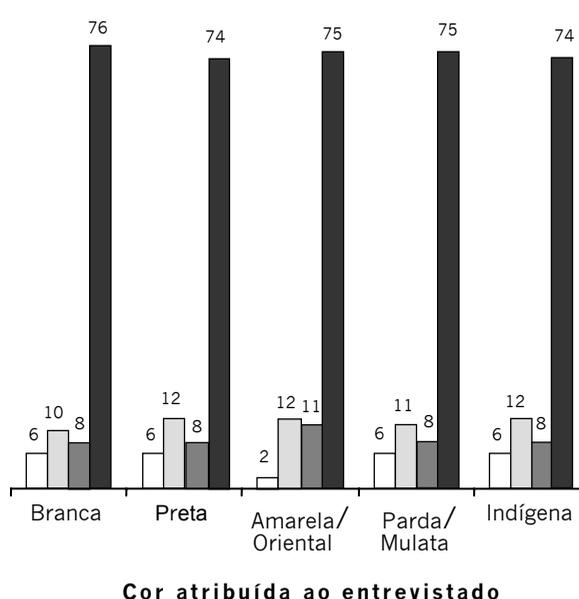
 Raramente

 Nunca

*“Mostra o seu voto usando camisetas ou bottons, adesivo no carro, faixa ou bandeira em casa?”
(em %)*



*“Trabalha ou trabalhou para algum candidato em campanhas eleitorais?”
(em %)*



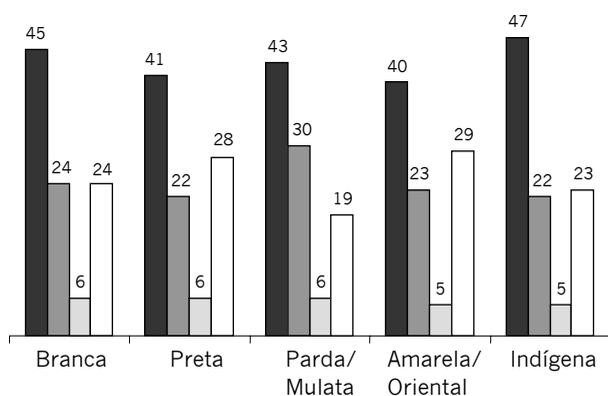
Fonte: DATAFOLHA, 22/09/94

Pergunta: Algumas pessoas participam de atividades políticas e outras não. Gostaria de saber, no seu caso, com que freqüência você costuma participar ou não das seguintes atividades:

Interesse pelas eleições

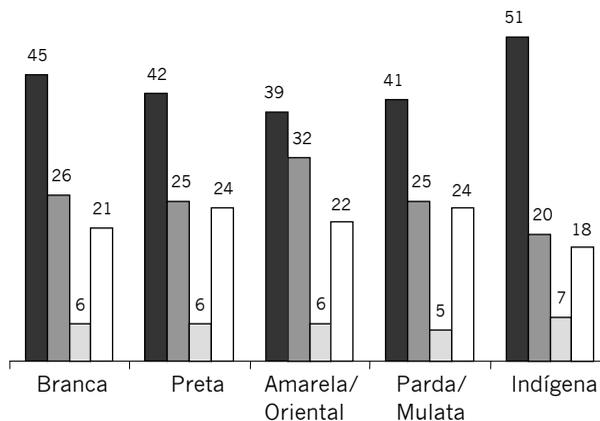
1994

Para presidente (em %):



Cor atribuída ao entrevistado

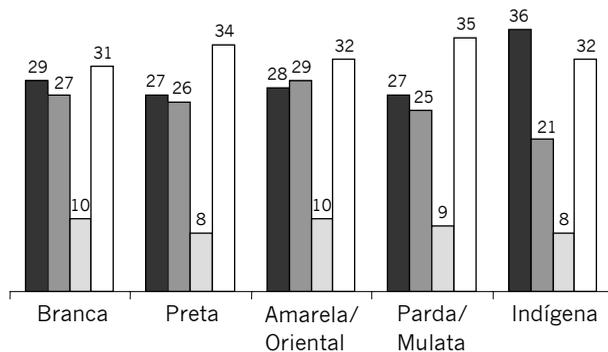
Para governador (em %):



Cor atribuída ao entrevistado

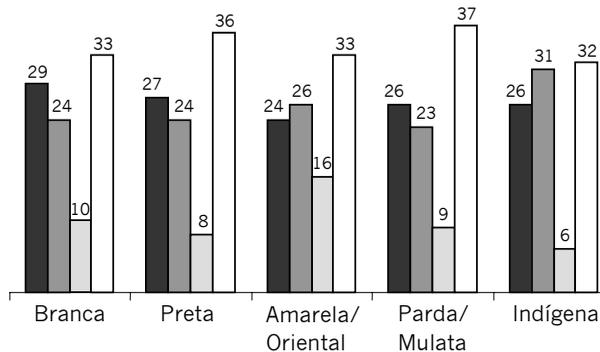


Para os senadores (em %):



Cor atribuída ao entrevistado

Para os deputados federais (em %):



Cor atribuída ao entrevistado

Fonte: DATAFOLHA, 22/09/94

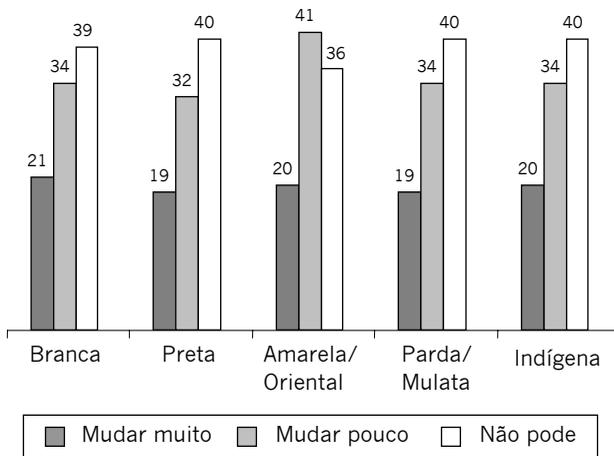
Pergunta: Você diria que tem um interesse grande, médio, pequeno ou não tem interesse na eleição para...?

1994

A eleição presidencial de 1994 (opiniões segundo raça / cor)

Sobre o papel das eleições para a própria vida

“Com as eleições a vida pode...” (em %):

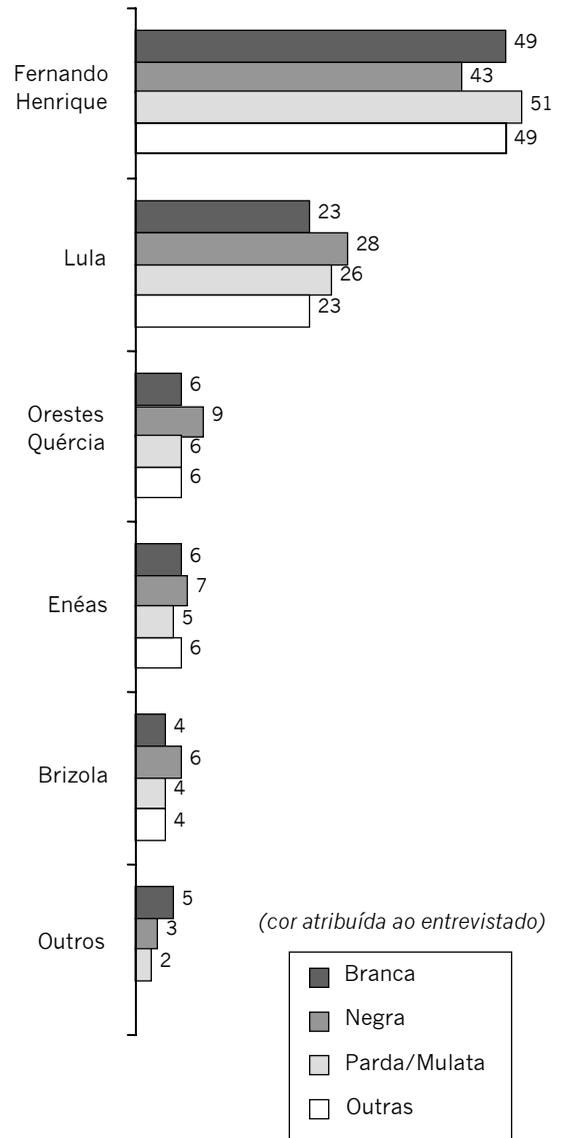


Fonte: DATAFOLHA, 22/09/94

Pergunta: Você diria que o resultado das eleições deste ano pode mudar a sua vida; muito, um pouco ou não pode mudar a sua vida?

Obs.: As diferenças para 100% correspondem a resposta “não sabe”

Intenção de voto para presidente (em %):



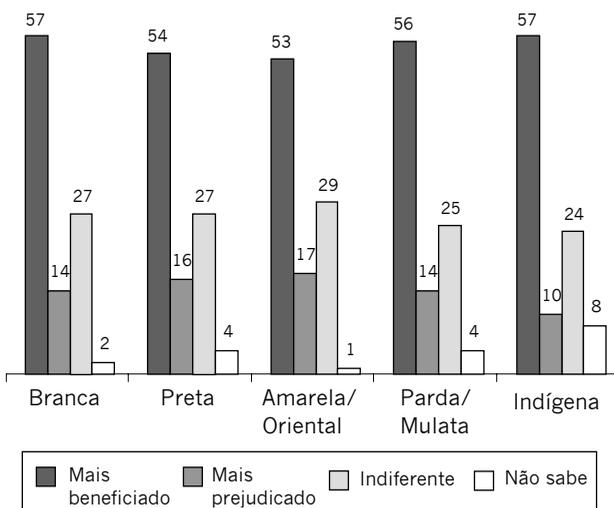
(cor atribuída ao entrevistado)



Fonte: DATAFOLHA, 22/09/94

Pergunta: No dia 3 de outubro haverá eleição para Presidente da República. Em quem você pretende votar para Presidente nas próximas eleições?

O Plano Real durante o ano eleitoral “Como se sente com o Plano Real...” (em %):



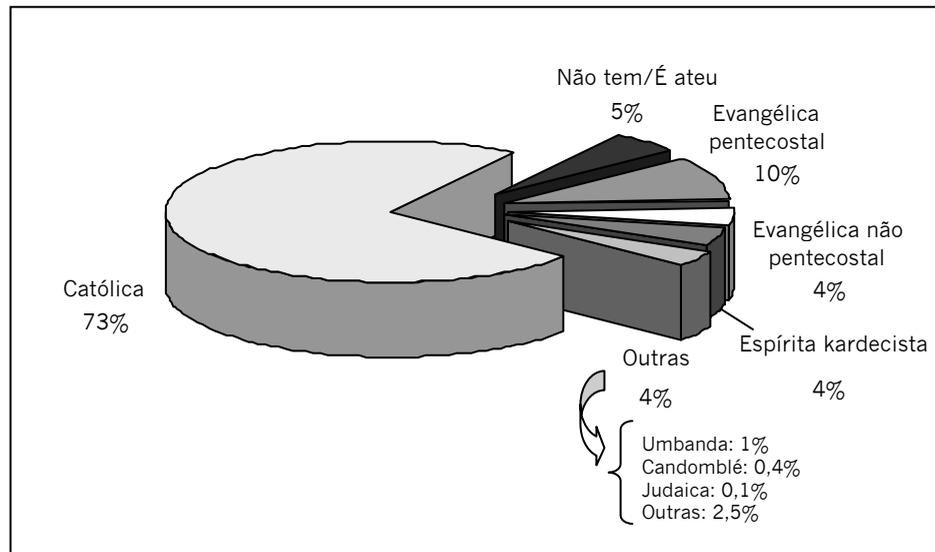
Fonte: DATAFOLHA, 16-18/08/94

Pergunta: No seu caso pessoal, você se sente mais beneficiado, mais prejudicado ou é indiferente ao plano econômico?

Religião e política

Composição do eleitorado segundo as religiões

1994



Fonte: Datafolha, 05/09/94
Pergunta: Qual a sua religião?

Evolução da adesão às religiões no município de São Paulo

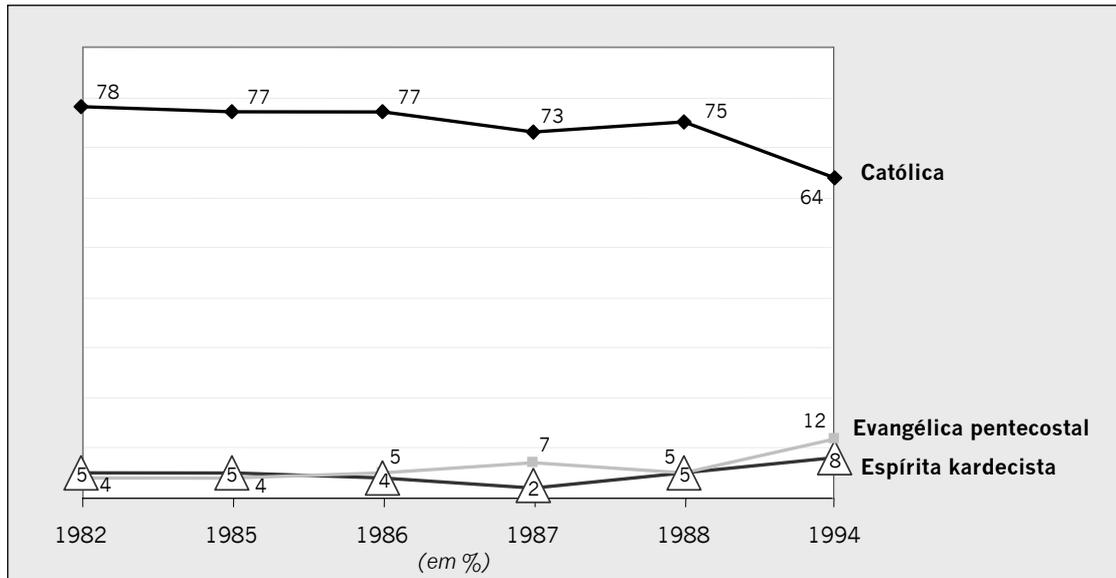
RELIGIÕES	1982	1985	1986	1987	1988	1994
Católica	78,3	77,2	72,4	72,4	75,0	64,4
Evangélica pentecostal	4,0	3,8	5,4	7,3	3,8	12,0
Evangélica não pentecostal	3,8	2,9	3,0	3,1	2,6	3,0
Espírita	4,9	4,6	4,5	2,5	4,5	8,5
Umbanda	0,4	0,7	0,3	0,5	0,3	2,3
Candomblé e outras afro-brasileiras	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	1,4
Judaica	0,9	0,4	-	-	0,5	0,5
Outras	2,9	3,5	2,9	5,5	4,8	2,8
Não tem/É ateu	4,3	6,5	10,5	7,5	8,5	5,1

Fonte: IDESP (1982 –1988) E DATAFOLHA (1994)

Pergunta: Qual a sua religião?

Obs.: As diferenças para 100% para mais ou menos, sai devido a arredondamento ou a “não respondeu” .

Evolução da adesão às religiões católica, pentecostal e espírita no município de São Paulo



Fonte: IDESP (1982-1988) e DATAFOLHA (1994)

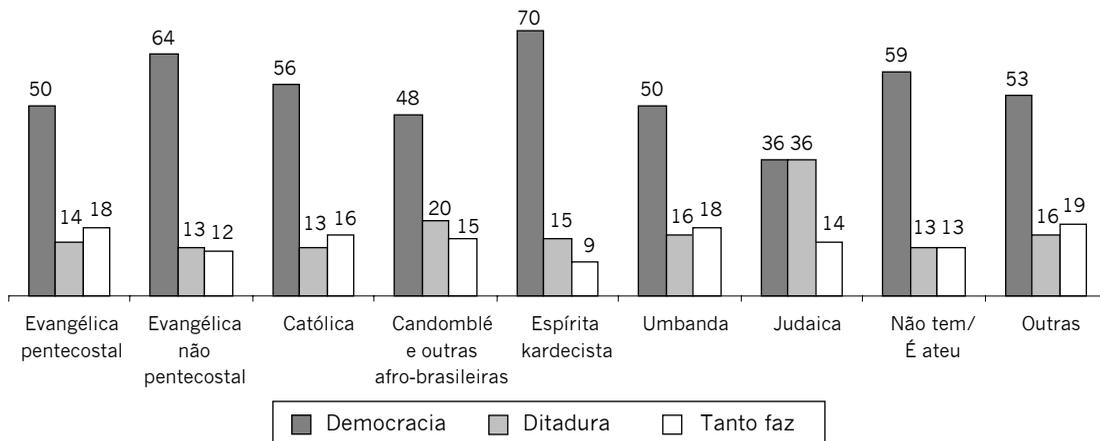
Pergunta: Qual a sua religião?

Obs.: As diferenças para 100% correspondem a outros candidatos e a respostas não sabe.

Opiniões e comportamento político

1994

Preferência por regime político



Fonte: DATAFOLHA, 05/09/94

Pergunta: Com qual das seguintes afirmativas você concorda mais: 1. A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo; 2. Em certas circunstância é melhor uma ditadura do que um regime democrático; 3. Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.

Obs.: As diferenças para 100% correspondem às perguntas “não sabe” e “outras respostas”.

Partidos políticos

Preferência partidária

1994

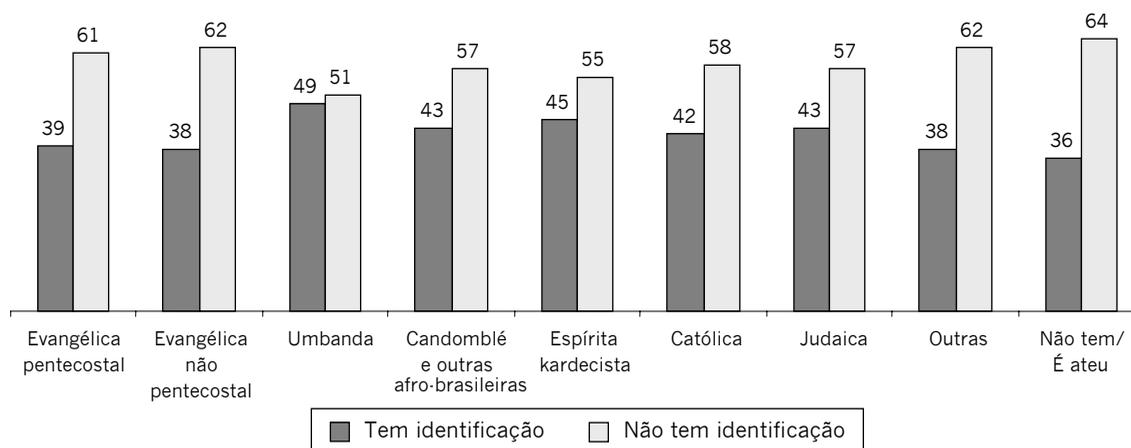
Partido	RELIGIÃO (%)								
	Evangélica pentecostal	Evangélica não pentecostal	Umbanda	Candomblé (e outras afro-brasileiras)	Espírita kardecista	Católica	Judaica	Outras	Não tem
PMDB	13,9	8,8	11,9	10,9	10,3	12,8	.	8,8	6,4
PT	10,4	12,1	18,3	26,1	18,2	13,5	35,7	10,5	17,3
PPR	0,8	0,8	1,8	.	0,7	0,9	.	1,3	0,9
PSDB	5,8	7,0	7,3	.	7,2	6,1	7,1	7,1	4,3
PTB	1,2	0,3	2,8	.	0,5	0,8	.	1,3	0,4
PRN	0,2	0,3	.	.	0,2	0,3	.	0,4	0,2
PDT	1,8	3,1	4,6	4,3	3,6	2,5	.	2,9	2,9
PSB	0,3	0,3	.	.	0,2	0,3	.	0,4	0,2
PFL	2,0	2,8	1,8	2,2	1,2	2,6	.	1,3	1,3
PL	0,3	0,5	.	.	0,5	0,3	.	.	0,4
PDS	0,9	0,8	.	.	0,7	0,7	.	1,3	0,2
Outros	1,2	1,0	0,9	.	1,4	0,9	.	2,5	1,6
Nomes/Referência	11,0	6,4	11,9	13,0	7,4	9,3	14,3	5,9	4,9
Nenhum	40,0	51,8	34,9	37,0	45,6	41,6	42,9	47,9	52,4
Não sabe	10,2	4,0	3,8	6,5	2,1	7,4	.	8,4	6,6

Fonte: DATAFOLHA, 05/09/94

Pergunta: Qual o partido de sua preferência?

Identificação partidária

1994



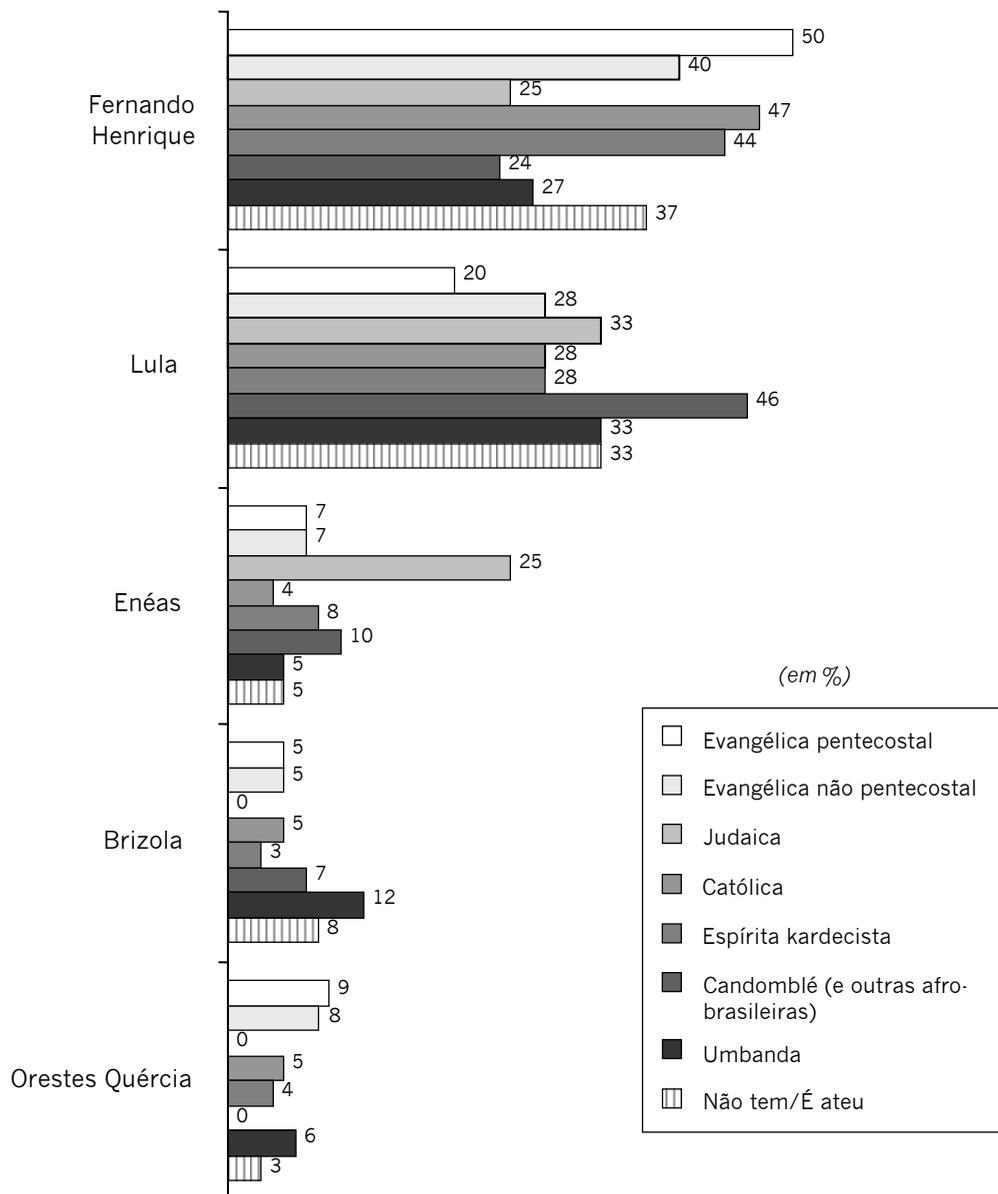
Fonte: DATAFOLHA, 05/09/95

Pergunta: Qual o seu partido político de preferência? (consideramos "Tem identificação" as pessoas que preferem algum partido político; e "Não tem" as pessoas que citam nomes de políticos, não preferem nenhum partido ou não sabem responder).

1994

A eleição presidencial de 1994 (opiniões segundo religião)

Intenção de voto para presidente (principais candidatos):



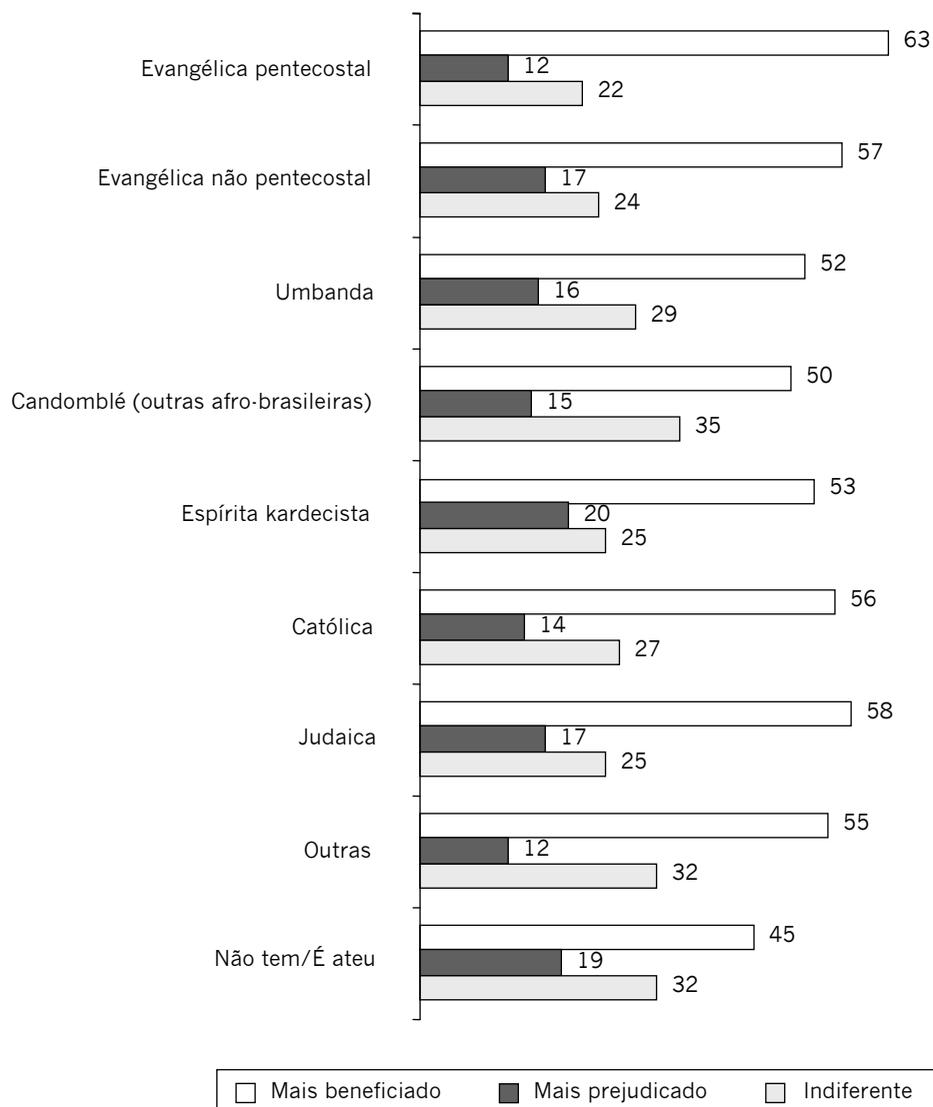
Fonte: DATAFOLHA, 05/09/95

Pergunta: No dia 3 de outubro haverá eleição para presidente da República. Em quem você pretende votar para presidente nas próximas eleições?

A eleição presidencial de 1994 (cont.)

1994

Opinião sobre o Plano Real durante o ano eleitoral segundo a religião
 “Como se sente com o Plano Real...” (em %):



Fonte: DATAFOLHA, 16-18/08/94

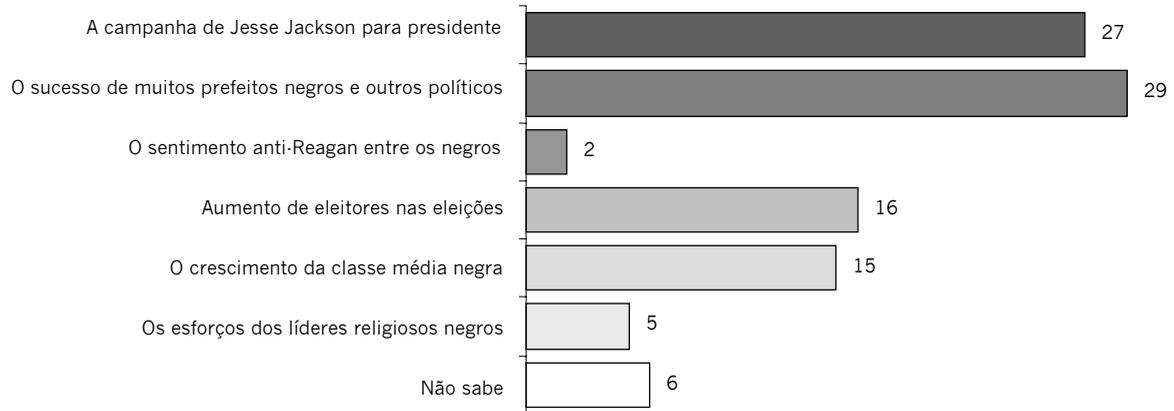
Pergunta: No seu caso pessoal, você se sente mais beneficiado, mais prejudicado ou é indiferente ao plano econômico?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”

Opiniões gerais sobre cor/raça e política

1984

Razões da influência dos negros nas eleições



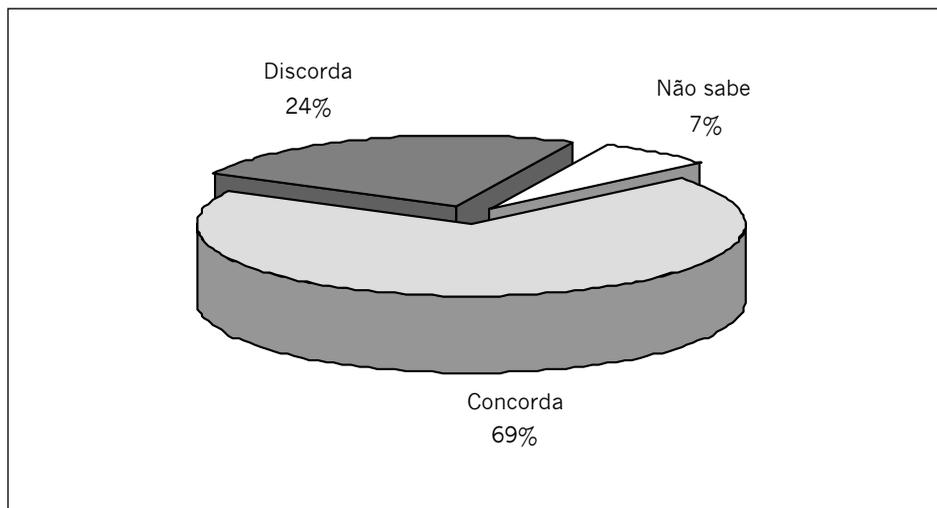
Fonte: Roper Organization/Gallup Organization, Julho de 1984, 1579 entrevistas entre população adulta

Pergunta: Aqui está uma lista de razões que algumas pessoas dão para o aumento da influência política dos negros hoje. Qual destas razões você acha ser a mais importante razão pela qual os negros hoje são mais influentes?

Obs.: Perguntando para aqueles que acharam que os negros têm mais influência na política hoje do que eles tinham na última eleição Presidencial em 1980 (41%)

1991

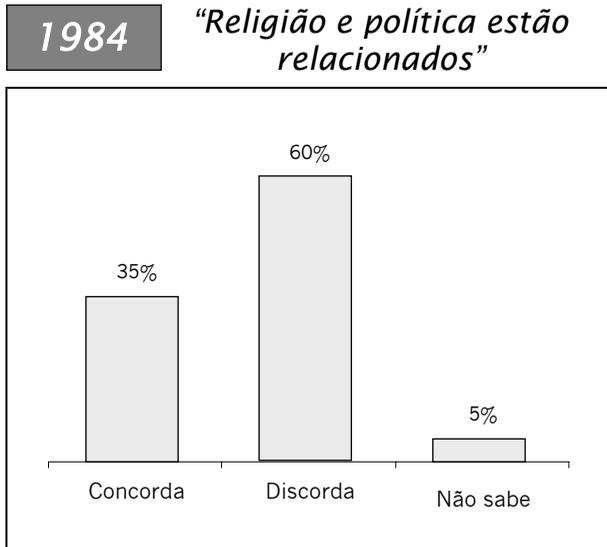
Opinião sobre candidato racista



Fonte: Roper Organization/Louis Harris & Associates, Novembro de 1991, 1258 entrevista por telefone entre a população adulta

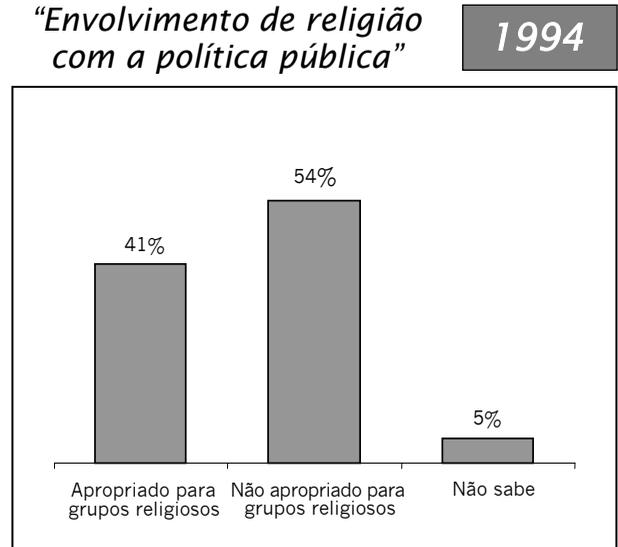
Pergunta: Vou ler algumas informações sobre David Duke, um antigo membro da Ku Klux Klan e que está concorrendo para o governo da Louisiana. Diga-me se concorda ou discorda: ele apela para piores instintos das pessoas para que odeiem outros grupos, o que pode dividir profundamente a América e causar violência racial e religiosa.

Opiniões gerais sobre religião e política



Fonte: Roper Organization/NBC News, Setembro de 1984, 1258 entrevista por telefone a população adulta

Pergunta: Em um recente discurso de campanha, o presidente Reagan disse que religião e política estão necessariamente relacionadas. Você concorda que religião e política estão necessariamente relacionadas, ou você discorda com esta visão?

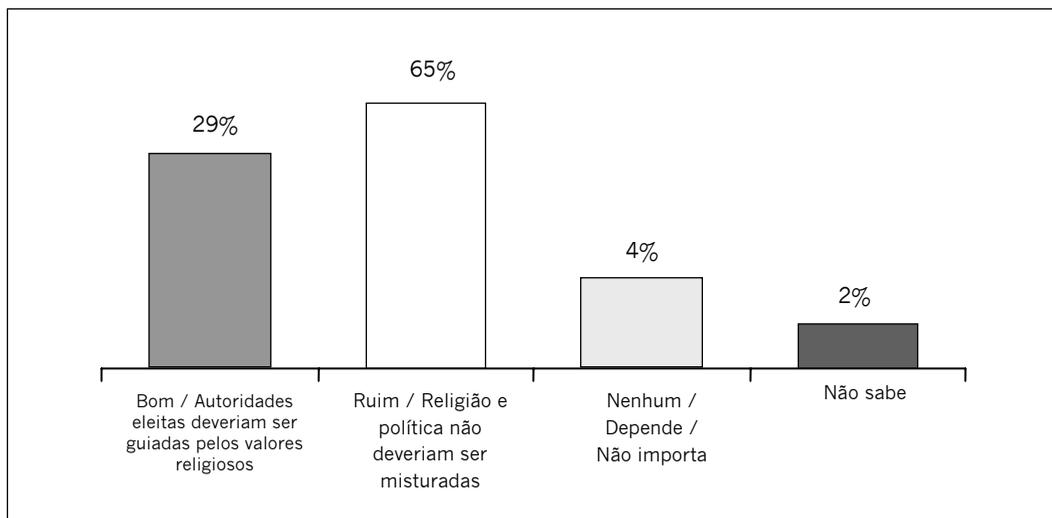


Fonte: Roper Organization/Hart and Teeter research Companies, Julho de 1994, 1005 entrevistas por telefone a população adulta

Pergunta: Você acredita que é apropriado ou não para os grupos religiosos avançar seus ensinamentos (suas crenças) envolvendo-se em política e trabalhando para afetar a política pública?

Relação entre autoridades eleitas e religião

1992



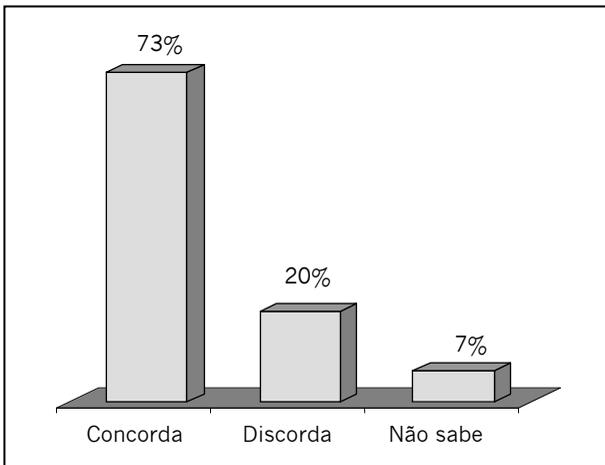
Fonte: Roper Organization/Princeton Survey Research Associates, ago/set. 1992, 1510 entrevistas por telefone entre população adulta

Pergunta: Tenho algumas questões sobre autoridades eleitas. Algumas pessoas acham que seria melhor se fossem guiadas por seus valores religiosos ao tomarem decisões políticas. Outras pessoas acham que isto não seria bom pois religião e política não deveriam ser misturadas. Qual opinião está mais perto do modo como você pensa?

Opiniões gerais sobre religião e política (cont.)

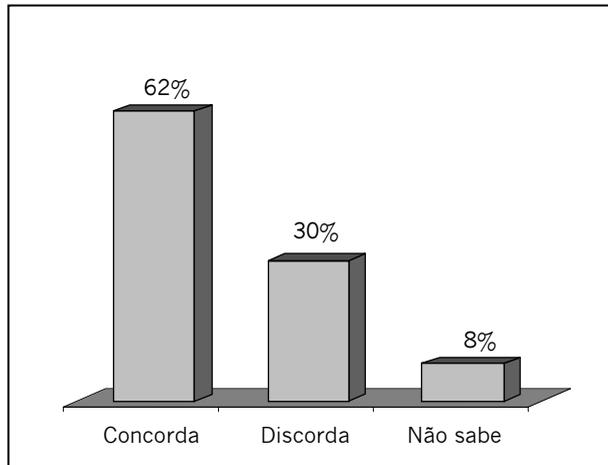
1984

“É importante manter uma separação estrita entre Igreja e Estado”



1984

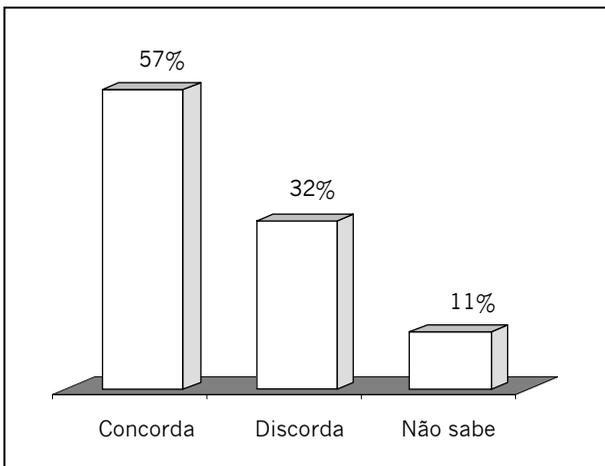
“Políticos concorrendo por um cargo não deveriam procurar o apoio de líderes religiosos”



Fonte: Roper Organization/Yankelovich, Skelly and White, Setembro de 1984, 1023 entrevistas por telefone entre eleitores registrados
Pergunta: Agora vou ler para você várias declarações sobre religião e política. Para cada uma, por favor me diga se você concorda, discorda ou não sabe:

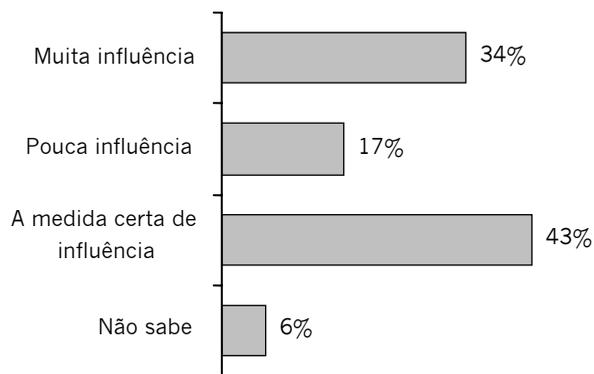
1984

“Nós somos uma nação religiosa e os valores religiosos deveriam servir como guia para o que nossos líderes políticos fazem em seus cargos”



1984

Sobre a influência na política dos grupos religiosos organizados



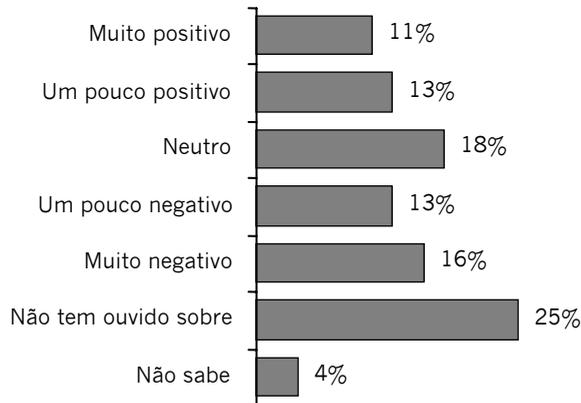
Fonte: Roper Organization/Yankelovich, Skelly and White, Outubro de 1984, 1023 entrevistas por telefone entre eleitoras registradas
Pergunta: Aqui estão três afirmações sobre religião e política. Para cada uma, por favor me diga se você concorda ou discorda:

Fonte: Roper Organization/ABC News/Washington Post, Maio de 1984, 1511 entrevistas por telefone entre população adulta
Pergunta: Você acha que grupos religiosos organizados neste país tem muita influência na política hoje, pouca influência, ou tamanho certo de influência.

Opiniões sobre grupos religiosos de direita

1994

Opinião sobre a direita religiosa

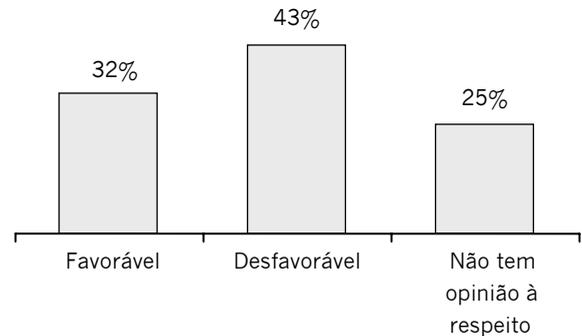


Fonte: Roper Organization/Hart and Teeter Research Companies, Julho de 1994, 1005 entrevistas por telefone entre população adulta.

Pergunta: Tem havido muita discussão ultimamente sobre a direita religiosa, que se refere a grupos conservadores cristão ativos na política. Gostaria que você classificasse seus sentimentos em relação à direita religiosa como muito positivo, um pouco positivo, neutro, um pouco negativo, muito negativo. Se você tem ouvido sobre a direita religiosa, por favor somente diga isto então.

Opinião sobre os evangélicos / fundamentalistas cristãos

1994

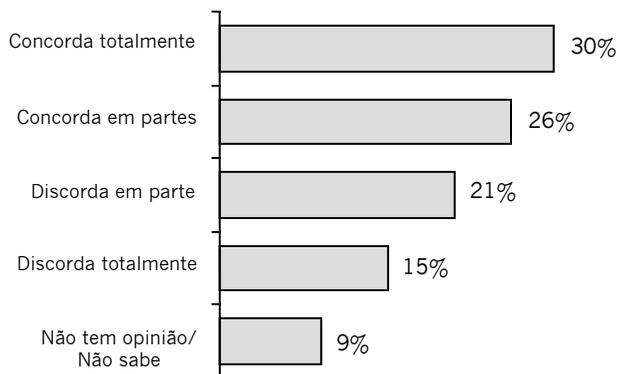


Fonte: Roper Organization/ABC News/Washington Post, Junho de 1994, 1351 entrevista por telefone entre a população adulta.

Pergunta: Você tem uma impressão favorável ou desfavorável da direita religiosa (evangélica ou fundamentalista cristãos que são politicamente conservadores e ativos na política)?

1987

“A direita religiosa tem se tornado muito influente na política”

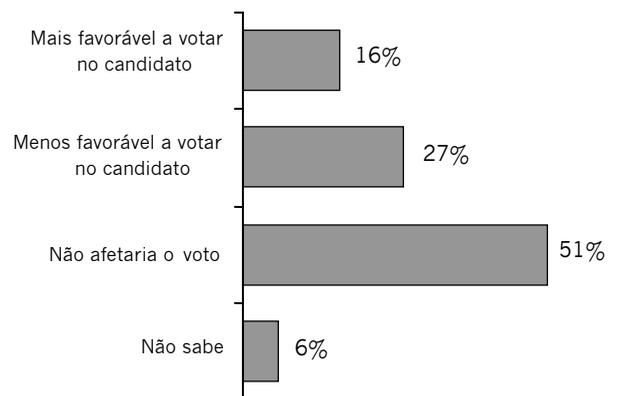


Fonte: Roper Organization/Mark Clements Research, Agosto de 1987, 800 entrevistas por telefone entre mulheres com idade entre 18-65 anos.

Pergunta: Vou ler para você algumas afirmações sobre questões correntes. Por favos indique se você concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte, ou discorda totalmente:

Candidatos ligados à direita religiosa

1994



Fonte: Roper Organization/Hart and Teeter Research Companies, Julho de 1994, 1005 entrevistas por telefone entre população adulta.

Pergunta: Se um candidato para o Congresso tivesse o apoio das organizações associadas com a direita religiosa (que refere-se aos grupos cristãos conservadores ativos na política) você seria mais favorável a votar nele, menos favorável, ou isto não afetaria seu voto?

Ficha Técnica

Seção Brasil

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística			
03/05/91	3.650	Eleitores do Brasil	Estatisticamente representativa da área em estudo e elaborada por quotas proporcionais em função de variáveis significativas do universo: sexo, grupo de idade, atividade, posição na ocupação, localização geográfica.
10/02/94	2.000		
15/03/94	2.000		
19/07/94	2.000		
29/11/94	2.000		
Datafolha			
15-16/02/92	2.500	Eleitores do Brasil	Estatisticamente representativa da área em estudo e elaborada por quotas proporcionais em função de variáveis significativas do universo: sexo, grupo de idade, atividade, posição na ocupação, localização geográfica.
02-04/02/93	2.500		
03/03/93	2.500		
27-28/03/93	2.500		
14/04/93	2.487		
26/05/93	2.500		
05/06/93	2.500		
04/08/93	2.500		
08-10/09/93	2.500		
10-11/11/93	2.500		
16-18/08/94	10.458		
05/09/94	10.532		
23/09/94	16.413		
12-14/12/94	14.148		
26-27/01/95	3.044		
21-23/03/95	12.431		

Seção Estados Unidos

Roper Center
Os dados são provenientes do Banco de Dados de Opinião Pública Roper Center for Public Opinion Research, da Universidade de Connecticut, EUA

Eleições casadas, resultados nem sempre solteiros: campanhas proporcionais e imagem partidária no horário gratuito de propaganda eleitoral¹

Leandro Piquet Carneiro

Pesquisador do ISER
Professor do Departamento de Ciências Sociais da UERJ
Doutorando em Ciência Política pelo IUPERJ

Rogério Augusto Schmitt

Pesquisador do Laboratório de Estudos Experimentais (LEEX)
Professor do Departamento de Sociologia e Política da PUC-RJ
Doutorando em Ciência Política pelo IUPERJ

Resumo

Este artigo é um estudo sobre a campanha eleitoral na televisão para a Câmara dos Deputados, no estado do Rio de Janeiro em 1994, e analisa a relação entre as estratégias políticas dos partidos e candidatos e os resultados eleitorais oficiais. Os autores concluem que, apesar da afirmativa de que os partidos políticos brasileiros são organizações frágeis, eles exercem influência significativa sobre as campanhas e o desempenho eleitoral de seus candidatos.

Palavras-chave: eleições legislativas, campanha eleitoral, televisão

Abstract

This article is a study on the electoral campaign in television for the chamber of Deputies in the State of Rio de Janeiro in 1994, and it analyses the relationship between the political strategies of the parties and candidates and the electoral official results. The authors conclude that, despite the assumption that Brazilian political parties are fragile organizations, they exercise significant influence over the campaigns and the electoral performances of their candidates.

Keywords: television, legislative election, electoral campaign

¹ O presente artigo é produto da participação dos autores no ciclo de seminários sobre o processo eleitoral de 1994, organizado pelo professor Marcus Figueiredo no IUPERJ, no segundo semestre de 1994. Na sua concepção, contou com a participação da antropóloga Karina Kuschinir, doutoranda do Museu Nacional/UFRJ e professora do Departamento de Comunicação Social da PUC/RJ. Participaram ainda deste trabalho, na qualidade de assistentes de pesquisa, Fernanda Cristina Fernandes de Souza (coleta de dados, organização do material e controle de qualidade dos dados), Márcia de Souza Pinto (análise estatística) e Fábio Lanzelotti (coleta dos dados). Os recursos humanos (assistentes de pesquisa) e computacionais necessários ao desenvolvimento do artigo foram providos pelo Núcleo de Pesquisa do ISER.

Apresentação

Os partidos políticos brasileiros desfrutam de má reputação. As interpretações e análises tradicionais a respeito do nosso sistema partidário costumam enfatizar sua inorganicidade em relação à estrutura social, seu não-enraizamento na cultura política, seu caráter efêmero, ou então seu fraco desempenho parlamentar. Os partidos políticos existiriam apenas “para inglês ver”. Os eleitores votariam em políticos individuais – jamais em partidos – e os candidatos fariam campanhas personalizadas, sem referência às legendas que os abrigam. Os partidos seriam apenas meras fachadas para políticos ambiciosos e desprovidos de compromissos programáticos.

Este artigo estabelece uma investigação da hipótese da debilidade partidária no Brasil a partir de um estudo empírico que acreditamos inovador, referente às eleições para a Câmara dos Deputados no estado do Rio de Janeiro em 1994: a relação entre estratégias (individual e partidária) de campanha política na televisão e resultados eleitorais propriamente ditos. As unidades de análise são os diversos candidatos que disputaram o mandato de Deputado Federal no estado naquela eleição. As três variáveis básicas utilizadas são: 1. O tempo de aparição de cada candidato no horário gratuito de propaganda eleitoral; 2. a utilização de identificadores partidários pelos candidatos; e 3. a votação nominal dos candidatos.

A hipótese nula com a qual dialogamos é a de que os partidos não contam no processo eleitoral, pois o quadro partidário brasileiro é débil e pouco institucionalizado. As campanhas eleitorais seriam, portanto, exclusivamente conduzidas em bases personalizadas. Os partidos políticos não teriam controle sobre o formato dos seus programas na televisão, que seriam apenas a coleção dos programas individuais dos candidatos. Estes, por sua vez, estariam desobrigados de identificar-se com as legendas partidárias que os abrigam, bem como com os candidatos aos cargos majoritários (Presidente, Governador e Senador) companheiros de chapa.

A conclusão da pesquisa empírica é de que, contrariamente às expectativas, os partidos políticos têm influência não-desprezível sobre as campanhas e o desempenho eleitoral de seus candidatos. As legendas partidárias efetivamente contam no processo eleitoral, tanto quanto os candidatos e os eleitores. Não parece absurdo afirmar que o sistema partidário brasileiro encontra-se em processo de enraizamento, não apenas nas percepções das burocracias partidárias e dos candidatos a cargos eletivos, mas também na percepção da própria população.

Variáveis básicas

Os dados utilizados na pesquisa são de duas naturezas: os programas eleitorais na TV referentes à eleição para Deputado Federal no Rio de Janeiro e o resultado oficial do pleito com a votação dos partidos e candidatos em disputa. Alguns esclarecimentos precisam ser feitos em relação ao processo de coleta dos dados e às regras vigentes nos dois processos.

A lei nº 8713, de 30 de setembro de 1993, regulamentou as eleições gerais de 1994. O horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE), veiculado obrigatoriamente na televisão e no rádio durante os dois meses anteriores às eleições, funciona como o principal veículo para que as mensagens dos partidos e dos candidatos atinjam o grande público.

Os programas referentes às disputas para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Legislativas (Deputados Federais e Estaduais, respectivamente) iam ao ar três dias por semana (terças, quintas e sábados), com duração de uma hora em cada dia. No total, foram transmitidos 23 destes programas (23 horas). Assumindo que a divisão do tempo em cada programa tenha sido paritária, teríamos 11 h 30min de programas referentes à eleição de Deputado Federal e 11 h 30min referentes ao pleito de Deputado Estadual. A legislação ordenava que um terço do tempo de cada programa fosse distribuído igualitariamente entre todos os partidos, e que os restantes dois terços fossem distribuídos proporcionalmente ao número de representantes de cada partido na Câmara dos Deputados.

A pesquisa gravou em vídeo 7h 30min das 11h 30min do HGPE para Deputado Federal no estado do Rio de Janeiro. Foram computados basicamente o tempo de aparição e o uso de identificadores partidários por parte dos candidatos, conforme será detalhado a seguir. Os programas gravados foram transmitidos nos dois últimos meses da campanha para as eleições de 3 de outubro, posteriormente anuladas pelo TRE. Optamos por trabalhar com os resultados da eleição de 3 de outubro por quatro razões básicas: i. não houve mudanças significativas no quadro dos eleitos; ii. as eleições foram anuladas em função da fraude constatada no processo de apuração dos votos; iii. as votações nominais dos candidatos não eleitos segundo o resultado de 3 de outubro sofreram variações negativas importantes; decorrentes iv. da introdução de um “segundo turno” nas eleições proporcionais, que deu aos eleitores a chance de avaliar as possibilidades eleitorais de seus candidatos e redirecionar seus votos, definindo o resultado de 15 de novembro como atípico no processo eleitoral proporcional. Por estas razões, optamos por utilizar os resultados de 3 de outubro em nossas análises.

O segundo tipo de dados coletados foram os boletins expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro contendo os resultados oficiais do pleito de 3 de outubro para Deputado Federal, depois anulado. Os relatórios contêm a relação dos candidatos, a respectiva votação individual, os votos dados à legenda e a composição das coligações partidárias. A legislação eleitoral possibilitou a cada partido apresentar, no máximo, um número de candidatos igual ao número de cadeiras em disputa (46 cadeiras, o tamanho da bancada fluminense na Câmara dos Deputados). No caso das coligações, independentemente do número de partidos integrantes, era possível a cada uma apresentar até 69 candidatos (uma vez e meia a quantidade de vagas a ser preenchida). A descrição destes dados também será feita posteriormente. Por hora, um resumo das regras do sistema eleitoral em vigor no Brasil para a escolha de Deputados Federais (bem como de Deputados Estaduais e Vereadores) é necessária.

O Brasil adota um sistema de representação proporcional para a eleição da Câmara dos Deputados. O número de Deputados Federais a serem eleitos por cada partido é determinado, em tese, pelo número de votos obtidos por cada um deles. Assim, por exemplo, um partido que obtenha 20% dos votos elegerá algo próximo a 20% dos Deputados Federais. A representação proporcional busca conferir a cada agremiação partidária a justa compensação pelo seu desempenho eleitoral. Os Deputados Federais não são eleitos nacionalmente, pois cada estado elege a sua própria bancada, proporcionalmente à sua população. O Rio de Janeiro elege 46 dos 513 Deputados Federais brasileiros. Algumas particularidades da representação proporcional no Brasil precisam porém ser destacadas, isso porque afetam os resultados desta pesquisa e também porque discrepam dos princípios da proporcionalidade.

O sistema eleitoral brasileiro, apesar de proporcional, segrega dois elementos contraditórios ao funcionamento deste princípio de representação política: a existência de listas partidárias abertas e a possibilidade de coligações entre partidos. Num sistema rigorosamente proporcional, não existe voto em indivíduos, pois o eleitor pode votar apenas na legenda partidária. A relação de candidatos (lista) de cada partido já vem ordenada preferencialmente antes da eleição. O papel do eleitor é o de referendar a chapa do seu partido. Este processo é conhecido como representação proporcional através de listas fechadas, e adotado pela maioria dos países com voto proporcional. É um sistema que reforça as identidades partidárias em detrimento da personalização das campanhas. O Brasil adota a representação proporcional através de listas abertas, sistema no qual o eleitor pode votar em candidatos individuais. A ordem de eleição é lotérica: os candidatos individualmente mais votados em cada partido serão eleitos. É um sistema que torna os partidos instâncias secundárias.

Suponha-se, por exemplo, um partido que tenha obtido 30% dos votos numa eleição proporcional, o que dá direito a cerca de 30% das cadeiras. Suponha-se também que isto dá direito a 10 parlamentares eleitos pelo partido. Num sistema de listas fechadas, elegeriam-se os 10 primeiros nomes da lista indicada pelo partido, previamente ordenados de acordo com a preferência da legenda, pois não existe votação nominal. Num sistema de listas abertas, elegeriam-se os 10 candidatos individualmente mais votados do partido, sem que reste a este a capacidade de influir nesta escolha, que é feita exclusivamente pelo eleitor.

A segunda cláusula contraditória existente na representação proporcional brasileira agrava os efeitos da anterior. É a permissão para a formação de coligações eleitorais entre os partidos, outra virtual exclusividade brasileira. Qualquer número de partidos, de qualquer tamanho, pode juntar-se na época da eleição e ter os seus votos considerados como se fossem de uma única legenda. Através desse mecanismo, os pequenos partidos conseguem parasitar os grandes e eleger representantes mesmo sem ter votos suficientes. A estratégia de um partido nanico (que sabe que competindo sozinho não atingirá a quantidade mínima exigida de votos) pode ser, por exemplo, apresentar um único candidato (de boa performance eleitoral) e associar-se a uma agremiação maior através da coligação. Como as listas são abertas, aquele candidato acaba por ficar bem posicionado na chapa e garantir a sua eleição, apesar do fraco desempenho do partido, mas por conta exclusivamente do desempenho agregado da coligação. Obviamente, a representação política fica menos proporcional e mais aleatória.

Estes dois mecanismos (listas abertas e coligações), além de funcionarem contra a lógica da representação proporcional, afetam diretamente o formato e a estratégia das campanhas eleitorais, bem como a relação dos partidos com os candidatos. Este é o tema da próxima seção.

Reputação individual e estratégias eleitorais

No sistema partidário brasileiro, a competição na qual os políticos estão inseridos é extensiva, não apenas em termos interpartidários (ou intercoligações), mas também intrapartidariamente, por conta das listas abertas. A visibilidade pública do político é decisiva na definição de suas chances de obter uma boa posição nas listas partidárias (um expressivo número de votos). Chamaremos, seguindo outros exemplos da literatura sobre o assunto, o interesse dos políticos pela sua visibilidade pública de *reputação individual*. Os políticos atribuirão maior ou menor valor a sua reputação individual em função de certas características do sistema eleitoral.

Portanto, comparado a outros sistemas partidários, o sistema eleitoral brasileiro ocuparia uma das mais altas posições no que se refere ao valor atribuído pelos políticos a sua reputação individual. Poderíamos imaginar apenas uma situação onde a reputação individual dos políticos teria um valor ainda mais alto. Este seria o caso de um sistema eleitoral que só admitisse candidaturas individuais sem vinculação partidária.

Em outro sentido, podemos formular a questão da *reputação partidária*. A imagem de um partido junto aos eleitores pode variar significativamente entre diferentes regiões do país. Pode-se ainda imaginar que a imagem de um partido em um determinado distrito eleitoral (no caso brasileiro, os estados) pode ser consideravelmente diferente da imagem que este mesmo partido tem no plano nacional. Mesmo em um quadro onde possam haver certas diferenças de imagem associadas aos partidos nos diferentes níveis do sistema partidário, em cada distrito eleitoral, as lideranças partidárias deparam-se com a tarefa de manter certa imagem pública associada ao partido. Não apenas a criação, mas a manutenção de certa reputação partidária coloca-se como um problema de ação coletiva para os políticos. Manter a reputação partidária requer, em muitos momentos, que certas iniciativas individuais, conflitantes com as posições programáticas da legenda, sejam refreadas e redirecionadas. É claro que, se a imagem do partido é o elemento mais importante do processo eleitoral, não haverá nenhum incentivo para que os políticos individualmente mantenham posições que conduzam ao enfraquecimento da imagem partidária. Entretanto, se as chances de sucesso eleitoral dependem da habilidade do político em, individualmente, destacar-se entre os demais competidores de sua própria legenda – mesmo que de alguma maneira ele possa beneficiar-se do desempenho coletivo – o político terá que avaliar o *trade-off* entre os ganhos provenientes do reforço à imagem partidária e os ganhos associados à consolidação de sua imagem individual.

Ao formular o problema da manutenção da reputação partidária como um problema de ação coletiva para os políticos, podemos discutir certos aspectos das campanhas eleitorais que têm tido pouco ou nenhum destaque na literatura sobre partidos e eleições no Brasil. Não faltam estudos demonstrando a fragilidade das legendas partidárias no que se refere à ausência de diferenciação programática, ao baixo nível de identificação dos eleitores com os partidos, às precariedades das formas de organização partidária, além dos baixos níveis de participação. A literatura é igualmente pródiga na proposição de alternativas de sistemas eleitorais. As relações entre certas características, vistas como problemáticas no sistema partidário-eleitoral brasileiro, e as propostas de reforma, são muitas vezes estabelecidas sob um déficit de pesquisas empíricas orientadas para a análise dos processos partidário-eleitorais específicos, sobre os quais incidem as propostas de reforma.

A alegada fragilidade do sistema partidário brasileiro costuma ser atribuída à própria natureza do sistema eleitoral. A representação proporcional, dizem os seus críticos (adeptos do voto majoritário-distrital), inerentemente produz a debilidade dos partidos políticos. Para fortalecer os partidos, é condição necessária e suficiente a abolição da R.P. O vilão da história, a nosso ver, não é o sistema eleitoral em si, mas determinados mecanismos acessórios cujos efeitos acabam por comprometer os benefícios da R.P. Referimo-nos às coligações, às listas partidárias abertas e à inexistência de fidelidade partidária (vide seção anterior).

O diagnóstico da debilidade partidária brasileira também é estendido aos programas partidários exibidos gratuitamente na TV (HGPE, debates, etc). São programas chatos, sem audiência, que fazem os telespectadores desligar seus aparelhos. Candidatos sucedem-se frenética e jocosamente sem qualquer referência ou alusão a partidos e programas, apenas prometendo e pedindo votos. Personalização absoluta, dizem os seus críticos. Negligenciam a importância, que as pesquisas de opinião pública também mostram, do HGPE na definição o voto.

Este ponto merece uma observação adicional: a legislação eleitoral brasileira, através do HGPE, faz confluir para um mesmo espaço político as iniciativas mais importantes da campanha eleitoral. O analista político tem assim a chance de observar e descrever de maneira relativamente simplificada, o que em qualquer outro sistema político-eleitoral seria extremamente difícil, e mesmo custoso, de ser estudado: a dinâmica da competição eleitoral. Evidentemente, a HGPE não encerra a totalidade das iniciativas de campanha, principalmente no que se refere aos candidatos aos cargos majoritários. Entretanto, no caso dos candidatos aos postos legislativos proporcionais, o HGPE é um dos espaços centrais da campanha eleitoral. Sobretudo para os candidatos com apelo eleitoral difuso, ou seja, para aqueles que não contam com apoios eleitorais de grupos locais, profissionais, religiosos ou de qualquer outro tipo, capazes de permitir uma especialização ou concentração das iniciativas de campanha.

Em muitas destas críticas, causas e efeitos são relacionadas com base em generalizações que não resistem às exigências da pesquisa empírica. É com o objetivo preciso de afastar-se das generalizações sobre o sistema partidário eleitoral, que este artigo procura investigar um aspecto específico do enraizamento dos partidos na cultura política brasileira: aquele que diz respeito à importância atribuída à reputação partidária e à interconexão entre os vários níveis de disputa eleitoral no HGPE.

Estratégias partidárias no processo de competição eleitoral

Na seção anterior formulamos o problema de ação coletiva que envolve a criação e a manutenção da imagem e reputação partidária. Agora, pretendemos discutir esta questão tendo por base o estudo empírico que realizamos com os candidatos à Câmara dos Deputados no Estado do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, para que o problema da ação coletiva possa ser abordado de maneira um pouco mais formal, devemos considerar o conjunto de estratégias possíveis com que se deparam as lideranças partidárias (o agente supostamente mais sensível aos problemas de consolidação da reputação partidária) ao longo do processo eleitoral. Evidentemente não existe um conjunto fechado de estratégias possíveis durante uma campanha eleitoral. Sendo que o processo decisório com o qual se deparam as lideranças partidárias envolve a combinação de estratégias em três frentes:

1. a formação de coligações eleitorais;
2. a definição do número de candidatos a serem lançados; e
3. os critérios para a divisão do tempo entre os candidatos.

A definição destas estratégias poderá ser tomada de forma mais ou menos democrática, sendo que partidos mais democráticos poderão ter as mesmas dificuldades que partidos menos democráticos na imposição das estratégias coletivas de campanha. Alguns exemplos podem tornar mais claro o argumento. É possível visualizar os efeitos centrípetos que certas políticas de coligação eleitoral poderiam ter sobre o conjunto das candidaturas aos postos legislativos, sempre que estas políticas contrariassem certos critérios de proximidade programática ou ideológica em um partido onde questões programáticas e ideológicas importam. O resultado esperado desta política da liderança poderia ser a erosão da coesão partidária, significando que a sustentação do partido na campanha seria possivelmente negligenciada pelos candidatos.

Em outro sentido – talvez mais realista no contexto do sistema partidário-eleitoral brasileiro –, poderíamos imaginar os efeitos sobre a campanha eleitoral partidária – por oposição às campanhas eleitorais individuais – decorrentes da discordância entre lideranças partidárias e candidatos quanto aos critérios de divisão do tempo no HGPE. A liderança partidária poderá decidir por estratégias que variam desde limitar a participação no HGPE aos candidatos que, segundo sua avaliação, podem desempenhar o papel de *puxadores de legenda* até a divisão igualitária do tempo entre todos os candidatos da legenda, sem levar em conta qualquer critério de diferenciação das suas chances eleitorais. Qualquer estratégia deste contínuo pode maximizar interesses partidários e individuais. Por exemplo: poderia haver acordo em torno da estratégia de máxima concentração do tempo na

medida em que liderança e candidatos concordassem nas suas avaliações quanto às chances de que alguns candidatos poderiam receber uma votação significativamente superior ao quociente eleitoral. A estes candidatos poderia ser destinado a maior parte do tempo no HGPE, sem que este desequilíbrio gerasse qualquer tipo de tensão entre os interesses partidários e os interesses individuais dos candidatos. As estratégias puramente igualitárias, por sua vez, podem ser igualmente eficazes e consensuais ou, em sentido contrário, produzir todo o tipo de tensão entre candidatos que tenham percepções diferenciadas com relação as suas chances eleitorais. Em ambos os extremos o acordo é frágil e fortemente dependente da habilidade das lideranças partidárias em fazer convergir as avaliações sobre as chances eleitorais dos candidatos da legenda.

A decisão quanto ao número de candidatos a serem lançados pelo partido articula-se, sobretudo, às decisões sobre a composição de coligações eleitorais. A legislação eleitoral impõe que os partidos em coligação limitem o número de candidatos (ver item 2). O cálculo partidário é simples: um grande número de candidatos amplia a votação nominal obtida pelo partido, mas oferece o risco de dispersar os recursos partidários (como o HGPE). Assim, a coligação eleitoral pode ser uma alternativa eficaz para os partidos pequenos que, embora apresentando um pequeno número de candidatos, podem se beneficiar dos mecanismos de transferência de votos entre os partidos coligados. Vejamos alguns exemplos retirados da última campanha.

Na campanha que analisamos, os candidatos aos postos legislativos do PSDB e PT travaram polêmicas públicas sobre os critérios de divisão de tempo na TV. No PSDB houve manifestações de descontentamento com os critérios igualitários utilizados para a divisão do tempo, enquanto que no PT surgiram discordâncias com relação à decisão de concentrar em três candidatos a maior parte do tempo partidário no HGPE.

As estratégias de coligação também geraram algumas polêmicas públicas interessantes. O maior partido da coligação “Frente Brasil Popular”², o PT, tentou desfazer a coligação eleitoral quando novas eleições foram marcadas para 15 de novembro, após a anulação das eleições de 3 de outubro. A justiça eleitoral não permitiu a dissolução da coligação e o PT teve que arcar com os custos políticos da transferência de seu significativo capital de 158.553 votos de legenda para os candidatos dos pequenos partidos da coligação, que invariavelmente optaram por apresentar um pequeno número de candidatos, em contraste com a estratégia petista de apresentar 44 candidatos.

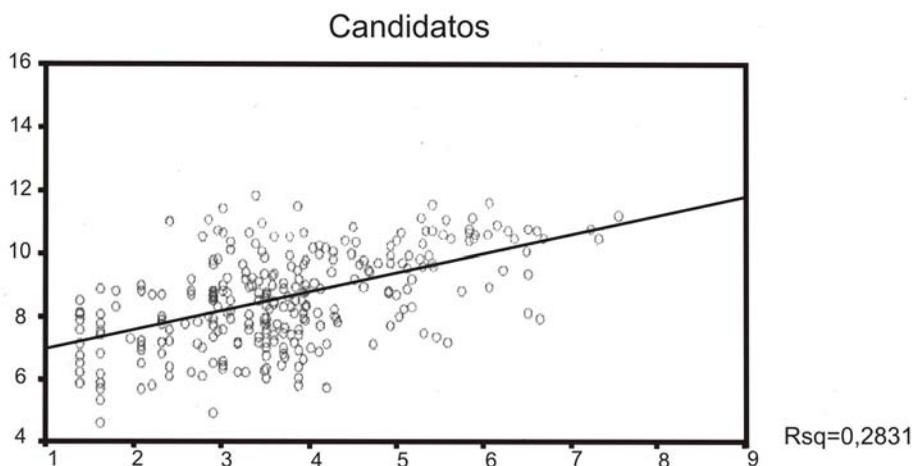
² A Frente Brasil Popular era composta no Rio de Janeiro pelos seguintes partidos: PT, PSB, PCdoB, PPS, PSTU, PV e PCB.

Estratégia partidária e retorno eleitoral

A descrição das estratégias de campanha feita acima está longe de ser exaustiva. Mas oferece os elementos mínimos que necessitamos para descrever em mais profundidade a campanha eleitoral para a Câmara de Deputados no Rio de Janeiro em 1994. Nossa “hipótese nula” pode ser então retomada. Nela, tomávamos emprestado o quadro ordinariamente associado ao sistema eleitoral brasileiro: os partidos políticos são fracos, indiferenciados e incapazes de formular estratégias coletivas para a campanha eleitoral; campanha que se apresenta como um somatório de iniciativas individuais de candidatos maximizadores de suas reputações e visibilidade pública. Vejamos então como se dá a correlação entre tempo na TV ocupado por cada candidato a Deputado Federal e a votação nominal destes mesmos candidatos. Se a hipótese de que as estratégias partidárias pouco influem na definição dos resultados eleitorais está correta, o que podemos esperar da relação entre as variáveis tempo individual de cada candidato na TV (t) e votação nominal dos candidatos (vn)? Em primeiro lugar, se a hipótese nula está correta, as variáveis deverão apresentar uma associação linear positiva do tipo: quanto maior o tempo do candidato na TV, maior a sua votação nominal.

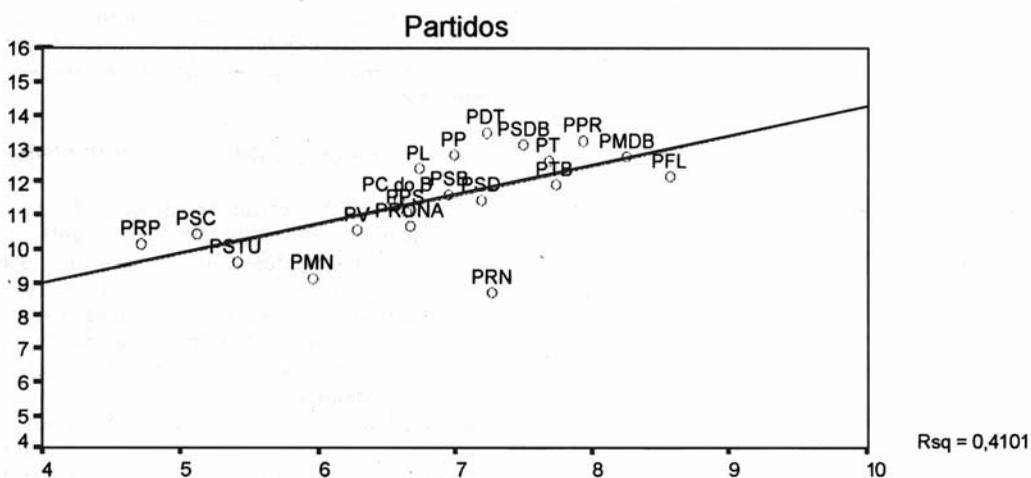
O Gráfico 1 abaixo, mostra a relação entre o logaritmo das variáveis tempo na TV e votação nominal dos candidatos a deputado federal, encontramos um R^2 de 0,28, indicando baixa correlação entre as variáveis.

Gráfico 1
Log tempo x Log votação nominal



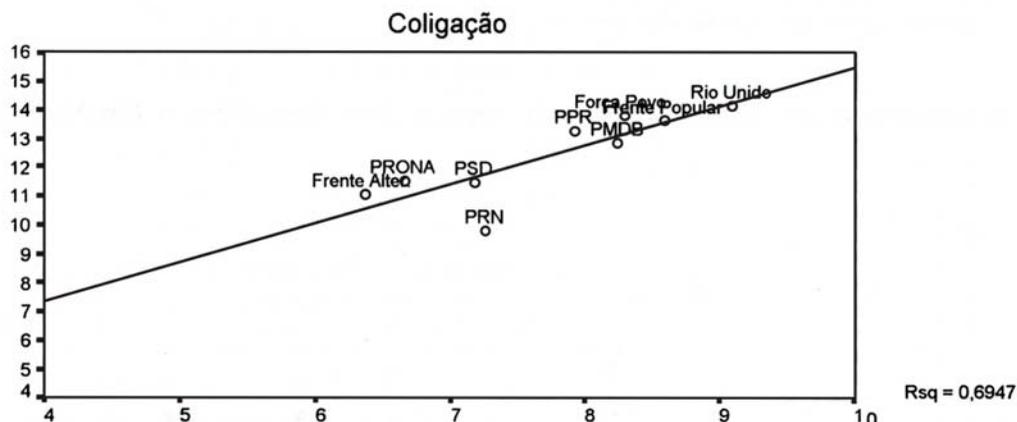
Testamos esta mesma correlação para o logaritmo do tempo dos partidos (somatório dos tempos individuais dos candidatos do partido) e o logaritmo da sua votação (somatório da votação nominal dos candidatos). A correlação aparece de forma mais nítida do que quando consideramos os candidatos isolados, o R^2 passou a ser de 0,41.

Gráfico 2
Log tempo x Log votação nominal



Resta considerar o efeito das coligações na determinação do resultado eleitoral. O terceiro gráfico desta série apresenta a mesma correlação anterior. No Gráfico 3 plotamos o logaritmo do tempo na televisão das coligações e dos partidos não coligados contra o logaritmo da votação nominal dos candidatos. É precisamente neste nível que encontramos correlação mais nítida entre as variáveis estudadas: o R^2 neste caso foi de 0,69.

Gráfico 3
Log tempo x Log votação nominal

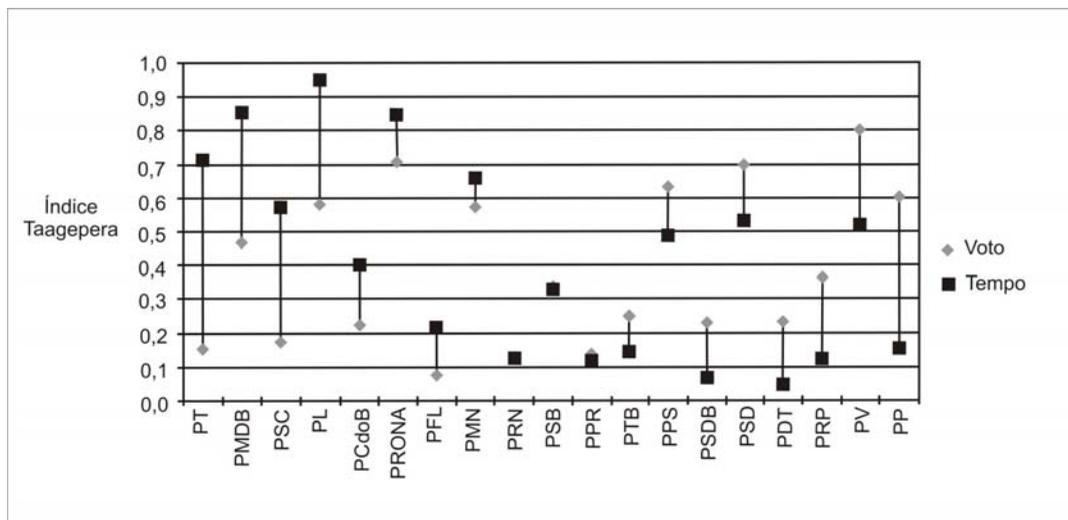


A análise desta seqüência de gráficos revela que mudando-se o nível de análise amplia-se a capacidade descritiva que podemos ter do processo de competição eleitoral. Quando consideramos os candidatos isoladamente, sem levar em conta os partidos e coligações dos quais participavam, não fomos bem sucedidos na tentativa de demonstrar a relação entre tempo de exposição na TV e votação nominal obtida. Em seguida, quando deslocamos o alvo da análise em direção aos macro-agentes do processo eleitoral, os partidos e coligações, observamos como diferentes montantes de tempo podem ser relacionados a determinados resultados eleitorais (no caso, a votação nominal do conjunto dos candidatos do partido / coligação). Dito de outra forma: quando mudamos o nível da análise em direção aos partidos e coligações constatamos a presença de correlação entre tempo ocupado no HGPE e votação nominal, fenômeno que no nível micro-político das candidaturas individuais não parece atuar. A representação da competição eleitoral que emerge desta análise sugere a configuração de um sistema no qual estão presentes não apenas candidatos isolados, envolvidos exclusivamente com a promoção de suas reputações individuais, mas partidos e coligações que atuam como agentes efetivos na definição dos resultados eleitorais.

A seqüência de gráficos comentada acima é, entretanto, insuficiente para podermos descrever as diferenças entre partidos e coligações no que tange às suas estratégias eleitorais. Precisamos, para tanto, retomar algumas das estratégias sobre a divisão do tempo no HGPE descritas de maneira esquemática anteriormente. Vejamos assim como poderiam ser descritas as estratégias partidárias na campanha de 1994 para Câmara dos Deputados no Estado do Rio de Janeiro. Um pouco acima, afirmamos que as lideranças partidárias dispõem de um conjunto de opções que inclui desde a restrição à participação no HGPE aos candidatos que, segundo sua avaliação, podem desempenhar o papel de *puxadores de legenda* até a divisão igualitária do tempo entre todos os candidatos da legenda, sem levar em conta qualquer critério de diferenciação das suas chances eleitorais. Para podermos descrever as estratégias partidárias de divisão do tempo no HGPE entre os candidatos a Deputado, procuramos entre os índices normalmente utilizados em estudos sobre sistemas partidários e eleitorais, aquele que fosse sensível, sobretudo, ao desequilíbrio (imbalance) na distribuição de poder no interior de um sistema político qualquer. Optamos, assim, pela utilização do indicador proposto por Taagepera (TAAGEPERA, 1979) cujos procedimentos de cálculo e a fórmula encontram-se descritos no Anexo 2.

Em seguida, calculamos este mesmo índice para as distribuições dos votos nominais em cada partido. Comparando-se os valores do índice nas duas distribuições, obtemos um quadro do retorno eleitoral das estratégias de divisão do tempo adotadas pelos partidos. O Gráfico 4 apresenta precisamente esta relação. Os pontos com o sinal (!) indicam o valor do índice (T) para a distribuição do tempo na TV, entre os candidatos de um determinado partido, e os pontos com o sinal (") indicam o desequilíbrio na divisão do voto nominal entre os candidatos do mesmo partido. Representamos com uma linha as distâncias entre um e outro valor do índice (T), quanto maior a linha, maior a distância entre o desequilíbrio na divisão do tempo entre os candidatos (aqui interpretado como a estratégia partidária de divisão do tempo na TV) e o desequilíbrio na distribuição dos votos nominais entre os candidatos (interpretado como o retorno eleitoral das estratégias partidárias).

Gráfico 4
Comparação do desequilíbrio na divisão do tempo na TV e o desequilíbrio na
divisão dos Votos.



O Quadro 1, apresentado a seguir, relaciona as estratégias de divisão do tempo de TV e o retorno eleitoral destas estratégias, descritas no Gráfico 4. As escalas de desequilíbrio na divisão do tempo e do voto foram construídas com base no índice (T) para ambas as variáveis e suas categorias expressam o número de desvios padrão com relação à média. Os critérios utilizados estão relacionados logo abaixo do quadro. Na diagonal principal do quadro aparecem os partidos que obtiveram uma distribuição dos votos significativamente próxima da distribuição do tempo na TV entre os seus respectivos candidatos. Acima da diagonal principal encontram-se os partidos que, de alguma forma, não privilegiaram na divisão do tempo os candidatos preferidos por seus eleitores. Abaixo da diagonal principal estão os partidos que não obtiveram de seus puxadores de legenda televisivos o retorno eleitoral esperado. Vejamos então como os partidos distribuem-se entre estes três grupos.

Quadro 1
Retorno eleitoral das estratégias partidárias de divisão do tempo do horário
eleitoral gratuito na TV entre os candidatos à deputado federal
(Rio de Janeiro, 1994).

Desequilíbrio na distribuição dos votos	Desequilíbrio na distribuição do tempo			
	Muito alto	Alto	Médio	Baixo
Muito alto			PV	
Alto	PRONA, PL	PMN	PSD, PPS	PP
Médio	PMDB		PSB	PRP
Baixo		PSC, PT	PCdoB	PDT, PSDB, PTB, PPR, PRN, PFL

Legenda: Muito alto: [1,5; 2,49]; Alto: [0,5; 1,49]; Médio: [-0,49; 0,49]; Baixo: [-1,49; -0,5]

O primeiro grupo é composto pelo que poderíamos chamar de “igualitaristas bem sucedidos”. As lideranças de alguns partidos deste grupo, como já narramos anteriormente, enfrentaram problemas com seus candidatos no que se refere aos critérios de divisão do tempo na TV. Apostaram na divisão igualitária do tempo partidário na TV e obtiveram dos eleitores uma resposta na mesma direção.

O PP, PV, PSD, PPS e PRP, são exemplos de partidos que não apoiaram no HGPE seus puxadores de voto efetivos. O PP ilustra um dos casos mais agudos de descolamento entre estratégia de divisão do tempo e preferência do eleitorado. O candidato a deputado federal mais votado no estado do Rio de Janeiro, Francisco Silva (evangélico e empresário do setor de comunicação), tinha sua candidatura sustentada pelo PP, partido que destinou nos programas dos quais temos registro apenas 29 segundos seu principal puxador de voto. Mesmo imaginando que este candidato não tenha tido interesse em aparecer na TV (poderia pesar nessa decisão o fato do candidato ser proprietário de uma rádio e uma gravadora evangélica), a liderança de seu partido e seus colegas de chapa certamente poderiam ter aumentado as chances de obter algumas cadeiras a mais se tivessem oferecido ao candidato uma parte maior do tempo partidário.

No último grupo encontram-se os partidos (PT, PRONA, PL, PMDB e PSC) nos quais as lideranças partidárias também encontram-se divorciadas de seus eleitores, porém em sentido contrário: os puxadores do HGPE não foram os puxadores das urnas, ou não o foram na intensidade esperada. O destaque neste grupo cabe ao PT, que apresenta a maior diferença entre desequilíbrio na divisão do tempo e desequilíbrio na divisão dos votos, entre todos os partidos. Nos termos aqui utilizados: a estratégia de divisão do tempo do PT obteve um dos piores retornos eleitorais da campanha.

Na análise feita acima partimos da correlação entre tempo e voto para em seguida relacionarmos as estratégias partidárias relativas aos critérios de alocação do tempo entre os candidatos. Em ambos os movimentos um mesmo sinal: partidos (ou coligações) parecem importar na definição dos resultados eleitorais. Alternativamente, poderíamos dizer que encontramos no processo eleitoral de 1994 evidências de diferentes estratégias partidárias que conduziram a diferentes resultados eleitorais. Para que a análise sobre as relações entre candidatos e partidos possa ser concluída, entretanto, resta uma dimensão a ser explorada, qual seja: a maneira como os candidatos apresentam e defendem no HGPE na TV suas respectivas legendas partidárias e os candidatos aos cargos majoritários (Presidente, Governador e Senadores) das chapas das quais participam.

A provisão do bem público: candidatos e reputação partidária no HGPE

Na Tabela 1 apresentamos os indicadores utilizados na descrição das modalidades de relação dos candidatos com suas respectivas legendas partidárias ao longo da campanha. Três vezes por semana (terças, quintas e sábados) 360 candidatos a Deputado Federal revezavam-se na apresentação de seus programas individuais na TV. Chamamos de *programas individuais* os módulos do HGPE dedicados exclusivamente à divulgação das candidaturas proporcionais³. Embora alguns dos programas tenham sido produzidos coletivamente (com um mesmo formato), as decisões sobre como apresentar as candidaturas (temas, bordões jingles, etc.) eram tomadas, nesta fração do HGPE, individualmente. Este conjunto de iniciativas individuais constituem, na nossa opinião, a base do processo que conduz à criação e consolidação da imagem pública das legendas partidárias no processo eleitoral.

Na Tabela 1 medimos a frequência com que os candidatos apresentaram em seus módulos individuais qualquer tipo de referência (ver Anexo A) ao partido e aos candidatos a Governador, Presidente do partido ou coligação pelo qual concorriam.

³ Algumas vezes os partidos reuniam vários candidatos em mesas redondas, geralmente coordenadas por um *puxador de legenda*. Neste caso optamos por considerar como módulo individual o tempo de intervenção que cada candidato tinha neste tipo de programa.

Tabela 1
Percentual médio de identificação do partido, dos candidatos a presidente,
governador e senadores por parte dos candidatos a deputado federal
(Rio de Janeiro, 1994).

Partido de filiação dos candidatos	Uso de identificador				
	Média	Partido	Cand. Presidente	Cand. Governador	Cand. Senador
PCdoB	2,8%	11,0%	0,0%	0,0%	0,0%
PSC	8,9%	35,7%	0,0%	0,0%	0,0%
PPR	10,2%	40,9%	0,0%	0,0%	0,0%
PMDB	13,4%	35,1%	1,2%	17,4%	0,0%
PTB	13,9%	55,6%	0,0%	0,0%	0,0%
PL	15,6%	61,7%	0,6%	0,0%	0,0%
PRP	17,5%	70,0%	0,0%	0,0%	0,0%
PRN	20,8%	83,0%	0,0%	0,0%	0,0%
PFL	21,3%	78,6%	3,0%	3,2%	0,3%
PRONA	21,7%	42,5%	43,0%	1,2%	0,0%
PSD	22,4%	75,0%	0,4%	13,5%	0,7%
PTRB	25,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
PSB	25,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
PV	25,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
PMN	25,9%	83,5%	10,0%	10,0%	0,0%
PP	26,8%	65,6%	6,6%	25,1%	10,0%
PPS	28,8%	100,0%	14,5%	0,0%	0,6%
PT	49,2%	99,4%	87,9%	8,0%	1,4%
PSTU	50,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%
PSDB	56,0%	93,5%	49,6%	57,9%	23,1%
PDT	67,4%	95,7%	83,7%	83,7%	6,5%
Média	26,1%	72,7%	19,1%	10,5%	2,0%

Observação: Células com valores acima da média

A figura que emerge deste quadro está longe de retificar as hipóteses que apontam a indiferenciação dos comportamentos partidários no processo eleitoral. Em primeiro lugar, vejamos com que frequência os candidatos apresentaram aos eleitores suas respectivas legendas partidárias: em 72,7% dos módulos individuais dos candidatos a deputado federal foram feitas referências aos partidos políticos pelos quais estes candidatos concorriam. Entretanto, alguns partidos apresentam desvios consideráveis com relação à média geral.

Com desvios positivos significativos encontramos os seguintes grupos de candidatos:

1. Os candidatos dos pequenos partidos ideológicos ou programáticos coligados na frente Brasil Popular (PPS, PSTU, PV e PSB)
2. Os candidatos dos partidos que nuclearam a disputa eleitoral no plano nacional e /ou regional (PSDB, PT, PDT e PFL)
3. Os candidatos de partidos pequenos e novos, com perfil programático indefinido, como, PSD (quinze candidatos), PRN (dois candidatos), PMN (dois candidatos) e PTRB (com apenas um candidato)

Com desvios negativos significativos aparecem o PCdoB e o PMDB, partidos cujos candidatos menos veicularam identificadores partidários em seus módulos individuais. Entretanto, existe uma clara diferença entre o PCdoB e o PMDB no que se refere ao uso de identificadores partidários por parte dos seus candidatos à Câmara de Deputados. No PCdoB, o fato dos dois candidatos do partido (ambos eleitos) não terem apresentado identificadores da legenda partidária em seus respectivos programas, pode ser imputado a uma estratégia partidária orientada para descolar os candidatos comunistas dos símbolos e identificadores partidários comunistas. Quanto ao PMDB, a hipótese mais plausível sugere, em sentido contrário do que ocorreu com o PCdoB, uma insuficiência das estratégias coletivas voltadas para a manutenção da reputação partidária no processo eleitoral.

Os candidatos a Deputado do PSDB e do PDT foram os responsáveis pela campanha mais orgânica do último pleito. Diariamente foram à TV apresentando seus partidos, os candidatos aos postos no Executivo estadual e federal e até mesmo os candidatos ao Senado, praticamente negligenciados pelo conjunto dos candidatos dos demais partidos. São, portanto, os candidatos que contrariam a máxima da eleição de 1994: em eleições casadas adotaram estratégias coletivas que conduziram a resultados igualmente casados. Ajudaram a levar seus candidatos ao segundo turno das eleições estaduais, apoiaram as lideranças partidárias nacionais, lutaram por suas bancadas no senado, enfim, contribuíram para dar ao processo eleitoral a nitidez partidária esperada.

A Tabela 1 permite ainda recuperar algumas passagens que marcaram o recente processo eleitoral fluminense. Os candidatos a Deputado Federal de partidos como o PP e PMDB enfrentaram algumas disputas localizadas, capazes de aglutinar as iniciativas partidárias em torno de objetivos específicos. Os candidatos do PP mobilizaram-se pela candidatura de Nelson Carneiro ao Senado, que no início da campanha compunha com Arthur da Távola do PSDB uma chapa para o Senado⁴. A dinâmica da competição majoritária para o Senado não tardou, entretanto, a produzir a divisão da chapa. O reflexo desta divisão entre os candidatos para a Câmara dos Deputados pode ser avaliada na Tabela 1. Os candidatos do PSDB e PP foram os que mais se destacaram no apoio aos seus respectivos candidatos ao Senado, sendo que o PSDB foi melhor sucedido na tarefa de envolver seus candidatos na campanha de Arthur da Távola para o Senado (eleito Senador). O PMDB por sua vez parece refletir a crise aberta com a candidatura Quéricia, como demonstra o baixo envolvimento dos candidatos do partido com a campanha presidencial, em contraste com o suporte dado ao candidato a governador do partido (Milton Gonçalves).

Em resumo: com um índice extremamente simples como o que utilizamos nesta última parte do artigo, que tem por base a frequência diária com que identificadores partidários e dos candidatos ao Executivo e Senado são utilizados nos programas individuais dos candidatos a Deputado Federal, é possível ir além das generalizações, muitas vezes reducionistas, sobre a organicidade do sistema partidário. Descrevemos processos onde os partidos contam, onde os diferentes níveis da disputa eleitoral aparecem articulados e, por fim, onde a força centrípeta da legislação eleitoral foi em alguns momentos contornada por ações coletivas capazes de oferecer aos eleitores imagens partidárias diferenciadas e relevantes na definição do voto.

⁴ PSDB e PP encontravam-se também coligados na disputa pelo executivo estadual.

A tarefa de codificação ficou a cargo da assistente de pesquisa Fernanda Fernandes de Souza, com a colaboração de Fábio Lanzelotti.

O tempo diário utilizado por cada candidato no programa eleitoral foi registrado no campo denominado *TEMPO*.

O campo *IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA* registrou a utilização pelo candidato de identificadores partidários no programa eleitoral. O uso de identificadores partidários seguiu os seguintes critérios: (1) veiculação de qualquer mensagem oral pelo candidato ou por voz em *off*; (2) uso de símbolos partidários de qualquer tipo. Coube ao codificador, ao observar algum desses critérios, registrar o valor 1 para o candidato (no campo *IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA*) no dia correspondente à veiculação do programa.

Os campos *IDENTIFICAÇÃO CANDIDATO GOVERNADOR*, *IDENTIFICAÇÃO CANDIDATO PRESIDENTE*, *IDENTIFICAÇÃO CANDIDATO SENADOR 1* e *2*, registraram a alusão feita pelo candidato, durante o programa eleitoral, aos candidatos a Governador, Presidente e Senador(es) que este apoiou durante a campanha. O campo *IDENTIFICAÇÃO COLIGAÇÃO* registrou a referência específica a uma coligação de partidos, no programa eleitoral do candidato. Em todos estes casos, os critérios utilizados seguiram os mesmos padrões do campo *IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA*.

ANEXO B

Índice Taagepera (T)

Apresentamos a seguir os procedimentos de cálculo do índice proposto por Taagepera (T) para medir o desequilíbrio na distribuição de forças em sistemas políticos. As fórmulas aqui citadas foram retiradas de Taagepera, 1979. Para efeito de comparação apresentamos outros índices de desigualdade e concentração que terão sua eficiência descritiva comparada ao índice (T). Utilizaremos neste anexo a seguinte notação básica:

S = tamanho total do conjunto
 N = número de componentes
 i = i-ésimo componente do conjunto
 S_i = tamanho do i-ésimo componente
 $P_i = S_i/S$ = fração correspondente ao i-ésimo componente em relação ao conjunto

Medidas de Desigualdade (maior S_i comparado ao menor S_i)

Gini

$$G = 1 + \left(\frac{1}{N}\right) - \left(\frac{2}{N}\right) \sum_{i=1}^{\infty} iP_i$$

Schutz (Desvio médio relativo)

$$S = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^N \left| P_i - \frac{1}{N} \right|$$

Medida de Concentração (maior S_i comparado ao S)

Herfindahl – Hirschman:

$$HH = \sum_{i=1}^{\infty} P_i^2$$

Generalized Index:

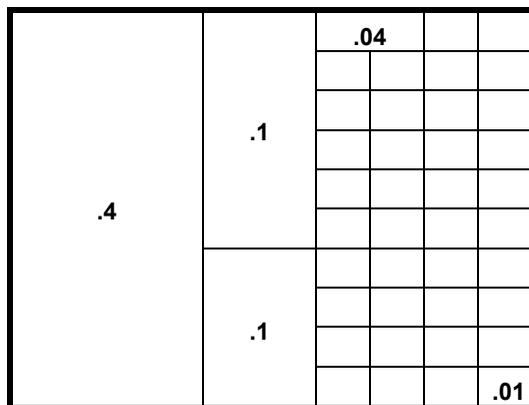
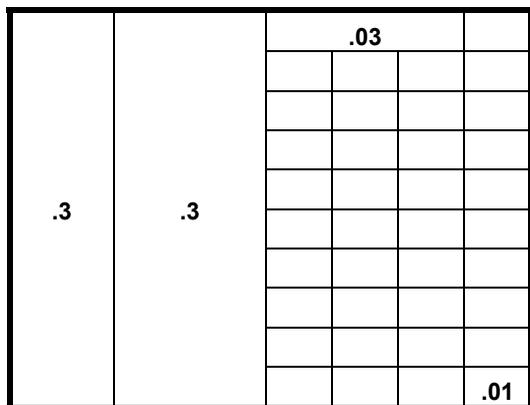
$$C_n = \sum_{i=1}^{\infty} P_i^n$$

Medida de Desequilíbrio (maior S_i comparado ao segundo maior S_i)

Imbalance (Taagepera)

$$T = \frac{\sum_{i=1}^{\infty} \frac{(P_i - P_{i+1})}{i} - HH^2}{\sqrt{HH - HH^2}}$$

A eficiência descritiva de T pode ser então ilustrada com o auxílio dos seguintes diagramas que representam, por exemplo, a distribuição de forças partidárias (poderíamos igualmente assumir que representam a distribuição de renda, propriedade fundiária etc.) em dois sistemas políticos hipotéticos. Os valores dos índices apresentados acima aparecem logo abaixo do diagrama.



40	N	40
.185	HH	.185
.57	GINI	.57
.56	SCHUTZ	.56
.26	IMBALANCE (Taagepera)	.73

Em termos substantivos, o sistema A é claramente bipolar enquanto o sistema B é nucleado por uma única força política. Todos os indicadores considerados descrevem estes sistemas como semelhantes, a exceção do índice (T) que permite uma leitura adequada das diferenças entre estes dois sistemas hipotéticos. Este é exatamente o problema com o qual lidamos – o desequilíbrio na distribuição de forças – no estudo empírico que realizamos, sendo, portanto, esta a razão pela qual optamos pelo índice (T).

ANEXO C
QUADRO RESUMO DAS VARIÁVEIS

		VOTOS		CADEIRAS		CANDIDATOS		TEMPO (seg.)	
		N	%	N	%	N	%	N	%
RIO UNIDO	PSDB	615439	13,63	6	13,04	27	7,50	1778	6,17
	PP	381254	8,44	3	6,52	19	5,28	1067	3,70
	PL	254260	5,63	3	6,52	12	3,33	826	2,87
	PFL	206484	4,57	4	8,70	11	3,06	5195	18,04
FORÇA DO POVO	PDT	813331	18,01	8	17,39	46	12,78	1348	4,68
	PTB	160529	3,55	3	6,52	16	4,44	2239	7,77
	PMN	11145	0,25	0	0,00	2	0,56	382	1,33
FRENTE BRASIL POPULAR	PT	473443	10,48	3	6,52	44	12,22	2126	7,38
	PSB	118421	2,62	2	4,35	13	3,61	1027	3,57
	PC do B	101803	2,25	2	4,35	2	0,56	713	2,48
	PPS	71049	1,57	1	2,17	6	1,67	755	2,62
	PV	41847	0,93	1	2,17	3	0,83	527	1,83
	PSTU	16239	0,36	0	0,00	1	0,28	222	0,77
PPR PMDB PRONA PSD PRN	PPR	586266	12,98	6	13,04	39	10,83	2735	9,50
	PMDB	378616	8,38	4	8,70	37	10,28	3792	13,17
	PRONA	102123	2,26	0	0,00	11	3,06	778	2,70
	PSD	100188	2,22	0	0,00	20	5,56	1298	4,51
	PRN	18012	0,40	0	0,00	2	0,56	1416	4,92
FRENTE ALTERNATIVA	PSC	38214	0,85	0	0,00	28	7,78	165	0,57
	PRP	27471	0,61	0	0,00	20	5,56	111	0,39
	PTRB	0	0,00	0	0,00	1	0,28	300	1,04
TOTAL		4516134	100,00	46	100,00	360	100,00	28800	100,00

Recebido para publicação em Abril 1995.

